

CIBEC/INEP



B0032358

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Educação de qualidade
para todos os jovens:
Desafios, tendências
e prioridades

BRASIL 2004



1.321
323d

BRASIL 2004 - Novembro de 2004

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Federative Republic of Brazil
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministry of Education MEC
Tarso Genro

Executive Secretary of MEC
Fernando Haddad

O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

Educação de qualidade
para todos os jovens:
Desafios, tendências
e prioridades



54674
130032358
371.321
B823d

PARTE I - SISTEMA EDUCACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO XXI:

PANORAMA GERAL.....7

Capítulo 1 - SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....8

Progressos recentes e desafios presentes.....10

Capítulo 2 - INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO.....12

2.1 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de

Valorização do Magistério (FUNDEF).....16

Valor mínimo nacional.....19

Impacto redistributivo em favor da equidade.....19

Impacto sobre as matrículas.....20

Ações voltadas à verificação da efetiva destinação dos recursos do Fundef.....21

2.2 Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).....21

2.3 Salário-Educação.....23

2.4 Assistência Financeira aos Sistemas de Ensino.....28

Programa Dinheiro Direto na Escola.....29

Capítulo 3 - Política de Educação Básica.....31

3.1 Educação para Inclusão Social.....31

3.2 Valorização e Capacitação do Profissional da Educação.....32

3.3 Sistemas Estaduais de Avaliação da Educação Básica.....33

Capítulo 4 - Reformas e Inovações Introduzidas no Sistema Educacional.....35

4.1 Fundo de Fortalecimento da Escola (FUNDESCOLA).....35

Projetos e ações desenvolvidos.....36

Programas de apoio à escola e às Secretarias de Educação.....37

4.2 Programa de Fortalecimento dos Sistemas de Ensino.....37

Gestão Democrática da Escola - Programa Nacional de Fortalecimento do

Conselho Escolar.....37

Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação.....38

4.3 Educação Ambiental nas Escolas Públicas.....38

Relevância do projeto para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável.....39

4.4 Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).....40

Metodologia de avaliação de livros didáticos.....40

Impactos do PNLD.....41

4.5 Incentivo à Leitura - Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).....44

Metodologia para avaliação das coleções.....45

4.6 Tecnologia na Educação.....	46
TV Escola Digital Interativa.....	46
Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje.....	47
Projeto Rádio Escola.....	48
Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo).....	49
Ambiente Digital de Aprendizagem.....	50
Rede Internacional Virtual de Educação (RIVED).....	51
Fábrica Virtual.....	51
Programa Governo Eletrônico (GESAC).....	52
WebEduc.....	52
4.7 Controle Social.....	52
Capítulo 5 - Assistência ao Educando.....	53
5.1 Transporte do Escolar.....	53
5.2 Saúde do Escolar.....	54
5.3 Alimentação Escolar.....	55
Capítulo 6 - Principais Problemas e Desafios Enfrentados pelo	
Sistema Educacional no Início do Século.....	57
6.1 Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.....	57
Desenvolvimento da educação escolar indígena.....	57
Dados e indicadores da educação escolar indígena.....	58
Ações do Ministério da Educação para educação escolar indígena.....	59
6.2 Educação Fundamental no Campo.....	60
Perfil da educação no campo.....	60
Apoio à educação no campo.....	62
6.3 Educação de Jovens e Adultos.....	62
Alfabetização de jovens e adultos.....	62
Educação de jovens e adultos - educação fundamental e ensino médio.....	63
Educação de jovens e adultos no âmbito do ensino profissional e tecnológico.....	65
Programa Cefet Integrado na Multiplicação de Conhecimentos/Qualidade de Vida (CIMCO).....	65
6.4 Educação Especial - Desafios e ações.....	67
6.5 Ações Educativas Complementares.....	72
Projeto Fraldinha.....	74
6.6 Educação Superior.....	74
O processo de reforma universitária.....	75
A futura Lei Orgânica.....	76
Políticas e ações afirmativas/inclusão.....	80
Residência Médica (sua reestruturação).....	82

PARTE II - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS OS JOVENS: DESAFIOS, TENDÊNCIAS E PRIORIDADES.	83
Capítulo 7 - Diversidade e Inclusão Social.....	84
7.1 Desigualdade Educacional.....	84
Principais Desafios.....	85
7.2 Educação em Comunidades Remanescentes de Quilombos.....	85
7.3 Programa Diversidade na Universidade.....	86
Estratégia de implementação.....	86
7.4 Ações de Inclusão Social no Ensino Profissional e Tecnológico.....	87
Programa Qualificação e Requalificação Profissional de Detentos e Egressos do Sistema Penal.....	87
Programa Qualificação Profissional para Jovens em Situação de Risco Social.....	88
Programa Educação Profissional para Cidadania e Inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PNEs).....	88
Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais.....	88
Capítulo 8 - Educação e Competências para a Vida.....	90
8.1 Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância.....	90
8.2 Educação Superior a Distância.....	90
8.3 Educação Profissional e Tecnológica.....	91
Ações de fortalecimento da educação profissional e tecnológica.....	91
8.4 Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica.....	96
8.5 Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.....	97
8.6 Lei Orgânica da Educação Profissional e Tecnológica.....	98
8.7 Apoio à Expansão da Educação Profissional e Tecnológica.....	98
Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).....	98
Cadastro Nacional de Cursos de Educação Técnica de Nível Médio.....	99
Capítulo 9 - Educação de Qualidade e o Papel-Chave dos Docentes.....	101
9.1 Programa de Formação de Professores em Exercício (PROFORMAÇÃO).....	101
Composição dos módulos.....	101
Implementação do curso.....	102
Principais dados do Proformação.....	102
Avaliação externa do Proformação.....	103
9.2 Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica	104
Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação.....	105
Matrizes de referência da formação.....	106
Lista de Siglas.....	108
Lista de Tabelas e Gráficos.....	110
Bibliografia Consultada.....	112

SISTEMA
EDUCACIONAL
NO INÍCIO DO
SÉCULO XXI:
PANORAMA GERAL



Parte I

SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O Brasil é uma república federativa que ocupa uma área de 8,5 milhões de km², o equivalente à metade do território da América do Sul. Os seus cerca de 179 milhões de habitantes, em 2004, distribuem-se de forma muito desigual pelo território, concentrando-se, sobretudo, no litoral do País.

Apesar de a população brasileira ser muito heterogênea, devido às diferentes ondas migratórias que se alternaram ao longo dos séculos, mesclando aos nativos indígenas europeus de diversas nacionalidades, africanos de diferentes partes do continente e asiáticos oriundos especialmente do Japão, impera no País uma notável unidade lingüística. Com exceção dos cerca de 360 mil índios, distribuídos em 219 etnias que falam mais de 180 línguas, o português é a língua materna dos demais brasileiros.

A essa homogeneidade lingüística sobrepõe-se uma marcada variedade cultural e uma profunda desigualdade econômica e social entre as diferentes regiões do País que afetam fortemente o sistema educacional brasileiro. Em 2000, o estado de Santa Catarina, no Sul do País, registrava o mais alto índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País (0,822), enquanto o estado do Maranhão, no Nordeste, registrava o mais baixo (0,636).

No plano educacional, as diferenças entre regiões também são muito pronunciadas. Em 2000, no estado mais rico da Federação, São Paulo, no Sudeste, 94% da população com mais de 10 anos eram alfabetizados, enquanto no estado de Alagoas, no Nordeste, apenas 68% o eram. No ano anterior, cerca da metade dos trabalhadores de toda a região Nordeste tinha, no máximo, três anos de estudo e apenas pouco mais de um quarto (27%) tinha oito anos de estudo ou mais, situação oposta à da região Sudeste, onde 49% dos trabalhadores tinham oito ou mais anos de estudo e apenas 19%, até três anos.

Essa grande diversidade econômica, social e regional do País foi sendo acomodada ao longo dos anos em um regime político republicano e federativo que ganhou os seus contornos atuais em 1988 com a promulgação da Constituição vigente. Atualmente, a Federação brasileira é composta pelo Distrito Federal, onde se localiza a Capital do País, por 26 estados e por 5.560 municípios. Diferentemente das demais federações existentes no mundo, que são constituídas apenas por estados, no Brasil, a partir da promulgação da Constituição de 1988, os municípios passaram a integrar a Federação brasileira, dando origem a uma federação *sui generis*.

Segundo a Constituição brasileira, a educação é dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade. A educação tem de ser oferecida

gratuitamente nos estabelecimentos públicos e pode ser ofertada pela iniciativa privada, desde que cumpridas as normas e exigências estabelecidas pelo Poder Público. Além da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e outras leis e atos específicos compõem o sistema educacional do Brasil, no qual o Governo Federal, os estados e os municípios possuem responsabilidades distintas e complementares. O quadro a seguir sintetiza as linhas gerais desse sistema.

Tabela 1 - Estrutura do Sistema Educacional Brasileiro

Denominação Geral	Denominação Específica	Nomenclatura/ Classificação Internacional da Educação	Duração/ Séries	Coorte/ Idade Ideal	Autoridade
Educação Básica	Educação Infantil	Educação Inicial Pré-escola	4 anos 3 anos	0 - 3 4 - 6	Municípios e DF
	Educação Fundamental (obrigatória)	Educação Primária	1ª série	7	Municípios, Estados e DF
			2ª série	8	
			3ª série	9	
			4ª série	10	
		Escola Secundária Inferior	5ª série	11	
			6ª série	12	
			7ª série	13	
			8ª série	14	
	Ensino Médio	Escola Secundária Superior	1ª série (ou 9ª série)	15	Estados e DF
			2ª série (ou 10ª série)	16	
			3ª série (ou 11ª série)	17	
Educação Superior	Graduação	1º e 2º ciclo	Variável	18-24	Governo Federal
	Pós-Graduação Mestrado Doutorado	3º ciclo	Variável	Variável	

Fonte: Ministério da Educação 2004.

Aos municípios cabe ofertar gratuitamente educação infantil e ensino fundamental em suas redes escolares e regular a oferta de educação infantil nas creches e pré-escolas privadas. Aos estados cabe ofertar gratuitamente ensino fundamental e médio em suas redes e regular a sua oferta pelas escolas privadas. Cabe ao Distrito Federal a oferta de

educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. De forma análoga, cabe ao Governo Federal ofertar gratuitamente ensino superior em seus estabelecimentos e regular a sua oferta pelo setor privado.

A legislação brasileira garante, ainda, ampla autonomia aos estados e municípios para estruturarem os seus próprios sistemas de ensino, estimulando a descentralização. Assim, a oferta de escolas públicas, que historicamente já era descentralizada no âmbito dos estados, ganhou novo impulso descentralizador na década de 1990 com o surgimento de diversas redes municipais de ensino.

Nesse sistema altamente descentralizado, as escolas têm, ainda, autonomia para formular os seus projetos pedagógicos e elaborar os seus currículos, respeitadas as diretrizes curriculares nacionais. Ao Governo Federal foram reservadas funções de regulação e de avaliação em todos os níveis e modalidades de ensino e de assistência técnica e financeira aos estados e municípios em matéria de educação básica.

PROGRESSOS RECENTES E DESAFIOS PRESENTES

Na década passada, o desafio da quantidade foi enfrentado e vencido. Hoje, o ensino fundamental encontra-se praticamente universalizado, graças a um conjunto de políticas educacionais, entre as quais merece destaque o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), que, por meio de uma distribuição mais equitativa dos recursos, propiciou um rápido aumento das matrículas. Para os próximos anos, o desafio que se apresenta é a elevação da qualidade da educação básica e a expansão da oferta nos níveis mais elevados de ensino.

No início deste século, mais de 56 milhões de pessoas freqüentavam como alunos os estabelecimentos de ensino em todos os níveis e modalidades de ensino. Em cerca de 200 mil escolas de educação básica ensinavam aproximadamente 2 milhões de professores. Dos mais de 35 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, que é obrigatório, 91% freqüentavam escolas públicas. De forma análoga, dos mais de 8 milhões de alunos do ensino médio, 87% estavam matriculados em instituições públicas. Portanto, a grande maioria dos estudantes brasileiros de educação básica freqüenta a escola pública. O oposto ocorre na educação superior, em que dois terços dos cerca de 3 milhões de estudantes de graduação freqüentam instituições privadas.

A insuficiente qualidade da educação básica no Brasil é revelada pela ainda alta incidência da repetência escolar que alimenta as taxas de distorção idade/série e pela persistência do analfabetismo apesar da oferta universal de ensino fundamental. Em 2001, a taxa de distorção idade/série era de 25% na 1ª série, 39% na 4ª, 46% na 8ª e 51% na 11ª. No mesmo ano, a taxa de analfabetismo era de 3% entre os jovens de 15 a 19 anos e de 12% entre toda a população com 15 anos ou mais.

Para elevar a qualidade do ensino e melhorar o desempenho escolar dos alunos, o Governo Federal, em parceria com universidades brasileiras, está desenvolvendo um grande programa nacional de formação inicial e continuada de professores com a utilização

de diferentes recursos didáticos, inclusive educação a distância. Paralelamente, o Governo Federal estimula e apoia os estados e municípios que pretendem aumentar a duração do ensino fundamental de oito para nove anos, cumprindo o previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação.

Para expandir a oferta de educação infantil e de ensino médio, promover a elevação da qualidade da educação básica e aumentar a duração do ensino fundamental, o Governo Federal está trabalhando na elaboração de um novo fundo, o Fundeb, para financiar de maneira equitativa toda a educação básica, em substituição ao atual Fundef, que garante recursos apenas para o ensino fundamental.

Visando a tornar sustentável a necessária expansão da educação superior no Brasil, o Governo Federal promoverá uma ampla reforma do sistema de educação superior existente no País. O sistema atual foi forjado há mais de 30 anos e não mais responde às necessidades atuais. Para elaborar um projeto de reforma da educação superior que represente efetivamente os anseios da sociedade e da comunidade acadêmica, estão sendo organizadas audiências públicas regionais em que os diferentes protagonistas têm a oportunidade de se manifestar sobre os rumos da reforma.

Com o objetivo de reduzir as desigualdades no acesso à educação acumulada ao longo dos anos, uma série de ações encontra-se em andamento. Um ambicioso projeto visando a oferecer oportunidades de estudo a todos os analfabetos adultos está sendo desenvolvido pelo Governo Federal, que transfere recursos para os governos estaduais e municipais, universidades e organizações da sociedade civil com experiência na alfabetização de adultos para a formação de professores e para a promoção de cursos de alfabetização.

Projetos de lei criando programas de ações afirmativas para a inclusão de afro-descendentes e de indígenas no ensino superior foram encaminhados ao Congresso Nacional e programas de educação escolar indígena bilíngüe e de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares encontram-se em pleno andamento. Essas e outras ações e políticas educacionais desenvolvidas no Brasil são apresentadas em maiores detalhes nas próximas páginas.

INVESTIMENTOS EM EDUCAÇÃO¹

Diversas razões tornam impossível calcular com precisão os investimentos em educação no Brasil; em primeiro lugar, porque, devido à sua natureza extremamente descentralizada, o País tem 27 sistemas estaduais e cerca de 5.600 sistemas municipais autônomos. A estimativa dos gastos globais com educação, na última década, também foi dificultada extraordinariamente pelo fato de o Brasil ter vivido, até 1995, um processo inflacionário de tal forma violento que praticamente inviabilizou qualquer cálculo de dispêndio real. Esse cálculo também é dificultado pelo fato de não existir, ainda, um sistema de acompanhamento dos investimentos privados.

O Brasil possui, entretanto, um excelente sistema legal para assegurar um fluxo regular de recursos públicos para a educação. A Constituição Federal determina que estados e municípios estão obrigados a aplicar em educação pelo menos 25% da receita resultante da arrecadação de impostos, 60% dos quais no ensino fundamental. No caso da União, a porcentagem mínima é de 18% da arrecadação.

O ensino fundamental conta também com os recursos do salário-educação, uma contribuição social equivalente a 2,5% da folha de salários das empresas. Esses recursos são destinados à União sob a forma de quota federal e aos estados, Distrito Federal e municípios sob a forma de quota estadual e municipal na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços) respectivamente.

Os recursos da quota federal do salário-educação são gerenciados pelo FNDE e aplicados no financiamento de programas e projetos voltados para a universalização do ensino fundamental, de forma a propiciar a redução dos desníveis socioeducacionais existentes entre as diversas regiões brasileiras. Tais recursos são canalizados para os estados, o Distrito Federal e os municípios, mediante a realização de transferências voluntárias e automáticas. Também são contemplados com recursos da quota federal os estados e municípios que recebem a complementação da União ao Fundef na proporção de 20% do total da complementação anual.

Já os recursos da quota estadual e municipal do salário-educação são aplicados em ações voltadas para o ensino fundamental público de 1^a a 8^a série regular, de educação especial e de educação de jovens e adultos, podendo financiar programas como transporte do escolar, construção, reforma e adequação de prédios escolares, aquisição de material

¹ A cotação do dólar/USA para referência é US\$1 = R\$2,8892.

didático-pedagógico e equipamentos para a escola, bem como a capacitação de professores, entre outros, vedada a sua destinação ao pagamento de pessoal do quadro de servidores do estado, do Distrito Federal e do município.

Tabela 2 - Gasto público total com educação e percentual em relação ao PIB Brasil - 1995-1997

Ano	Total*	% do PIB
1995	37.629.798.304	4,6
1996	38.496.175.907	4,6
1997	44.443.132.240	5,1

Fonte: Nesur/Fecamp.
Nota: *Valores em R\$ de 1997.

Estudos feitos em 1996, a partir de dados de 1995, ano em que a moeda brasileira tornou-se estável, indicam que o conjunto de recursos públicos assegurados pela legislação equivalia a 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano e seria suficiente para manter um sistema educacional de qualidade muito melhor e de maior abrangência do que o efetivamente existente, no País. Estimativas mais recentes mencionam recursos próximos de 6% do PIB².

Tabela 3 - Gasto público com educação por programas e níveis de governo e por origem dos recursos em percentual do PIB* Brasil - 1995

Especificação dos Programas	Nível de Governo			Governo/ Geral Consolidado
	Federal	Estadual	Municipal	
Administração	0,23	0,27	0,26	0,76
Educação da Criança de 0 a 6 Anos	0,01	0,01	0,20	0,22
Ensino Fundamental	0,37	0,90	0,18	1,46
Ensino Médio	0,07	0,17	0,12	0,37
Ensino Superior	0,62	0,32	0,02	0,96
Educação Física e Desportos	0,01	0,01	0,12	0,14
Assistência a Educandos	0,00	0,03	0,15	0,18
Educação Especial	0,00	0,01	0,04	0,05
Assistência e Previdência em Educação	0,22	0,12	0,14	0,49
Total Geral	1,54	1,85	1,23	4,62

Fonte: Nesur/Fecamp.
* Nota: Valor do PIB, reajustado em R\$ de 1997, era equivalente a R\$814.073.365.500,00.

O PIB do Brasil, hoje, é de cerca de US\$ 450 bilhões, devido à grande desvalorização da moeda, verificada em janeiro de 1999. Em 1995, era estimado em torno de US\$ 700 bilhões.

Apesar disso, a escassez de verbas constitui uma reclamação permanente de todas as instâncias e níveis do sistema educacional. De acordo com os estudos feitos em 1995, a carência de recursos se devia, em primeiro lugar, à má distribuição das verbas disponíveis, que se somava à sua má aplicação.

Até a Emenda Constitucional de 1996, que criou o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), cuja implantação começou em 1998, a partilha das receitas tributárias entre estados e municípios não guardava correspondência alguma com a divisão de encargos educacionais entre as redes estaduais e municipais de ensino. Isso agravava sobremaneira as desigualdades regionais. Da mesma forma, antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também de 1996, não estava sequer definido o que podia ser incluído como despesa com ensino - omissão que ensejava toda uma série de desvios de verbas para outras finalidades.

Tabela 4 - Gasto público com educação por programas e níveis de governo e por realização da despesa em percentual do PIB* Brasil - 1995

Especificação dos Programas	Nível de Governo			Governo/ Geral Consolidado
	Federal	Estadual	Municipal	
Administração	0,05	0,39	0,31	0,76
Educação da Criança de 0 a 6 Anos	0,01	0,01	0,20	0,22
Ensino Fundamental	0,13	1,11	0,22	1,46
Ensino Médio	0,07	0,17	0,12	0,37
Ensino Superior	0,61	0,33	0,02	0,96
Educação Física e Desportos	0,00	0,02	0,13	0,14
Assistência a Educandos	0,00	0,03	0,15	0,18
Educação Especial	0,00	0,01	0,04	0,05
Assistência e Previdência em Educação	0,22	0,12	0,14	0,49
Total Geral	1,10	2,19	1,33	4,62

Fonte: Nesur/Fecamp.

* Nota: Valor do PIB, reajustado em R\$ de 1997, era equivalente a R\$814.073.365.500,00.

A criação do Fundef contribuiu para diminuir os problemas de partilha e de aplicação de recursos. Com a nova definição do que pode ser incluído como despesa de educação, os valores redistribuídos pelo fundo são depositados em uma conta específica, o que melhora sensivelmente a fiscalização pública da utilização dos recursos. A propósito, a emenda constitucional que criou o Fundef também exige a instituição de conselhos integrados por representantes da sociedade civil, nas diversas instâncias de governo, com o objetivo de fiscalizar os gastos efetuados.

Iniciativa de enorme relevância e paradigma do novo enfoque das políticas públicas para a educação, o Fundef se destina exclusivamente ao ensino fundamental obrigatório. Os recursos desse fundo, em cada estado, são constituídos por 15% de todos os impostos e redistribuídos entre o governo estadual e municipal. Em 1999, o total de recursos do Fundef atingiu R\$15,2 bilhões.

A partir do montante do fundo em cada estado, calcula-se o valor por aluno/ano, sendo os recursos repassados à rede estadual e municipal, de acordo com o número de matrículas efetivadas. Os impostos exclusivamente locais não são incluídos no Fundef, mas estados e municípios são obrigados a aplicar em educação 25% de sua arrecadação, dos quais, igualmente, 60% para o ensino fundamental.

A emenda que criou o Fundef, além de assegurar a equidade na distribuição dos recursos em cada estado, também prevê a redução das desigualdades regionais com base no valor mínimo por aluno/ano. Nos estados em que o gasto por aluno/ano não alcance o valor mínimo definido, o Governo Federal garante a complementação dos recursos (Tabela 5). Em 1998 e 1999, o valor mínimo foi de R\$315,00, passando para R\$350,00 em 2000.

Tabela 5 - Efeitos financeiros do Fundef nos municípios com valor por aluno/ano inferior a R\$350,00 / Brasil - 2000

Valor por Aluno/Ano R\$1,00 (*)	Municípios		Alunos/1999		Valor por Aluno/Ano (R\$)		Receita Adicional Bruta (R\$ milhões)	Variação	
	Nº	%	Nº	%	Sem o Fundef (A)	Com o Fundef (B)		Valor por Aluno (B-A)	% (B/A)
Até 100	477	8,7	3.253.351	20,1	78,1	341,1	862,1	263,0	336,7
>100<= 150	680	12,4	2.793.728	17,2	123,7	350,2	644,8	226,5	183,1
>150<=200	445	8,1	2.147.289	13,3	173,0	376,9	618,5	203,9	117,9
>200<=250	330	6,0	1.212.123	7,5	223,4	401,8	243,2	178,4	79,9
>250<=350 *	632	11,5	2.059.099	12,7	301,6	442,7	324,6	141,1	46,8
Subtotal	2.564	46,6	11.465.590	70,8	180,0	382,5	2.693,3	202,6	112,6
Outros municípios	2.942	53,4	4.731.037	29,2					
Total Geral	5.506	100,0	16.196.627	100,0					

Fontes: Recursos: MEC/Seade; Municípios: IBGE; Alunos: Censo Escolar 2003.
 Nota: * O valor mínimo nacional por aluno/ano, em 1998, foi de R\$315,00.

A participação dos municípios no volume total de recursos do Fundef passou de 38% em 1998 para 45% em 2000. Se, no primeiro ano de implementação, 49% dos municípios brasileiros ampliaram sua receita, em 2000 foram 62%.

O impacto redistributivo do Fundef foi mais efetivo nos municípios da região Norte e Nordeste, que concentram as maiores carências na área educacional. Verificou-se, também, um significativo aporte de recursos em favor do conjunto dos municípios de oito regiões metropolitanas do País, excluídas as capitais, nas quais prevalece o atendimento oferecido pelas respectivas redes estaduais. Esta reforma, portanto, trouxe benefícios substanciais às áreas mais pobres do País, que têm maior número de crianças fora da escola e exibem os piores indicadores de qualidade no ensino fundamental.

Acrescenta-se ainda o impacto positivo do Fundef na expansão das matrículas do ensino fundamental. O critério de redistribuição dos recursos do fundo - com base no número de alunos matriculados nas redes estaduais e municipais - estimulou consideravelmente o esforço em matricular todas as crianças em idade escolar. De 1997 a 1999, houve um crescimento de 7,6% no total de matrículas do ensino fundamental público. A expansão mais acentuada da matrícula, nesse período, ocorreu na região Nordeste (15,8%) e Norte (11,1%), justamente aquelas que apresentavam os maiores deficits de cobertura no ensino obrigatório.

O Fundef também desencadeou o crescente processo de municipalização do ensino fundamental. Entre 1997 e 1999, a matrícula das redes municipais deu um salto de 30,2%, enquanto nas redes estaduais a matrícula sofreu uma redução de 8%. As maiores taxas de crescimento da matrícula, nas redes municipais, foram registradas na região Norte (51,7%) e Nordeste (29,4%).

2.1 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL E DE VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO (FUNDEF)

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) tem como objetivo a subvinculação de recursos devidos à educação, por exigência da Constituição Federal, ao ensino fundamental, redistribuindo-os entre a esfera de governo estadual e municipais de uma mesma unidade federada, com base no número de alunos matriculados nas respectivas redes, de modo a proporcionar a melhoria da qualidade do ensino oferecido e a valorização dos profissionais do magistério.

No ano de 2003, os recursos do Fundef alcançaram o total de R\$25,2 bilhões, representando um crescimento de 10% em relação ao exercício anterior.

Tabela 6 - Composição do Fundef segundo a origem dos recursos (R\$ milhões)
Origem dos Recursos

Origem dos Recursos	2002		2003	
	Fundef	Participação %	Fundef	Participação %
a) FPM (Fundo de Participação dos Municípios)	3.249,8	14,2	3.380,6	13,4
b) FPE (Fundo de Participação dos Estados)	3.131,1	13,7	3.254,1	12,9
c) ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços)	15.275,1	66,9	17.318,0	68,8
d) IPLEXP (Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações)	281,7	1,2	270,5	1,1
e) LC nº 87/96 (Desoneração de Exportações - Lei Complementar nº 87/96)	591,3	2,6	611,1	2,4
f) SUBTOTAL (a+b+c+d+e)	22.529,0	98,6	24.834,3	98,7
g) Complementação da União (Valor Financeiro transferido no ano)	431,4	1,9	335,70	1,4
g.1) Valor do ano, definido em Portaria/MF ¹²¹	421,8		335,70	
g.2) Ajuste de Contas (crédito) de exercício anterior	9,6		0	
h) Ajuste de Contas do ano, realizado a crédito no ano seguinte ⁽²⁾			(...)	
i) Ajuste de Contas do ano, realizado a débito no ano seguinte ⁽²⁾	-101,30		(...)	
j) Complementação da União (Valor do ano, por competência = (g-(g2)+h+i)	320,53	1,4	335,70	1,4
l) Total do Fundef (f+j)	22.849,52	100,0	25.170,00	100,0

Fonte: Fundef (STN/MF) 2003.

Notas:

2003 - Valor definido na Portaria/MF nº 10, de 24/01/2003.

¹²¹2003 - Ajuste a ser realizado em 2004 (...).

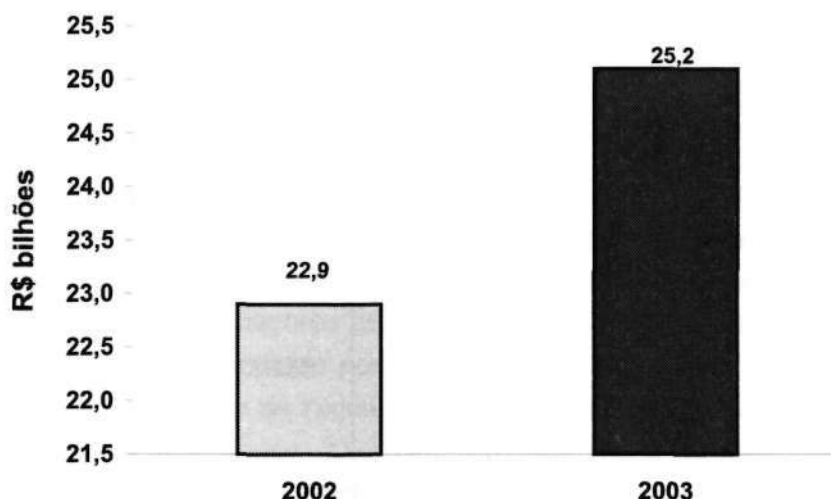
Receitas 2003:

FPM/FPE/IPI-EXP: STN/Cofin com base no Siaf.

LC/87: STN/Coem - de acordo com a Lei Complementar nº 115/02 e 102/00 (Valores Residuais).

ICMS: Valores constantes dos orçamentos estaduais.

Gráfico 1 - Comparativo Anual do Fundef



Fonte: MEC/SEB 2004.

A transferência da União em 2003, a título de Complementação ao Fundef, foi de R\$335,7 milhões, contemplando os governos estaduais e municipais de três estados da região Nordeste (Maranhão, Piauí e Bahia) e um da região Norte (Pará), beneficiando um contingente de 7,5 milhões de alunos do ensino fundamental regular e especial, dos quais 1,9 milhão das redes estaduais e 5,2 milhões das redes municipais. É importante destacar que essa parcela de recursos federais é direcionada exclusivamente às unidades federadas onde o valor por aluno/ano não alcança o valor mínimo nacional, que passou a ser observado com a implantação do fundo.

A complementação da União aos recursos do Fundef tem como objetivo reduzir as desigualdades regionais ao garantir aplicação mínima de recursos por aluno do ensino fundamental das escolas públicas nos estados que não conseguirem atingir o valor mínimo nacional fixado. Dessa forma, a União repassa recursos adicionais aos estados e municípios que não atingem o valor mínimo definido.

Tabela 7 - Fundef - Complementação da União - 1998 a 2004

Exercício	Complementação (em R\$ milhões)	Estados Beneficiados
1998	434,8	8
1999	675,1	8
2000	505,6	8
2001	451,9	6
2002	421,8	4
2003	335,7	4
2004 (estimativa)	446,7	5

Fonte: MEC/SEB/FNDE 2004.

Valor mínimo nacional

O valor mínimo nacional, para efeito de garantia dos repasses dos recursos do Fundef, tem sido fixado anualmente pelo Governo Federal como referencial a ser considerado para fins de transferência dos valores, com diferenciação do custo por aluno do segmento de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série e classes de educação especial.

A distribuição dos recursos do Fundef entre o governo estadual e os municípios, no âmbito de cada estado, é realizada com base no número de alunos atendidos no ensino fundamental em cada rede de ensino, observando-se a garantia do valor mínimo nacional por aluno/ano.

Para não prejudicar o repasse aos estados, no mês de janeiro de 2003, o valor mínimo anual por aluno foi fixado em R\$446,00 para alunos da 1ª à 4ª série e R\$468,30 para os da 5ª à 8ª série e educação especial, por meio do Decreto nº 4.580, de 24/1/2003. Em janeiro de 2004, o valor mínimo anual por aluno foi fixado em R\$537,71 para alunos da 1ª à 4ª série e R\$564,60 para os da 5ª à 8ª série e educação especial, havendo, portanto, um aumento de 20,5% em relação ao valor anterior.

Impacto redistributivo em favor da equidade

Em 2003, a contribuição dos estados à formação do fundo foi de R\$16,9 bilhões e a receita obtida, observada a redistribuição dos recursos com base no número de alunos, foi de R\$12,3 bilhões. Já os municípios contribuíram com R\$7,9 bilhões e obtiveram uma receita de R\$12,8 bilhões. Esse efeito financeiro favorece o conjunto dos municípios, porém com ganhos mais expressivos em favor daqueles situados nas regiões mais pobres do País.

Tabela 8 - Impacto financeiro do Fundef, por região e esfera de governo - 2002 (R\$ milhões)

R E G I Ã O	Governo Estadual				Acréscimo/ Redução	Governo Municipal				Acréscimo/ Redução
	Contri- buição Anual ao Fundef	Receita Anual Originária do Fundef				Contri- buição Anual ao Fundef	Receita Anual Originária do Fundef			
		Principal	Compl. da União (*)	Total			Principal	Compl. da União (*)	Total	
(a)			(b)	(b-a)	(a)			(b)	(b-a)	
N	1.405,90	973,39	19,92	993,31	(412,59)	494,12	926,63	51,75	978,38	484,26
NE	3.343,58	1.717,62	109,29	1.826,91	(1.516,67)	1.701,93	3.327,89	240,84	3.568,73	1.866,80
CO	920,96	762,34	0,00	762,34	(158,62)	473,34	631,96	0,00	631,96	158,62
SE	7.245,70	6.203,16	0,00	6.203,16	(1.042,54)	3.336,54	4.379,08	0,00	4.379,08	1.042,54
S	2.300,78	1.928,10	0,00	1.928,10	(372,68)	1.271,83	1.644,51	0,00	1.644,51	372,68
BR	15.216,91	11.584,61	129,21	11.713,82	(3.503,09)	7.277,76	10.910,06	292,59	11.202,65	3.924,90

Fonte: MEC/SEB/FNDE 2004.

Notas: (*) Complementação da União.

**Tabela 9 - Impacto financeiro
o do Fundef por UF, região e esfera de governo - 2003 (R\$ milhões)**

R E G I ÃO	Governo Estadual				Acréscimo/ Redução	Governo Municipal				Acréscimo/ Redução
	Contri- buição Anual ao Fundef	Receita Anual Originária do Fundef				Contri- buição Anual ao Fundef	Receita Anual Originária do Fundef			
		Principal	Compl. da União (*)	Total			Principal	Compl. da União (*)	Total	
(a)			(b)	(b-a)	(a)			(b)	(b-a)	
N	1.562,74	1.027,58	19,03	1.046,62	(516,12)	548,03	1.086,45	52,31	1.138,76	590,73
NE	3.624,03	1.729,67	74,69	1.804,36	(1.819,67)	1.825,17	3.719,53	189,71	3.909,25	2.084,07
CO	1.085,59	863,15	0,00	863,15	(222,43)	533,27	755,70	0,00	755,70	222,43
SE	7.882,71	6.423,14	0,00	6.423,14	(1.459,57)	3.585,41	5.044,99	0,00	5.044,99	1.459,57
S	2.720,24	2.181,68	0,00	2.181,68	(538,56)	1.430,38	1.968,94	0,00	1.968,94	538,56
BR	16.875,30	12.225,22	93,73	12.318,95	(4.556,35)	7.922,26	12.575,61	242,02	12.817,63	4.895,37

Fonte: MEC/SEB/FNDE 2004.

Notas: (*) Complementação.

Impacto sobre as matrículas

O esforço do poder público municipal e estadual em trazer para a escola as crianças sem atendimento, incentivado pela garantia dos correspondentes recursos financeiros, e o processo de transferência de alunos entre redes de ensino, principalmente das redes estaduais para as municipais, são efeitos da implantação do Fundef. Nos primeiros anos de sua vigência, o crescimento anual das matrículas alcançou até 6%, representado por quase dois milhões de crianças trazidas para as escolas. Em 1999, o crescimento foi de 1,2% e, a partir de 2000, iniciou-se o processo de inversão da curva de crescimento das matrículas, registrando-se uma tendência de redução, que acumulou, entre 2000 e 2003, uma queda de 3,1%.

Tabela 10 - Matrículas no ensino fundamental regular por região e esfera de governo - 2002/2003

R E G I ÃO	2002					2003				
	Estadual		Municipal		Total de Alunos	Estadual		Municipal		Total de Alunos
	Nº de Alunos	Participação %	Nº de Alunos	Participação %		Nº de Alunos	Participação %	Nº de Alunos	Participação %	
N	1.310.937	41,4	1.856.538	58,6	3.167.475	1.263.839	40,0	1.901.049	60,0	3.164.888
NE	3.474.736	30,7	7.878.699	69,3	11.353.435	2.974.016	27,3	7.940.311	72,7	10.914.327
CO	1.364.334	59,2	941.707	40,8	2.306.041	1.267.075	57,1	956.625	42,9	2.223.700
SE	5.997.726	54,3	5.040.024	45,7	11.037.750	5.714.590	52,8	5.118.363	47,2	10.832.953
S	2.088.287	51,8	1.936.175	48,2	4.024.462	2.053.219	51,2	1.947.540	48,8	4.000.759
BR	14.236.020	44,7	17.653.143	55,3	31.889.163	13.272.739	42,7	17.863.888	57,3	31.136.627

Fonte: Inep/MEC - Dados do Censo Escolar 2003.

Ações voltadas à verificação da efetiva destinação dos recursos do Fundef

A fiscalização da correta aplicação dos recursos do Fundef é realizada pelos Tribunais de Contas dos estados, municípios e da União. O Ministério da Educação tem a atribuição de avaliar o Fundef, com vistas à promoção das medidas corretivas eventualmente necessárias. Além disso, o ministério oferece orientações e apoio técnico a estados, a municípios, a outras instituições e a pessoas interessadas, inclusive com vistas ao aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento, controle e fiscalização, no âmbito dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo, dos órgãos de controle externo e da própria sociedade.

Nessa linha de ação, e considerando a necessidade de se disseminarem informações que concorram para a melhoria do acompanhamento e controle do fundo, foram realizados encontros e veiculados programas de vídeo sobre o funcionamento e utilização dos seus recursos, com o objetivo de responder aos questionamentos da população, atingindo principalmente conselheiros do Fundef, prefeitos, vereadores, secretários de educação, professores e pais de alunos.

2.2 FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (FUNDEB)

O programa contempla a criação e implantação do Fundeb, em substituição ao atual Fundef, no qual serão considerados todos os alunos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, tendo como objetivo:

- Promover equalização, pela distribuição dos recursos da educação entre o estado e seus municípios.
- Reduzir desigualdades, com garantia de investimento mínimo que assegure qualidade do ensino.
- Universalizar o atendimento na educação básica.
- Valorizar os profissionais da educação e assegurar condições de garantia de piso salarial nacional para o magistério.

Para dar cumprimento a essa meta governamental, foi criado em 2003 um grupo de trabalho, no Ministério da Educação, com a incumbência de estudar e apresentar proposta de criação, regulamentação e implantação do Fundeb. A proposta original, apresentada pelo Ministério da Educação, introduziu as seguintes mudanças básicas na atual estrutura do Fundef, chegando-se ao Fundeb:

- Ampliação da base de cálculo dos recursos formadores do fundo, que passariam de 15% dos principais impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios - Fundo de Participação dos Municípios (FPM), Fundo de Participação

dos Estados (FPE), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre Produtos Industrializados proporcional às Exportações (IPIexp) e ressarcimento pela Desoneração de Exportações, de que trata a Lei Complementar nº 87/96 - para 25% de todos os impostos e transferências estaduais e municipais atualmente vinculados à educação.

- Ampliação do atendimento proporcionado pelo Fundef, incluindo, além do ensino fundamental, a educação infantil e o ensino médio, cobrindo, portanto, toda a educação básica.
- Promoção de ampla redistribuição dos recursos financeiros vinculados à educação básica, adotando como critério o número de alunos matriculados no âmbito dos estados e municípios e a garantia de um investimento mínimo por aluno/ano, a ser fixado anualmente pela União, que assegure efetivas condições de se alcançar um adequado padrão de qualidade de ensino.
- Manutenção do mecanismo de equalização financeira, também existente no Fundef, gerando um efeito redistributivo positivo mais intenso, decorrente da transferência dos recursos em função do número de alunos atendidos na educação básica e não apenas do ensino fundamental.
- Elevação da participação financeira da União, em caráter complementar ao Fundeb e em montante superior ao atualmente existente no Fundef, para se garantir a melhoria e a universalização do atendimento na educação básica e minimizar os efeitos da redução de receitas dos entes governamentais, principalmente estaduais, "transferidores" de recursos, pois somente a redistribuição dos recursos entre os governos estaduais e seus municípios não é suficiente à promoção da necessária redução de desigualdades e da melhoria qualitativa do ensino.
- Inclusão do total da parcela de 25% de impostos e transferências dos estados e municípios, vinculados à educação, no Fundeb, em contraposição à atual subvinculação de 15% ao Fundef.
- Previsão de que pelo menos 80% dos recursos do Fundeb sejam destinados à valorização dos profissionais da educação, criando condições de propiciar uma efetiva elevação da remuneração, com garantia de piso salarial nacional, a ser regulamentada em lei específica.

Posteriormente foi instituído Grupo de Trabalho Interministerial, para analisar e realizar ajustes necessários na proposta elaborada pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação. Os principais assuntos abordados na proposta são:

- Importância e prioridade do Fundeb como mecanismo que incentiva, democratiza e assegura o acesso à educação básica.
- Responsabilidade da União, dos estados e municípios em relação à garantia do ensino.
- Efeitos físico-financeiros junto aos estados e municípios, em função do grau de participação de cada ente governamental no atendimento ao segmento do ensino em que atua de forma predominante.

- Garantia constitucional de recursos para o fundo.
- Subvinculação de recursos do Fundeb para remuneração dos profissionais da educação, prevendo que pelo menos 80% do fundo sejam destinados à valorização dos profissionais da educação, criando condições de propiciar uma efetiva elevação da remuneração, com garantia de piso salarial nacional, a ser regulamentado em lei específica.
- Valor mínimo por aluno/ano, assegurando universalização do atendimento em todos os segmentos da educação básica, mediante garantia de um investimento mínimo por aluno, por nível de ensino, que permita a necessária elevação do padrão de qualidade do ensino oferecido.

Em 2004 o Ministério da Educação, dando continuidade aos trabalhos do fundo, realizou reuniões com o objetivo de apresentar proposta de criação do Fundeb, proporcionando a participação de instituições, representações sindicais, entidades educacionais, especialistas, estudantes e outros, aproximando-os do debate acerca dos parâmetros e referenciais a ser delineados na concepção do novo fundo. Essas reuniões foram realizadas da seguinte forma:

- Com os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundef nos estados por meio de três encontros regionais com membros de todos os Conselhos Estaduais.
- Com várias representações da sociedade, iniciando-se com reunião em Brasília, com participação de representantes de entidades de âmbito nacional, seguida de encontros com representações de entidades de âmbito estadual por meio de promoção de Colóquios em cinco estados, localizados em regiões diferentes do País.

Ao ser concluído esse debate com a sociedade, será elaborada uma proposta consensual, a ser submetida à consideração presidencial, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional, com vistas à necessária modificação constitucional que materialize a criação do Fundeb.

2.3 SALÁRIO-EDUCAÇÃO

O salário-educação é uma contribuição social prevista no art. 212, § 5º da Constituição Federal, regulamentada pela Lei nº 9.424/96, 9.766/98 e pelo Decreto nº 3.142/99. A alíquota é de 2,5%, incidente sobre o valor total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, ressalvadas as exceções legais.

Tal contribuição constitui-se em fonte adicional de financiamento de programas, projetos e ações voltadas para a universalização do ensino fundamental público, podendo ainda ser aplicada na educação especial, desde que vinculada ao referido nível de ensino.

O recolhimento da contribuição social do salário-educação é realizado da seguinte forma:

- Ao Instituto Nacional de Seguridade Social.
- Diretamente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
- Por força do Decreto nº 3.142/99, os recursos oriundos do salário-educação têm a seguinte destinação:
- Quota federal destinada ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação correspondente a 1/3 do montante líquido dos recursos arrecadados.
- Quota estadual destinada aos estados, Distrito Federal e municípios correspondente a 2/3 do montante líquido dos recursos arrecadados, cujo repasse ocorre mensalmente e automaticamente de forma proporcional ao valor arrecadado em cada unidade da Federação.

Em 2004 houve desvinculação de 10% do salário-educação. Os recursos da desvinculação serão direcionados para o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e para Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos, conforme acordo do Grupo Executivo, composto por representantes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

A tabela 11 abaixo permite identificar as variações mensais ocorridas na arrecadação do salário-educação, no exercício de 2003, comparando-as às variações ocorridas no exercício de 2002.

Da arrecadação do salário-educação em 2003, R\$2,05 bilhões ocorreram diretamente pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e R\$1,95 bilhão por intermédio do Instituto Nacional de Seguridade Social.

Gráfico 2 - Evolução histórica da arrecadação do salário-educação - 2000 a 2003 (R\$)



Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Dirof 2004.

Tabela 11 - Comparação da arrecadação do salário-educação - Biênio 2002-2003

Mês	2002	Part. (%)	2003	Part. (%)	% 2003/2002
JAN	365.692.034,51	9,99	413.465.899,54	10,32	13,06
FEV	261.071.869,64	7,13	278.912.706,05	6,96	6,83
MAR	269.028.518,94	7,35	293.029.668,70	7,32	8,92
ABR	285.716.357,54	7,80	294.320.542,42	7,35	3,01
MAI	275.391.254,97	7,52	298.473.846,58	7,45	8,38
JUN	268.461.332,90	7,33	299.229.512,99	7,47	11,46
JUL	264.752.969,73	7,23	306.687.035,68	7,66	15,84
AGO	320.378.081,33	8,75	313.642.785,08	7,83	-2,10
SET	289.251.354,61	7,90	329.198.537,12	8,22	13,81
OUT	303.270.108,74	8,28	324.900.641,14	8,11	7,13
NOV	308.535.225,66	8,43	360.313.486,36	9,00	16,78
DEZ	449.178.795,95	12,27	493.001.090,08	12,31	9,76
Total	3.660.727.904,52	100,00	4.005.175.751,74	100,00	9,41

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Dirot 2004.

Tabela 12 - Comparação da arrecadação do salário-educação via Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Biênio 2002-2003

Mês	2002	2003	% 2003/2002
JAN	149.919.309,97	165.592.659,25	10,45
FEV	145.271.869,64	156.212.706,05	7,53
MAR	148.228.518,94	152.029.668,70	2,56
ABR	159.816.357,54	146.320.542,42	-8,44
MAI	148.391.254,97	146.473.846,58	-1,29
JUN	137.461.332,90	148.229.512,99	7,83
JUL	132.752.969,73	153.687.035,68	15,77
AGO	184.078.081,33	158.142.785,08	-14,09
SET	150.151.354,61	163.198.537,12	8,69
OUT	153.770.108,74	155.400.641,14	1,06
NOV	151.835.225,66	176.813.486,36	16,45
DEZ	290.178.795,95	328.601.090,08	13,24
Total	1.951.855.179,98	2.050.702.511,45	5,06

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Dirot 2004.

Tabela 13 - Comparação da arrecadação do salário-educação via Instituto Nacional de Seguridade Social - Biênio 2002-2003

Mês	2002	2003	% 2003/2002
JAN	215.772.724,54	247.873.240,29	14,88
FEV	115.800.000,00	122.700.000,00	5,96
MAR	120.800.000,00	141.000.000,00	16,72
ABR	125.900.000,00	148.000.000,00	17,55
MAI	127.000.000,00	152.000.000,00	19,69
JUN	131.000.000,00	151.000.000,00	15,27
JUL	132.000.000,00	153.000.000,00	15,91
AGO	136.300.000,00	155.500.000,00	14,09
SET	139.100.000,00	166.000.000,00	19,34
OUT	149.500.000,00	169.500.000,00	13,38
NOV	156.700.000,00	183.500.000,00	17,10
DEZ	159.000.000,00	164.400.000,00	3,40
Total	1.708.872.724,54	1.954.473.240,29	14,37

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Diof 2004

As tabelas a seguir demonstram respectivamente a distribuição da arrecadação do salário-educação, bem como os valores repassados às Secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal a título de quota estadual.

Tabela 14 - Distribuição do salário-educação por unidade federada

UF	Total Repassado	índice de Participação
AC	1.802.217,53	0,07
AP	1.896.329,40	0,07
AM	25.257.849,80	0,95
PA	25.588.555,34	0,96
RO	6.745.983,10	0,25
RR	1.171.023,57	0,04
TO	3.675.533,78	0,14
N	66.137.492,52	2,49
AL	9.647.773,00	0,36
BA	76.716.382,98	2,89
CE	35.028.464,48	1,32
MA	13.043.835,38	0,49
PB	14.117.818,93	0,53
PE	53.283.195,13	2,01
PI	9.428.412,65	0,36
RN	14.255.939,20	0,54
SE	12.507.752,15	0,47
NE	238.029.573,90	8,96
ES	41.146.862,32	1,55
MG	201.208.960,69	7,58
RJ	330.887.766,10	12,46
SP	1.214.764.277,48	45,74
SE	1.788.007.866,59	67,33
FR	145.189.730,69	5,47
RS	181.442.465,10	6,83
SC	96.101.706,31	3,62
S	422.733.902,10	15,92
DF	63.354.266,82	2,39
GO	42.499.439,24	1,60
MS	17.717.746,55	0,67
MT	17.273.725,16	0,65
CO	140.845.177,77	5,30
Brasil	2.655.754.012,88	100,00

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Dirot 2004.

Tabela 15 - Distribuição da arrecadação bruta do salário-educação - 2003

Discriminação	Valor (R\$)
Arrecadação Bruta	4.005.175.751,74
Taxa de Administração (Instituto Nacional de Seguridade Social)	19.544.732,40
Recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	2.000.000,00
Arrecadação Líquida	3.983.631.019,34
Cota Federal	1.327.877.006,45
Cota Estadual	2.655.754.012,89

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/Dirol 2004.

2.4 ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS SISTEMAS DE ENSINO

O Ministério da Educação exerce uma função redistributiva e supletiva, que é executada em regime de colaboração intergovernamental com os estados e os municípios. Essa função se efetiva por meio de assistência técnica e financeira aos estados, Distrito Federal e municípios, com o objetivo de assegurar a correção progressiva das desigualdades regionais, das disparidades de acesso, bem como assegurar padrões de qualidade na oferta educacional.

O Ministério da Educação descentraliza recursos financeiros para financiamento da educação infantil e ensino fundamental com ações voltadas a:

- Alfabetização e educação continuada de jovens e adultos.
- Valorização e formação de professores e trabalhadores da educação.
- Melhoria do atendimento a alunos da educação especial.
- Garantia da identidade étnica e do patrimônio cultural dos povos indígenas.
Tratamento adequado às especificidades da população das comunidades remanescentes de quilombos.
- Promoção dos valores éticos e de cidadania no ambiente escolar.

A assistência financeira é processada mediante solicitação dos órgãos e entidades previamente selecionados por meio da apresentação de projetos educacionais. Neste processo cabe às secretarias-fim do Ministério da Educação a formulação de critérios, a indicação dos possíveis participantes, além da análise do mérito da solicitação. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é o órgão responsável pela formalização do convênio, o repasse dos recursos e análise das reformulações e prestações de contas dos convênios firmados.

Programa Dinheiro Direto na Escola

A finalidade do PDDE é dar assistência financeira suplementar diretamente à escola, de modo a possibilitar que ela disponha de recursos para:

- Solucionar problemas diários de manutenção do prédio escolar e de suas instalações (hidráulicas, elétricas, sanitárias, etc).
- Suprir as necessidades de material didático e pedagógico.
- Possibilitar a realização de pequenos investimentos.

Tal finalidade visa a assegurar as condições de funcionamento da unidade de ensino, reforçar a participação social e a autogestão escolar e, por conseguinte, concorrer para a melhoria da qualidade do ensino fundamental.

Atualmente o programa encontra-se implantado e consolidado no Distrito Federal e em todos os municípios brasileiros que oferecem o ensino fundamental público por uma das redes (ou ambas): estadual e municipal de educação e ensino especial. Em 2003 foram atendidos 4.814 municípios, em todos os 27 estados da Federação, além de 1.506 entidades sem fins lucrativos. Foram gastos R\$304.522.600,00, abrangendo 117.559 escolas e 30.157.750 alunos.

Em 2004, além do atendimento regular, serão destinados recursos no montante de R\$40 milhões para auxiliar na recuperação das escolas afetadas por enchentes.

Uma das vertentes de racionalidade, que se traduz em eficiência econômica, na execução e na gestão do PDDE, é a participação das três esferas de governo e da comunidade escolar, delineada da seguinte forma:

- A União prove os recursos financeiros, define os critérios de repasse, transfere o dinheiro, acompanha e avalia o programa.
- Os governos municipais, distrital e estaduais prestam as informações necessárias à formalização dos processos de adesão e habilitação das unidades executoras das escolas, divulgam os critérios e as normas, além de oferecer orientação técnica e operacional às escolas.
- A comunidade escolar, representada pela unidade executora da escola, incumbe a tarefa de planejar a execução dos recursos, que tem início com a reunião comunitária para identificar necessidades e eleger prioridades, realizar o efetivo controle social, possibilitar a autonomia escolar e o exercício da cidadania.

Em 1998 o programa tornou-se mais eficiente e democrático, mediante a eliminação da obrigatoriedade de celebração de convênio, ou instrumento congênere, para a efetivação das transferências de recursos.

O programa conta com os mecanismos de transparência e responsabilidade descritos a seguir.

- Os critérios do programa são claros e bem-definidos e as informações de liberação de recursos e de prestação de contas estão disponíveis na página da Internet do FNDE, aspectos estes indicativos de transparência.
- Aos segmentos envolvidos (governos federal, estaduais, distrital e municipais e as organizações públicas não-estatais) recai a responsabilização solidária pelo zelo da utilização dos recursos públicos, inclusive previsto nas normas do PDDE, cuja soma de esforços dessa natureza contribui para a elevação do desempenho do programa.
- Os critérios que nortearam a política governamental implementada mediante o programa de descentralização de recursos para as escolas estão baseados sobretudo em:

Descentralização, tanto de recursos fiscais quanto de autoridade e responsabilidades, do Governo Federal para as demais esferas de governo e entidades locais.

Decisão de tomar a escola como foco principal de atuação das políticas educativas, uma vez que as atividades sociais, como educação básica e saúde, podem ser feitas com um controle muito maior da população se forem realizadas de forma descentralizada.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1 EDUCAÇÃO PARA INCLUSÃO SOCIAL

O Ministério da Educação qualifica a educação básica como direito social e tem como missão promover, em articulação com os sistemas de ensino e com os movimentos sociais organizados, a democratização da gestão escolar, o acesso aos processos educativos e o suporte à permanência de crianças, jovens e adultos nas escolas brasileiras.

Essa missão implica o enfrentamento de dois desafios amplos:

- Promover a construção de um sistema nacional articulado de educação, responsável por institucionalizar o esforço organizado, autônomo e permanente do estado e da sociedade no sentido de garantir o direito à educação.
- Consolidar as ações a partir de três diretrizes: a) democratização do acesso e ampliação do tempo de permanência de crianças e jovens nas escolas brasileiras; b) democratização da gestão; e c) construção da qualidade social da educação.

A diretriz relativa à democratização do acesso dos alunos à educação e ao aumento de sua permanência consolidará ações destinadas a:

- Ampliar o atendimento em todos os níveis da educação básica, estabelecendo diálogo com estados, municípios e sociedade civil organizada.
- Vincular o acesso e a permanência não somente à ampliação da rede física, mas também à consolidação de alternativas de sustentabilidade: políticas de transporte, de material escolar e de merenda; programas de renda mínima; outras ações destinadas à geração de emprego e renda.
- Criar condições para a ampliação do ensino fundamental para nove anos, garantindo o ingresso de crianças de seis anos no ensino fundamental.

A diretriz relativa à democratização da gestão consolidará ações voltadas a:

- Estimular os sistemas de ensino ao entendimento da participação como um mecanismo gestor da qualidade social da educação, incentivando-os à criação de canais coletivos de formulação, gestão e fiscalização das políticas educacionais.
- Subsidiar os sistemas de ensino com instrumentos que promovam o fortalecimento da gestão democrática, capacitando dirigentes, gestores, conselheiros e trabalhadores em educação.

- Incentivar a organização da sociedade civil em relação a garantia do efetivo direito à educação e à consolidação de mecanismos de gestão democrática nas instituições escolares de todo o País.

A diretriz relacionada à qualidade da educação envolverá a criação de canais institucionais capazes de:

- Conduzir os sistemas de ensino à reflexão sobre o papel social da escola na construção pessoal e apropriação coletiva do conhecimento, bem como no exercício de práticas voltadas à democratização do saber.
- Orientar os sistemas no sentido de garantir aos profissionais da educação formação inicial e continuada, plano de carreira, salários e condições de trabalho dignos.
- Conduzir os sistemas de ensino à reflexão sobre a necessidade de os currículos escolares contemplarem os "conteúdos do social", questões relativas à terra, à sustentabilidade ambiental, à empregabilidade e à qualidade de vida.

Nesse sentido, o Ministério da Educação vem materializando intenções políticas em atitudes concretas, a exemplo da elaboração de um novo desenho do Plano Plurianual (PPA), que, já traduzindo a ótica da inclusão e da qualidade da educação, assegura, por meio de programas e recursos orçamentários específicos, o fortalecimento dos diferentes níveis da educação básica no que concerne à gestão democrática dos sistemas escolares, à ampliação da oferta e à garantia de permanência das crianças e jovens em escolas públicas com padrões de qualidade social.

Vale ainda ressaltar que a Secretaria de Educação Básica está concentrando esforços em quatro eixos de atuação: a) formação inicial e continuada de professores (com ênfase na Rede de Formação Continuada); b) ampliação do ensino fundamental para nove anos; c) redefinição e oferta da formação inicial para profissionais sem habilitação mínima para exercício na educação infantil; e d) redefinição do financiamento da educação básica.

3.2 VALORIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

A valorização dos trabalhadores em educação perpassa uma política nacional que inclua, dentre outras prioridades, a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam nos sistemas de ensino, sejam eles docentes ou não-docentes. Tal formação deve consistir em uma sólida preparação teórica e prática que possibilite o reconhecimento social e as reais condições técnicas e pedagógicas ao desafio de formar cidadãos.

É notório que o desenvolvimento do aprendizado, principal função social da escola, nesta perspectiva da formação cidadã, envolve a aquisição de um conjunto de informações, habilidades e valores, todos socialmente relevantes, que ocorrem no bojo de uma ação educativa desenvolvida no interior da escola. Também é evidente que, de forma complementar à importante atuação do professor em sala de aula, ocorrem significativos

processos educativos nos demais ambientes da escola. Esses processos de comunicação interativa e de vivência coletiva colocam em cena os trabalhadores em educação não-docentes.

Considerando a insuficiente reflexão sobre o tema e a ausência de políticas nacionais que reconheçam a importância desses profissionais, a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, em parceria com a CNTE, a Undime e o Consed, programou o I Seminário sobre Política de Valorização dos Trabalhadores em Educação. O seminário teve como principal propósito formular, em regime de colaboração com sistemas de ensino e suas entidades representativas, referenciais para uma Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação em seus vários aspectos: reconhecimento profissional, incentivo salarial, carreira e principalmente formação profissional inicial e continuada.

3.3 SISTEMAS ESTADUAIS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A avaliação do desempenho de alunos e professores em uma escola que possibilite aos entes federados monitorar os processos de ensino e aprendizado desenvolvidos em suas unidades educacionais é condição para a implementação de uma política nacional de redução de desigualdades e elevação do rendimento escolar.

Medidas confiáveis de desempenho são necessárias para que alunos, professores, comunidade e Poder Público possam compartilhar e participar de modo mais efetivo no aprimoramento dos processos educacionais.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional atribui à União a responsabilidade de instituir um sistema nacional de avaliação do rendimento escolar, em regime de colaboração com os entes federados, integrando o conjunto dos estabelecimentos de ensino do País. A configuração atual da avaliação educacional ainda se encontra distante do objetivo de produzir informação de qualidade sobre as unidades escolares, permanecendo limitada, em grande medida, aos resultados do Saeb, que analisam por amostragem o rendimento dos alunos das redes de ensino das unidades da Federação. Tem-se, dessa forma, um sistema que, à exceção de algumas unidades da Federação, ainda não consegue exercer impacto direto no cotidiano da escola e não possibilita a implementação de políticas que focalizem a elevação do desempenho do alunado e do professorado das unidades escolares.

A construção de um sistema com o alcance desejável depende da implementação de programas estaduais de avaliação do rendimento escolar, com garantia de qualidade das medidas de desempenho, estabilidade de suas referências, participação dos profissionais da educação e comparabilidade de resultados entre unidades de ensino e ao longo do tempo.

Um arranjo institucional em condições de apoiar a implantação de um sistema nacional de avaliação do rendimento escolar deve buscar uma distribuição ajustada de competências entre o Ministério da Educação, as universidades e a administração pública dos sistemas educacionais.

A formatação concreta desses arranjos institucionais será objeto de convênio entre a União e as unidades da Federação, garantindo-se, em todos os casos: a) a associação com instituições universitárias para pesquisa e desenvolvimento da avaliação educacional, de modo a se produzir competência nacional nessa área em todas as regiões do País; b) a participação dos centros de pesquisa educacional, instituições de formação de professores e do associativismo docente no processo de definição de matrizes de referência e elaboração dos instrumentos de avaliação; c) a capilaridade do sistema, de modo a incorporar as unidades escolares ao processo de avaliação; e d) a flexibilidade dos programas, para possibilitar a necessária diferenciação regional sem prejuízo do caráter nacional do sistema.

REFORMAS E INOVAÇÕES INTRODUZIDAS NO SISTEMA EDUCACIONAL

4.1 FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA (FUNDESCOLA)

Caracteriza-se pelo compromisso com a qualidade social da educação brasileira, em especial do ensino fundamental.

Suas ações, critérios de atuação e procedimentos administrativos e financeiros são resultados das definições das políticas do Ministério da Educação, da legislação pertinente, bem como dos acordos de empréstimos com o Banco Mundial.

Resultado de três acordos de empréstimo firmados pelo Governo Federal com o Banco Mundial, o Fundescola tem a missão de desenvolver, avaliar e disseminar ações e projetos de melhoria da qualidade social da educação nas escolas do ensino fundamental da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, tendo em vista a ampliação das oportunidades educacionais e a contribuição para a redução das desigualdades sociais e regionais.

O Fundescola foi criado em 1998, a partir de resultados de pesquisas expressos no Programa de Pesquisa e Operacionalização de Políticas Públicas desenvolvido no âmbito do Projeto Nordeste em parceria com o Banco Mundial e o Unicef. Seus projetos e ações visam contemplar as importantes transformações que vêm ocorrendo na regulação do sistema educacional brasileiro nos últimos anos. Inicialmente o projeto destinou-se à região Norte e Centro-Oeste do País. A partir do ano 2000, passou a incorporar a região Nordeste, dando continuidade a investimentos do Governo Federal estimados em cerca de US\$1,3 bilhão para o atendimento às regiões menos desenvolvidas do País.

Ao trabalhar em parceria com as 19 Secretarias Estaduais de Educação e 384 municípios da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o Fundescola busca a articulação entre os sistemas de ensino, estimulando o diálogo político entre o Ministério da Educação, os estados e os municípios atendidos.

No escopo de ação do programa encontram-se processos e produtos educacionais que objetivam contribuir para o acesso dos alunos à educação, a permanência nos cursos e a gestão do sistema de educação básica, particularmente do ensino fundamental.

Nesse sentido o Fundescola desenvolve ações que buscam a melhoria da qualidade social da educação, com ênfase no acesso e na permanência dos alunos, tanto nas escolas urbanas quanto nas rurais.

Também contribui para a política de qualificação de professores, desenvolvendo programas de formação continuada que estimulam o repensar das práticas pedagógicas, propondo nova organização conceitual e uma prática compromissada com o aprendizado dos alunos.

Além disso, o programa desenvolve ações para a melhoria da qualidade física das escolas, colaborando para a redução das desigualdades existentes entre elas. Tendo como norte os padrões mínimos de funcionamento das escolas, o Fundescola executa, em parceria com estados e municípios, Projetos de Adequação de Prédios Escolares (PAPE), financia a aquisição de novo mobiliário para as salas de aula e a construção de novos prédios escolares e, a partir da assistência técnica na implantação e implementação de ações voltadas à gestão educacional das escolas e ao planejamento das Secretarias de Educação, o Fundescola também colabora para a melhoria da gestão da educação básica.

Nessa perspectiva, o Fundescola demonstra ser um instrumento capaz de cooperar com os sistemas educacionais na melhoria do desempenho dos alunos e na eficiência e efetividade social das escolas públicas brasileiras. Seus programas buscam, ainda, motivar os professores, contribuindo assim para o processo de transformação da educação brasileira.

Projetos e ações desenvolvidos

Formação continuada de professores - são programas de formação continuada, presenciais ou modalidade de educação a distância, com uso de material impresso para o estudo individual e coletivo dos professores e formadores. Os programas contemplam discussões teórico-práticas, envolvendo diversas estratégias de ensino e modelos pedagógicos inovadores.

Programa de Apoio à Leitura e Escrita (PRALER) - destina-se a professores do ensino fundamental, contribuindo para a melhoria do processo de alfabetização dos alunos ao longo do ano letivo.

Gestão da Aprendizagem Escolar (GESTAR) - destina-se a professores do ensino fundamental na área de Matemática e Língua Portuguesa. Inclui avaliação diagnóstica dos alunos e reforço do aprendizado.

Novos Rumos da Avaliação Escolar - estimula os profissionais do ensino a refletir sobre a avaliação do rendimento escolar e a buscar alternativas de processos de avaliação formativa, dinâmica e compromissada com o desenvolvimento pleno do indivíduo.

Fortalecimento do Trabalho da Equipe Escolar - visa a promover a integração da equipe escolar para a melhoria do processo pedagógico. Desenvolve-se a partir da responsabilização social de cada membro da comunidade escolar para a conquista da qualidade do ensino.

Escola Ativa - metodologia de ensino destinada às classes multisseriadas (alunos de diferentes séries agrupados em um mesmo espaço escolar) da zona rural. Reúne auto-aprendizado, trabalho em grupo, ensino modular, livros didáticos especiais, participação da

comunidade, formação dos professores, acompanhamento dos alunos e assessoramento pedagógico mensal às escolas.

Programas de apoio à escola e às Secretarias de Educação

Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE) - metodologia de planejamento criada para apoiar a comunidade a aperfeiçoar a gestão da escola. Após elaborar o PDE, as escolas selecionam metas e ações consideradas prioritárias à melhoria do aprendizado dos alunos para ser financiadas pelo Fundescola e Secretarias de Educação por meio do Projeto de Melhoria da Escola (PME).

Planejamento Estratégico da Secretaria (PES) - difunde processos de gestão e metodologias visando à ampliação da capacidade institucional das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, buscando o alinhamento das políticas e ações de forma a priorizar a gestão dos sistemas educacionais e a melhoria dos resultados do aprendizado dos alunos.

Projeto de Adequação dos Prédios Escolares (PAPE) - repasse de recursos para as escolas, destinados à adequação das salas de aula e dos sanitários, para que alcancem padrões construtivos mínimos e disponham de condições para a utilização adequada de mobiliário e equipamento escolar a ser fornecido pelo Fundescola.

4.2 PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DOS SISTEMAS DE ENSINO

Gestão Democrática da Escola - Programa Nacional de Fortalecimento do Conselho Escolar

As escolas brasileiras vêm, ao longo dos últimos anos, recebendo cada vez mais responsabilidades, além das que já são da sua alçada. Para atender a essas demandas, espera-se que a escola crie dinâmicas diferenciadas na sua atuação, desde a dinâmica da sala de aula até a de uma gestão participativa. Essas dinâmicas deverão mexer com toda a escola: espaço físico, professores, comunidade. Implicam também uma responsabilidade do meio onde está inserida, envolvendo maior número de intervenientes no processo educativo. Para o sucesso dessa empreitada, a gestão democrática da escola e o progressivo aumento de sua autonomia são requisitos indispensáveis para o alcance do objetivo desejado, que é a melhoria da qualidade do ensino ofertado aos alunos. Para que isso ocorra de maneira efetivamente representativa, faz-se necessário implantar ou fortalecer o Conselho Escolar, que deve ser o órgão colegiado responsável por representar todos os segmentos presentes na escola, com vistas à construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola.

Para apoiar os sistemas nesse sentido, o Ministério da Educação elaborou uma política nacional de fortalecimento do Conselho Escolar, cujo objetivo é:

- Apoiar a implantação ou fortalecimento de Conselhos Escolares.
- Subsidiar a atuação dos Conselhos por meio da produção e distribuição de material instrucional específico para este fim.
- Articular e integrar ações entre as Secretarias Estaduais de Educação, os Conselhos Estaduais de Educação, as Secretarias Municipais de Educação, os Conselhos Municipais de Educação, as universidades, visando ao fortalecimento dos Conselhos Escolares.
- Instituir políticas de indução para implantação de Conselhos Escolares.

Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação

A meta é capacitar quatro conselheiros por município, dentre secretários municipais de educação, professores, pais, dirigentes escolares para municípios com conselho instalado e em funcionamento. Para municípios que pretendem instalar ou motivar a criação de Conselho Municipal de Educação deverão ser indicados dois representantes da Secretaria Municipal de Educação. No ano de 2003, foram realizados: 2 encontros estaduais, com aproximadamente 50 participantes no estado do Acre e 300 participantes no estado de Pernambuco. Criação de um cadastro dos municípios, identificando os que possuem Conselhos Municipais de Educação; desenvolvimento de um banco de dados do Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME) com orientações sobre normas educacionais, leis e planos municipais de educação, que pode ser acessado no *site* do Ministério da Educação; elaboração do Caderno de Referência Pró-Conselho.

4.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS

A Política Nacional de Educação Ambiental é uma proposta programática de promoção da educação ambiental em todos os setores da sociedade. Diferentemente de outras leis, não estabelece regras ou sanções, mas responsabilidades e obrigações.

Ao definir responsabilidades e inserir-se na pauta dos diversos setores da sociedade, a Política Nacional de Educação Ambiental institucionaliza essa educação, legaliza seus princípios, transforma-a em objeto de políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a promoção da educação ambiental.

Finalmente, a Política Nacional de Educação Ambiental legaliza a obrigatoriedade de trabalhar o tema ambiental de forma transversal, conforme foi proposto pelos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais.

Destaca-se uma ação diretamente voltada para jovens: a Conferência Nacional Infância-Juvenil pelo Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente e da Educação desenvolveram um amplo processo participativo em Conferências do Meio Ambiente nas Escolas para saber o que pensam e querem os jovens para o meio ambiente. Quase 16 mil escolas de todo o País (4 mil municípios) mobilizaram mais de 5,6 milhões de estudantes e comunidades, tornando-se espaços de debates sobre problemas

socioambientais e de construção de propostas de políticas ambientais. Esse processo de educação ambiental culminou com a Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente, realizada entre o dia 27 e 30 de novembro de 2003, em Brasília, com a presença de 378 jovens delegados de todos os estados da União entre 11 e 15 anos e jovens observadores estrangeiros da África, Índia e México, além da participação das minorias: indígenas, quilombolas, ribeirinhos, estudantes da zona rural, portadores de necessidades especiais, etc. Para realizá-la, foram criadas 26 Comissões Organizadoras Estaduais e uma no Distrito Federal, formadas por múltiplos segmentos da sociedade e também por Conselhos Jovens com membros de organizações de juventude.

Os participantes de cada Conferência na Escola elegeram um delegado, definiram uma proposta de política ambiental e elaboraram um cartaz de campanha sobre a proposta para sua comunidade. Os delegados participantes da Conferência Nacional foram selecionados pelo Conselho Jovem de cada estado a partir da análise dos cartazes, de acordo com um Regulamento Nacional. A partir das propostas das escolas, as delegações debateram, priorizaram e qualificaram as propostas mais significativas para a juventude. Como continuidade da conferência, está em desenvolvimento o programa Vamos Cuidar do Brasil, que contempla as 16 mil escolas participantes e pretende fortalecer os Conselhos Jovens articulados na Rede da Juventude pela Sustentabilidade.

Relevância do projeto para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável

A Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente foi um momento inédito no País e no mundo - adolescentes e toda a comunidade escolar participaram da construção da política para o desenvolvimento sustentável. Assim, os jovens tiveram a oportunidade de mostrar o que pensam e o que querem para a construção de um Brasil sustentável. As escolas, ao trabalhar a dimensão política da educação ambiental, colaboraram na promoção de transformações para o fortalecimento dos indivíduos, grupos e sociedades.

A metodologia adotada - Conferências de Meio Ambiente nas Escolas - transforma a escola num espaço de debate político e de construção de conhecimento coletivo em que a opinião dos jovens é respeitada e valorizada. A simplicidade da metodologia foi fundamental para a rápida compreensão e expansão da proposta, que se mostrou adequada à demanda popular por espaços de participação. Esse mesmo formato pode ser utilizado para deliberações coletivas nos mais diversos assuntos, potencializando o papel da escola como palco de debates políticos, envolvendo a comunidade, valorizando cada vez mais o protagonismo dos adolescentes e jovens.

Em 2004 os desdobramentos dessa ação envolvem a formação continuada de 32 mil professores do País em Água para a Vida e Consumo Sustentável e a criação de Conselhos de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas que participaram da conferência a partir da formação direta de 32 mil alunos delegados e suplentes. As escolas e os jovens que realizaram conferências trabalharão de forma integrada na busca e na

construção de conhecimento ambiental significativo para a resolução dos problemas socioambientais locais.

4.4 PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)

O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é desenvolvido pelo Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da Secretaria de Educação Básica, e tem como objetivo adquirir e distribuir livros didáticos e dicionários aos alunos do ensino fundamental da rede pública de ensino.

Criado em 1985, o PNLD passou por várias modificações: a principal delas foi, em 1996, a introdução da avaliação pedagógica no processo de aquisição e distribuição de livros, o que significa dizer que, a partir de então, os livros a ser adquiridos passariam por um rigoroso processo de avaliação de sua qualidade pedagógica e editorial antes de chegar à escola.

No âmbito do PNLD, a avaliação das obras constituiu-se num marco, porque propiciou a discussão sobre o modelo do livro didático, que, ao longo de vários anos, vinha se consolidando no sistema educacional, e, além disso, possibilitou que os livros distribuídos às escolas não contivessem mais erros conceituais, preconceitos ou inadequações metodológicas.

Por meio do PNLD, são adquiridos livros para cinco componentes curriculares: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História e Geografia (1ª a 8ª série), além de livros de alfabetização e dicionários.

Metodologia de avaliação de livros didáticos

O processo de avaliação, coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, é realizado por meio de convênio com universidades, segundo as áreas do conhecimento:

- Língua Portuguesa e Alfabetização - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Matemática - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- Ciências - Universidade de São Paulo (USP)
- História e Geografia - Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Na avaliação pedagógica das obras, há três critérios eliminatórios comuns a todas as áreas do conhecimento: a) os livros não podem conter incorreção nos conceitos e informações desatualizadas; b) os livros não podem apresentar incorreção e inconsistência metodológicas; e c) os livros não podem trazer em seu corpo tipo algum de preconceito, discriminação ou doutrinação religiosa.

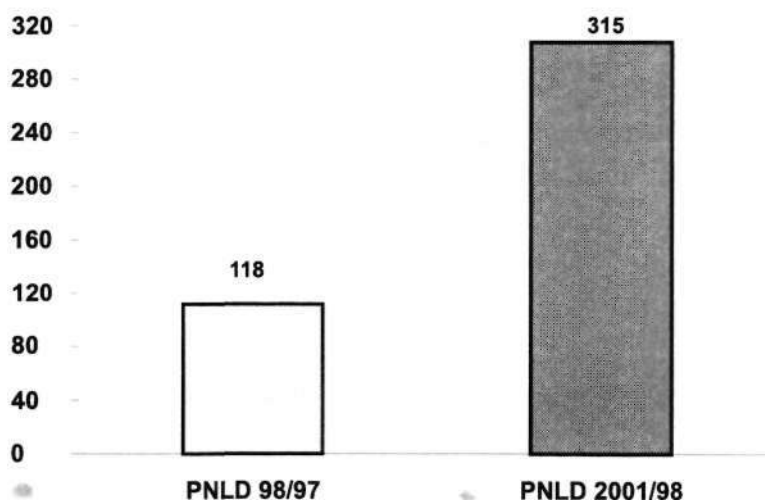
Os demais critérios existentes dizem respeito às especificidades de cada uma das áreas do conhecimento.

Impactos do PNLD

Assim, a avaliação pedagógica propiciou as seguintes mudanças no cenário educacional e editorial brasileiro recente:

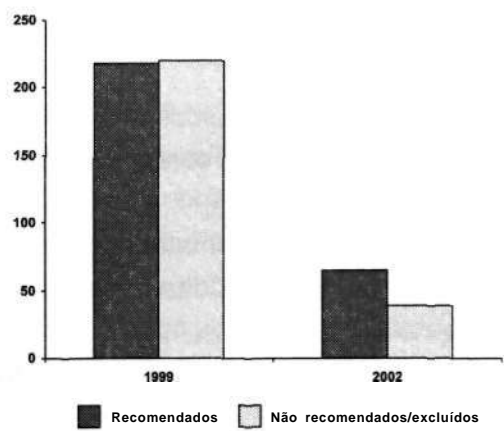
- Possibilitou a renovação dos livros utilizados nas escolas públicas, com a inscrição, a cada novo processo de avaliação, de obras novas, conforme é possível observar no Gráfico 3 seguinte.
- Possibilitou a elaboração de mais um material de apoio ao professor, o Guia de Livros Didáticos, contendo as resenhas das coleções aprovadas pelo Ministério da Educação.
- Levou ao aprimoramento progressivo dos conteúdos dos livros da área de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, além de dicionários, havendo uma diminuição significativa no número de livros excluídos, ao longo dos processos de avaliação do PNLD, conforme é possível observar no Gráfico 4 e 5.

Gráfico 3 - Títulos novos analisados no PNLD/1998 e 2001, em relação aos títulos inscritos, respectivamente no PNLD/1997 e 1998



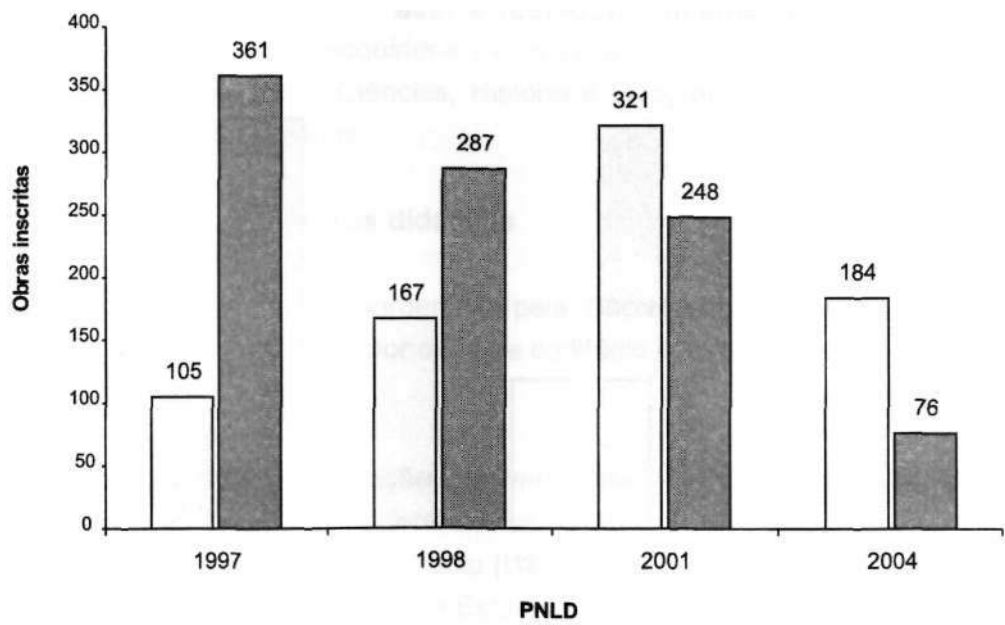
Fonte: MEC/SEB 2004.

Gráfico 4 - Distribuição das obras avaliadas por menção recebida em cada PNLD (1ª a 4ª série)



Fonte: MEC/SEB 2004.

Gráfico 5 - Distribuição das obras avaliadas por menção recebida em cada PNLD (5ª a 8ª série)



Fonte: MEC/SEB/FNDE 2004.

- Especificamente, em relação ao meio editorial, houve maior estímulo à melhoria da qualidade do livro, tanto do ponto de vista de seu conteúdo conceitual e metodológico quanto da sua estrutura física e gráfica.
- Estimulou o envolvimento dos professores e da comunidade educacional com a escolha do livro didático, a partir da divulgação dos resultados e da elaboração do Guia do Livro Didático.

- Fomentou o interesse de alunos, professores e universidades pelo tema, passando o livro didático a ser objeto de pesquisas e estudos realizados pelo meio acadêmico.

Os professores das escolas públicas indicam os livros didáticos que desejam adotar e o Governo Federal os adquire de forma centralizada, exceto no caso do estado de São Paulo, e os distribui gratuitamente para alunos e professores do ensino fundamental da rede pública de ensino. A aquisição centralizada proporciona economias de escala.

Inovações: distribuição de dicionários da língua portuguesa para 5ª a 8ª série e aprovação da extensão do programa para o ensino médio.

Ainda como compromisso com a melhoria qualitativa do ensino brasileiro, no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), a partir de 1996 foi universalizada a distribuição gratuita de livros didáticos da disciplina de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia a todos os alunos matriculados nas escolas públicas do ensino fundamental. Além disso, nesse mesmo ano, teve início o trabalho de avaliação pedagógica dos livros a ser adquiridos com recursos públicos.

Entre os avanços obtidos nos últimos anos, é possível identificar a melhoria da qualidade das obras didáticas escolhidas pelos professores e a chegada dos livros às escolas antes do início do ano letivo.

Para o PNLD/2005, de 5ª a 8ª série, foram encaminhadas à SEB/MEC, após triagem, 129 coleções - 36 coleções de Língua Portuguesa, 29 de Matemática, 16 de Geografia, 29 de História e 19 de Ciências - que passaram pelo processo de avaliação.

As obras avaliadas constarão do Guia de Livros Didáticos e serão objeto de escolha por parte dos professores. Irão atender a todos os alunos de 5ª a 8ª série matriculados na rede pública de ensino no ano 2005, 2006 e 2007, uma vez que os livros produzidos para o PNLD devem ter a duração de três anos, exceto o material de 1ª série, nos quais o aluno escreve no livro. São entregues, ainda, dicionários e livros de alfabetização aos alunos da 1ª série todos os anos.

Em 2005 serão distribuídos cerca de 128 milhões de exemplares, atendendo a 31,9 milhões de alunos, o que representa um investimento de R\$620 milhões. O principal impacto social que este programa produz diz respeito ao atendimento a todos os alunos matriculados no ensino fundamental com o material didático necessário ao desenvolvimento do trabalho pedagógico em sala de aula, fazendo que o aluno, com acesso a esse material, tenha mais oportunidade de alcançar o sucesso escolar. Outro impacto importante está relacionado à chegada dos livros antes do início do ano letivo, o que certamente diminui as possibilidades de abandono e evasão do aluno por não portar o material didático necessário desde o início das aulas.

Tendo em vista que o livro é um instrumento essencial para o aprendizado do aluno, a partir de 2006 o programa será estendido para o ensino médio, iniciando-se pela distribuição de livros de Matemática e Português nos estados do Norte e Nordeste.

4.5 INCENTIVO A LEITURA - PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE)

Considerando a necessidade de estimular a leitura e com o objetivo de dinamizar as bibliotecas das escolas públicas, o Ministério da Educação vem, desde 1997, atuando na distribuição de acervos que possibilitem o acesso de alunos e professores do ensino fundamental à cultura e à informação. Essa distribuição é feita por meio do Programa Nacional Biblioteca da Escola, instituído pela Portaria Ministerial nº 584, de 28 de abril de 1997, desenvolvido pela Secretaria de Educação Básica e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Em 1998 foram distribuídos 123 títulos, que contemplavam obras de formação histórica, econômica e cultural do País. Além disso, foram distribuídos dicionários, atlas, enciclopédias e outras obras de referência. Naquele momento, atendeu-se a 20 mil escolas públicas de ensino fundamental em todo o Brasil.

Em 1999 foi distribuído um acervo de 110 títulos, para 36 mil escolas públicas, contendo obras de literatura infantil e juvenil, assim como títulos relacionados à educação indígena e à educação especial.

Em 2001 o Ministério da Educação, preocupado não só em dotar as bibliotecas escolares, ampliou as ações anteriores e passou a selecionar e distribuir uma coleção de livros de literatura a todos os alunos que estavam cursando, no ano 2002, a 4ª e 5ª série do ensino fundamental e às suas escolas. As coleções foram intituladas Literatura em Minha Casa. Naquela ação, foi entregue uma coleção com cinco volumes para cada aluno e um conjunto com todas as seis coleções selecionadas para a escola. Dessa forma foi possível fazer que os momentos de leitura não acontecessem somente no ambiente escolar, mas principalmente em família. Esse fato é relevante se considerarmos que grande parte dos lares brasileiros dispõe de pouco ou nenhum material de leitura, notadamente obras literárias.

Em 2002 o ministério manteve a sistemática do PNBE/2001 e distribuiu uma coleção de obras de literatura - também intitulada Literatura em Minha Casa - aos alunos matriculados na 4ª série do ensino fundamental e a suas escolas. A opção por distribuir, por dois anos consecutivos, livros aos alunos, em vez de distribuí-los apenas às bibliotecas, também teve por objetivo despertar nesses alunos e em suas famílias o interesse pela produção cultural brasileira e mundial, além de propiciar uma experiência estético-cultural extremamente significativa. Agrega-se a isso que o livro, bem como os demais materiais de leitura, é um instrumento de cidadania. A escola, ao formar os cidadãos, precisa vinculá-los a seu contexto social, político, histórico e cultural. A proposta do programa é que alunos, pais, professores tenham o livro como objeto de arte e o texto escrito para ser, acima de tudo, apreciado.

Para o PNBE 2003, novas mudanças foram implementadas. Visando a ampliar o universo de leitores, optou-se por constituir três acervos diferentes, para ser distribuídos aos alunos de 4ª e 8ª série e para os alunos da educação de jovens e adultos.

Foram, então, selecionadas 10 coleções compostas por uma antologia poética brasileira; uma antologia de contos brasileiros; uma novela brasileira; uma obra clássica da literatura universal, traduzida ou adaptada; uma peça teatral brasileira, ou obra, ou antologia de textos de tradição popular brasileira, para ser distribuídas aos alunos da 4ª série.

Para distribuição aos alunos da 8ª série, foram selecionadas também 10 coleções, com a seguinte composição: uma antologia poética brasileira; uma antologia de crônicas e contos brasileiros; uma novela ou romance nacional ou estrangeiro (neste último caso, traduzido, adaptado ou não); e uma peça teatral brasileira ou estrangeira.

Para atendimento à educação de jovens e adultos, foram selecionadas 4 coleções, intituladas Palavra da Gente, constituídas por seis volumes: um ensaio ou reportagem sobre um aspecto da realidade brasileira; uma antologia de crônicas e contos brasileiros; uma obra ou antologia de textos da tradição popular brasileira em prosa ou verso; uma antologia poética brasileira; uma peça teatral brasileira ou estrangeira; e, por fim, uma biografia ou relato de viagem.

Metodologia para avaliação das coleções

Para o desenvolvimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola, o Ministério da Educação envolve as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. Esse envolvimento tem início com a avaliação e seleção das obras. Para avaliar as coleções, o Ministério da Educação institui um colegiado composto por um representante por estado do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), um representante por estado da União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e pelos membros da Comissão Técnica formada por especialistas na área de leitura, literatura e educação.

Cada coleção é submetida a três avaliações independentes, realizadas por duplas de avaliadores, segundo os critérios estabelecidos no edital de convocação. Em seguida, as duplas elaboram um parecer contendo a síntese da avaliação das duplas. O resultado da avaliação é o reflexo dos pareceres das duplas de leitores.

Espera-se que, ao receber as coleções que compõem o PNBE, alunos, famílias e escolas estabeleçam mais um vínculo, capaz de despertar um interesse comum: o respeito e o gosto pelos valores inerentes às obras literárias como meios de representação de diferentes visões de mundo.

Tabela 16 - Números referentes a tiragem total, alunos, escolas atendidas e recursos alocados

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Nº de Acervos/ Coleções	20.000 acervos	36.000 acervos	30.718 acervos	12.184.788 coleções	4.216.576 coleções	4ª-4.062.510 coleções 8ª-3.745.810 coleções EJA-544.916 coleções
Nº de Alunos Assistidos	16.600.000	10.800.000	Profissionais de Educação de 1ª a 8ª série	8.560.000	3.530.000	4ª - 3.449.253 8ª - 2.969.086 EJA-463.134
Nº de Escolas Assistidas	20.000 (escolas de 1ª a 8ª com mais de 500 alunos)	36.000 (escolas de 1ª a 4ª com mais de 150 alunos)	30.718	139.000	70.500	4ª-124.408 8ª - 35.685 EJA-10.964
Recursos Alocados	23.500.000	17.500.000	15.179.101,00	50.302.864,88	19.523.386,00	45.807.145,00

Fonte: SEB 2004.

4.6 TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

TV Escola Digital Interativa

A TV Escola é um canal de televisão via satélite dedicado exclusivamente à educação. Seu objetivo principal é aperfeiçoar, capacitar e valorizar os professores e gestores da rede pública da educação básica. É também utilizada como recurso pedagógico nas escolas, enriquecendo o processo de ensino-aprendizado e contribuindo para a inclusão digital da escola pública.

Esse canal distribui a todas as escolas de educação de nível médio e fundamental com mais de 100 alunos um *kit* constituído de televisor, videocassete, antena parabólica, receptor de satélite e um conjunto de 10 fitas de vídeo VHS para iniciar as gravações. Mais de 56 mil escolas já dispõem desse equipamento.

A TV Escola oferece 15 horas de programação de alto padrão educativo, retransmitindo vídeos do Brasil e do mundo. Os programas são repetidos para oferecer às escolas diferentes alternativas de horário para gravar a programação. Nos finais de semana, vai ao ar a Escola Aberta, uma seleção especial que busca responder aos interesses e às necessidades da comunidade.

Em 2003 o Ministério da Educação lançou a TV Escola Digital Interativa, tecnologia 100% brasileira e de baixo custo. Trata-se de um instrumento de educação a distância que integra as mídias via satélite. Por sua flexibilidade, a TV Escola Digital Interativa pode levar e armazenar informações, materiais didáticos, instruções, enviar e receber demandas e sugestões, abrindo uma nova perspectiva de interatividade com os usuários, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação. Vale ressaltar que está sendo implementado um projeto-piloto em sete estados da Federação: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Curso TV na Escola e os Desafios de Hoje

Lançado em 2000, é um curso de extensão a distância, destinado a professores, coordenadores e diretores de escolas públicas de ensino fundamental e médio no Brasil. Os objetivos do curso TV na Escola e os Desafios de Hoje são:

- Desenvolver a capacidade de análise crítica dos conteúdos apresentados, motivando o professor/aluno à transformação da realidade e não a sua mera reprodução.
- Identificar aspectos teóricos e práticos sobre os meios de comunicação no contexto das novas tecnologias de comunicação, informação e multimídia, destacando aqueles que julgar mais úteis ao processo de ensino-aprendizado.
- Explorar o potencial dos recursos da TV Escola no projeto político-pedagógico da escola, sua gestão no cotidiano escolar e sua oferta à comunidade.
- Elaborar propostas concretas de utilização do acervo da TV Escola no desenvolvimento das atividades curriculares das várias áreas do conhecimento, bem como de outras tecnologias da comunicação e informação.

O curso de 180 horas está organizado em três módulos de 60 horas que contemplam os seguintes conteúdos: Módulo 1 - Tecnologias e Educação: Desafios e a TV Escola; Módulo 2 - Usos da Televisão e do Vídeo na Escola; Módulo 3 - Experimentação: Planejando, Produzindo.

Integra cada módulo, além do material impresso e dos programas produzidos especificamente para o curso, uma relação de vídeos do acervo da TV Escola que ampliam, reforçam e exemplificam os conteúdos abordados. A transmissão dos vídeos é feita pela TV Escola, conforme grade de programação informada aos cursistas.

Atualmente o curso é desenvolvido por 26 instituições de ensino superior integrantes do Consórcio UniRede (Universidade Virtual Pública do Brasil) que atuam em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação. O acompanhamento e a assistência aos estudantes matriculados no curso são descentralizados. A orientação acadêmica é oferecida por meio de plantão semanal em três turnos - manhã, tarde e noite. O atendimento é feito presencialmente, via correio, fax, telefone e Internet. Algumas instituições dispõem de uma linha 0800 para esse serviço.

Os estudantes que completam a carga horária total de 180 horas e têm seu trabalho final aprovado recebem um certificado emitido pela IES na qual foram matriculados. A certificação também pode ser oferecida pela conclusão de cada módulo.

O curso matricula uma média de 30.000 educadores por ano, totalizando, desde 2000, um atendimento a cerca de 120.000 professores e gestores.

Motivada pela experiência de um professor cego de Rondônia, a Secretaria de Educação a Distância promoveu a impressão dos materiais na linguagem Braille. Na Faculdade de Educação da UnB, foi implantada uma linha de pesquisa para acompanhar e avaliar a experiência de uso do curso por portadores de deficiência visual. Os resultados estão previstos para ser divulgados em 2004.

A repercussão do projeto e a política de integração de tecnologias fizeram que o curso buscasse a estratégia de uma oferta online. Em 2003 o estado do Ceará, Bahia, Goiás, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul e Distrito Federal ofereceram o curso pela Internet, coordenados pela Universidade de Brasília.

Diversas universidades parceiras estão inserindo os conteúdos do curso em suas licenciaturas, assegurando aos futuros professores o domínio da tecnologia, objeto de estudo.

Projeto Rádio Escola

O Projeto Rádio Escola foi iniciado em 2000, como apoio a ações de capacitação de alfabetizadores de jovens e adultos.

Em 2003, em conjunto com a Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), o Rádio Escola redefiniu sua linha de ação, inspirando-se no Projeto Educom.Radio, implantado com sucesso pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em parceria com a Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

O fundamento teórico baseia-se em pesquisas recentes do Núcleo de Comunicação e Educação da ECA/USP, demonstrando um campo emergente da prática social, com referenciais teóricos e metodológicos próprios - a "educomunicação". A educomunicação designa todos os esforços realizados pela sociedade com o objetivo de aproximar os campos da cultura, comunicação e educação. Desenvolve-se por meio de atividades específicas, entre elas: educação para a recepção crítica dos meios de comunicação, mediação tecnológica em espaços educativos, expressão comunicativa por meio das artes e gestão da comunicação em espaços educativos.

O projeto-piloto do Rádio Escola recebeu o nome de Educom.Radio Centro-Oeste, pois atenderá aos três estados dessa região: Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Serão beneficiados diretamente 15 profissionais da educação, integrantes da equipe técnico-pedagógica de cada estado, e 140 docentes, vinculados às 70 escolas selecionadas. O projeto alcançará 2.240 beneficiários indiretos entre alunos e comunidade do entorno da escola.

O Educom.Radio Centro-Oeste privilegia o emprego da linguagem radiofônica por meio da introdução de um laboratório de rádio em cada escola e inicia-se com a realização de um curso de extensão universitária de caráter semipresencial com 180 horas. Trata-se de uma série de atividades teóricas e práticas para introduzir o conceito e os procedimentos da educomunicação nos espaços educativos. Ao final do curso, esses profissionais receberão certificado de extensão da Universidade de São Paulo (USP).

Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo)

O Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo) foi lançado em 9 de abril de 1997, com o objetivo de disseminar, em parceria com estados e municípios, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas escolas públicas brasileiras como apoio ao processo de ensino-aprendizado, visando a:

- Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizado.
- Propiciar uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico.
- Preparar o aluno para o exercício da cidadania.
- Valorizar o professor.

A partir de diretrizes nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação e aprovadas pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), o programa foi implantado de forma descentralizada e é executado por Coordenações Estaduais ou Municipais de acordo com as prioridades pedagógicas definidas pelos respectivos sistemas educacionais.

Programas desse porte, na educação, não devem limitar-se a colocar computadores na escola e a dar treinamentos superficiais a professores e alunos para adquirir habilidades somente com os *softwares*: é preciso prepará-los para promover mudanças na cultura escolar em termos de currículo, nos processos de ensino-aprendizado e nas relações com a comunidade de acordo com as novas realidades socioculturais que exigem dos indivíduos uso intensivo de tecnologia associado a novos conhecimentos e habilidades.

O ProInfo realiza atividades de capacitação de recursos humanos, aquisição de *hardware* e *software* para equipar Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE) e escolas, orientação tecnológica e suporte técnico, além de avaliação do impacto da inserção das tecnologias nas escolas públicas.

O fator-chave para o sucesso do ProInfo é a existência de pessoal qualificado no aspecto pedagógico, técnico e gerencial, portanto a capacitação de recursos humanos é uma atividade fundamental para o programa. As estratégias de capacitação são:

- Professores capacitando outros professores.
- Técnicos de suporte formados com visão pedagógica.
- Alunos capacitados tecnicamente para manter equipamentos e *software* trabalhando de acordo com o planejado pelas escolas.

- Gestores educacionais capacitados para gerenciamento de projetos educacionais que utilizam tecnologia.

Outro aspecto a ser destacado é a necessidade de as escolas realizarem planejamento prévio, antes de receber os computadores, para estabelecer o uso do recurso em benefício de professores e alunos e em conformidade com a sua visão pedagógica, além de prover infra-estrutura apropriada, como espaço físico, energia elétrica e segurança.

Para desenvolver essas ações, o ProlInfo conta com os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), que atuam no acompanhamento e avaliação do processo de inserção das tecnologias no fazer pedagógico da escola. Os NTE são estruturas integradas por técnicos de informática e multiplicadores. Os multiplicadores, por sua vez, são professores das redes estaduais e municipais de educação, formados em cursos de especialização ministrados por universidades e supervisionados pelo ProlInfo.

O programa dispõe, ainda, do Centro de Experimentação em Tecnologia na Educação (CETE), localizado nas dependências do Ministério da Educação em Brasília, para promover o uso das tecnologias em educação, disseminar informações, pesquisar e divulgar soluções e produtos e apoiar os NTE e escolas.

Tabela 17 - Principais números do ProlInfo

Discriminação	Metas Iniciais	Metas Realizadas até 2003
Escolas atendidas	6.000	4.638
NTE implantados	200	326
Multiplicadores formados	1.000	2.169
Professores capacitados	25.000	258.560
Técnicos capacitados	6.000	10.087
Gestores capacitados	Não havia previsão inicial	9.085
Computadores instalados	105.000	53.895

Fonte: Seed 2004.

Ambiente Digital de Aprendizagem

A equipe do ProlInfo desenvolveu um Ambiente Digital de Aprendizagem denominado e-ProlInfo como apoio ao processo de ensino-aprendizado com base na tecnologia da Internet. Tal tecnologia permite a concepção, implantação e operacionalização de uma infra-estrutura completa para a criação, condução e administração de ambientes de aprendizado, como cursos a distância, complementos a distância para cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância ao processo de ensino-aprendizado.

Rede Internacional Virtual de Educação (RIVED)

O Rived é uma iniciativa pioneira de criação de material didático para a melhoria no ensino das Ciências e da Matemática no ensino médio presencial. Tem como elemento-chave o uso das novas tecnologias de informática e comunicação. É uma parceria de países da América Latina - Brasil, Argentina, Peru e Venezuela.

O objetivo é suprir, num primeiro momento, os professores da área de Ciências da Natureza e de Matemática com materiais didáticos que revolucionem e facilitem o aprendizado dos alunos, dando maior significado, contextualização e proximidade aos conteúdos, relacionando-os à realidade vivenciada pelos estudantes.

O Rived tem criado módulos educacionais, constituintes de atividades pedagógicas que compõem objetos de aprendizado. Esses módulos poderão ser usados na educação presencial ou a distância por meio de um repositório on-line acessível pela Internet.

A equipe brasileira está alocada no Centro de Experimentação em Tecnologia Educacional (CETE) e tem como sua principal característica a interdisciplinaridade. É formada por pedagogos, desenhistas instrucionais, professores das áreas de conhecimento, ilustradores e técnicos de informática.

Durante a primeira fase do projeto foram produzidos 20 módulos educacionais, o sistema de repositório e catalogação online e a sistematização do processo para a criação dos módulos educacionais, adotando o princípio da replicação.

Fábrica Virtual

O projeto Fábrica Virtual caracteriza-se como a segunda fase do Projeto Rived, em que a equipe inicial cessa a produção de módulos e passa a auxiliar novas equipes na produção de material.

É uma ação que tem como principais objetivos a potencialização da produção de módulos educacionais para contemplar todo o currículo do ensino médio (nas Ciências e na Matemática) e o envolvimento da Academia para a sensibilização dos graduandos (nas licenciaturas e computação) para o uso didático da tecnologia.

Participarão, inicialmente, doze instituições públicas de ensino superior com equipes multidisciplinares de produção para o desenvolvimento de módulos educacionais nos padrões estruturados pelo Rived.

Essa fase tem o intuito de fazer que os futuros professores passem a ter uma postura ativa, deixando de ser consumidores de materiais prontos para ser produtores de novas tecnologias de ensino. Para tanto, as equipes serão capacitadas a distância no uso das tecnologias aplicadas à educação, bases pedagógicas que norteiam a construção de material didático para a mídia computador e no processo de produção de módulos utilizado pelo Rived.

Serão realizados cursos a distância, objetivando o aprendizado do uso das tecnologias de informação e comunicação aplicadas à educação dos módulos educacionais desenvolvidos pelo Rived.

Programa Governo Eletrônico (GESAC)

Serviço de atendimento ao cidadão, instituído pelo Ministério das Comunicações em março de 2002, é uma iniciativa de universalização do acesso à Internet para as populações de baixa renda.

Desde maio de 2003, foi estabelecida parceria com o Ministério da Educação para conectar escolas públicas brasileiras à Internet, em banda larga, via satélite. Até fevereiro de 2004, o Gesac atendeu a 2.363 escolas públicas.

Os critérios para a seleção dessas escolas foram: localização em regiões de baixo índice de Desenvolvimento Humano e com dificuldades de acesso à Internet em banda larga por redes de telecomunicações tradicionais, além de existência de projetos para uso pedagógico da tecnologia.

WebEduc

É um fórum sobre as novas tecnologias na educação. Seu objetivo central é fazer que franceses e brasileiros troquem experiências, favorecendo contatos e fomentando projetos comuns.

O *site* é bilíngüe e oferece dados sobre o Brasil em francês e informações sobre a França em português.

4.7 CONTROLE SOCIAL

As principais ações de controle social dos programas financiados pelo Ministério da Educação são:

- Acompanhamento e controle social do Programa Transporte do Escolar e de Apoio à Educação de Jovens e Adultos pelos Conselhos do Fundef, constituídos das respectivas Secretarias Municipais de Educação, professores e diretores das escolas, pais de alunos, servidores das escolas, e o Conselho Municipal ou Estadual de Educação, caso exista.
- Fiscalização do Pnae por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), constituídos por representantes do governo e membros da sociedade civil, responsáveis pelo monitoramento e avaliação do emprego do dinheiro público.
- Fiscalização do PDDE por meio dos Caixas Escolares, formados geralmente por membros da Associação de Pais e Mestres (APM) e outros componentes da sociedade civil, responsáveis pelo acompanhamento da utilização dos recursos.

ASSISTENCIA AO EDUCANDO

5.1 Transporte do Escolar

O Programa Nacional de Transporte do Escolar tem por objetivo contribuir financeiramente com os municípios para o transporte diário de alunos da rede pública do ensino fundamental residentes na área rural, propiciando, assim, o seu acesso e a sua permanência nas escolas, bem como de alunos com necessidades educacionais especiais.

Os recursos, que até 2003 eram repassados para aquisição de veículos por meio de transferência voluntária, desde 2004 estão sendo transferidos para custeio automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere, agilizando, assim, o processo de repasse e universalizando o atendimento.

Os recursos transferidos destinam-se à cobertura de despesas com manutenção de veículos escolares de frotas existentes, pertencentes à esfera municipal ou estadual, e ainda à contratação de serviço terceirizado de transporte escolar, tendo como base o quantitativo de alunos transportados e informados no Censo Escolar, relativo ao ano anterior ao do atendimento.

Algumas Organizações Não-Governamentais (ONGs), entidades filantrópicas sem fins lucrativos mantenedoras de escolas especializadas do ensino fundamental, continuarão a receber os recursos por meio de transferência voluntária, via convênio, para aquisição de veículos automotores Okm, no valor de até R\$30 mil.

O orçamento do programa passa de R\$51 milhões para R\$246 milhões. Soma-se a este recurso o valor de R\$5 milhões, destinado à aquisição de veículos pelas ONGs mantenedoras de escolas especializadas do ensino fundamental.

Para este exercício está previsto o atendimento a 5.359 municípios, beneficiando 3.219.975 alunos, sendo 1.123.746 da rede pública estadual e 2.096.229 da rede pública municipal.

Tabela 18 - Total de veículos adquiridos pelo programa - Municípios

Ano	N ^o Atendimento	Valor em R\$
2001	971	48.170.360,56
2002	895	44.388.867,75
2003	1.139	56.855.545,80
Total	3.005	149.414.774,11

Fonte: SEB 2004.

Tabela 19 - Total de veículos adquiridos pelo programa - Organizações Não Governamentais

Ano	Nº Atendimento	Valor em R\$
2001	190	4.633.674,07
2002	115	2.808.149,85
2003	182	4.536.947,65
Total	487	11.978.771,57

Fonte: SEB 2004.

5.2 SAÚDE DO ESCOLAR

O programa foi criado em 1989 e passou por diversas formas de execução com estratégias e sistemáticas operacionais diferentes. A partir de 1999, houve grande mudança na sua execução. O novo modelo adotado, além de contemplar ações de natureza educativa, preventiva e curativa, direciona-se a problemas de visão e audição dos alunos do ensino fundamental.

A principal forma para a operacionalização do programa é a realização de campanhas para o desenvolvimento de ações educativas, preventivas e curativas no campo da saúde ocular e auditiva. O programa é executado pelo FNDE em parceria com as Prefeituras Municipais e Secretarias Estaduais de Educação.

Nos últimos 20 anos, os recursos foram destinados para identificar e prevenir a deficiência visual nos alunos matriculados na 1ª série da rede pública de ensino fundamental, contribuindo para a diminuição dos elevados índices de repetência e evasão escolar. Reabilitar a visão dos alunos tem alcançado ótimos resultados, uma vez que qualquer problema visual não identificado ou não tratado precocemente compromete seriamente o processo de ensino-aprendizado da criança, podendo inclusive interferir em sua formação psicossocial. Segundo dados estatísticos da Organização Mundial da Saúde, 10% dos alunos da 1ª série do ensino público fundamental apresentam deficiências visuais, necessitando de medidas corretivas.

Em 2000 e 2001, o FNDE firmou convênios com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia (CBO) no valor de R\$10 milhões e R\$9 milhões, respectivamente, visando ao atendimento em 658 municípios com população acima de 40 mil habitantes, beneficiando mais de 3 milhões de alunos, 46 mil escolas e envolvendo 93 mil professores.

Em 2002 e 2003, houve reformulação da campanha e mudanças na sistemática de operacionalização. Dessa forma, desde 2003 o programa direciona recursos para a Campanha Nacional de Reabilitação Visual Olho no Olho, sendo o FNDE diretamente responsável pela coordenação, execução e avaliação do programa. As principais ações executadas no âmbito dessa campanha foram:

- Reprodução e distribuição de material didático-pedagógico.
- Triagem dos alunos.
- Consultas oftalmológicas.
- Aquisição e distribuição de óculos.

Participaram dessa campanha 658 municípios com população acima de 40 mil habitantes. Três milhões de crianças da 1ª série do ensino fundamental de 46 mil escolas da rede pública, 100 mil professores e 4 mil oftalmologistas foram envolvidos.

A triagem dos alunos foi realizada pelos próprios professores. O FNDE enviou um *kit* com vídeo e manual com instruções sobre como executar o teste de acuidade visual nas crianças. O material também orientou os docentes sobre dicas de prevenção e tratamento aos pais e estudantes. Dessa forma, o êxito da campanha dependeu especialmente da participação e colaboração dos professores.

Os professores preencheram relatórios com as informações colhidas nos exames feitos com cada aluno e os enviaram diretamente ao FNDE. Depois da triagem, os alunos que apresentaram algum tipo de dificuldade de enxergar foram encaminhados para consulta médica. Se houvesse indicação para uso de óculos, a escola seria avisada posteriormente quanto aos procedimentos para aquisição e entrega dos óculos.

Tabela 20 - Atendimento aos alunos beneficiados pelo Programa Nacional de Saúde do Escolar nos últimos três anos

Alunos	2001		2002/2003		Total Físico	Total Financeiro
	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro		
Triados	3.008.000		394.637		3.402.637	
Consultados	73.156	2.726.010,53	* 2.618	91.630,00	75.774	2.817.640,53
Óculos	61.230	1.002.064,66			61.230	1.002.064,66

Nota: *atendimento exclusivamente no Distrito Federal.

Em 2004 serão atendidos os municípios que apresentarem o maior número de alunos que passaram pela triagem em 2003, sendo um por estado, e serão repassados a cada município R\$53,00 por aluno para realização da consulta e aquisição de óculos.

5.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atende a cerca de 36,5 milhões de alunos de escolas públicas e filantrópicas do ensino fundamental e educação infantil. O programa funciona mediante o repasse de recursos orçamentários da União para prefeituras e governos estaduais, proporcionalmente ao número de alunos matriculados segundo o Censo Escolar do ano anterior.

O montante repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), durante o exercício de 2003, foi da ordem de R\$954.190.169,47, para atender ao quantitativo de 35.316.191 alunos.

O Pnae responde à determinação constitucional de que é dever do Estado atender ao educando com programas de alimentação. O programa tem caráter suplementar, pois a Constituição Federal atribui aos governos estaduais e municipais a obrigação de encaminhar contrapartidas que devem resultar em elevação do aporte calórico e nutricional da alimentação escolar.

O MEC/FNDE tem buscado ampliar o atendimento deste programa, bem como ampliar o valor *per capita* repassado. Em 2003 foi aumentado o valor *per capita* repassado aos alunos matriculados na pré-escola da rede pública e das escolas filantrópicas de R\$0,06 para R\$0,13 por aluno/dia para um período de 200 dias letivos, a fim de equipará-lo ao valor destinado aos alunos do ensino fundamental das escolas públicas.

A partir do mês de junho de 2003, foi aprovada pelo Governo Federal a extensão do repasse dos recursos financeiros para alimentação dos alunos da rede pública e filantrópica matriculados em creches. O atendimento se dá nas mesmas formas e condições estabelecidas para os alunos da pré-escola e do ensino fundamental. Entretanto, considerando que os trabalhos desenvolvidos em creches são ininterruptos, paralisados tão-somente nos finais de semana e feriados nacionais, os repasses destinam-se ao atendimento de 250 dias letivos. Quanto ao valor *per capita*, estabeleceu-se a quantia de R\$0,18 por dia, haja vista que as crianças matriculadas em creches necessitam de maior atenção, principalmente no que se refere à alimentação, uma vez que é essa a fase humana de mais intenso desenvolvimento e crescimento.

Foi implementado, também no ano de 2003, o atendimento diferenciado para os alunos das escolas indígenas, tendo em vista o altíssimo grau de insegurança alimentar que tem marcado a história dos povos indígenas. Tal iniciativa vem assegurar o direito humano básico à alimentação dos alunos indígenas, contribuindo, assim, para a redução da desnutrição infantil e de suas consequências, respeitando-se os hábitos alimentares e culturais particulares de cada etnia. O repasse dos recursos financeiros para escolas indígenas ocorre nas mesmas formas e condições estabelecidas para as demais modalidades de ensino, entretanto o valor por aluno/dia é de R\$0,34 para atendimento de 250 dias.

PRINCIPAIS PROBLEMAS E DESAFIOS ENFRENTADOS PELO SISTEMA EDUCACIONAL NO INÍCIO DO SÉCULO

6.1 IDENTIDADE ÉTNICA E PATRIMÔNIO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

Desenvolvimento da educação escolar indígena

Ao longo da colonização do Brasil, a escola foi um instrumento de dominação cultural e violência simbólica em detrimento dos povos indígenas, inculcando valores eurocêntricos imersos em concepções de superioridade dessa cultura sobre outras. A partir de meados da década de 1970, os povos indígenas sobreviventes desse processo colonizador passam a se organizar politicamente, participando de grandes assembleias e dando os primeiros passos na direção da constituição de um movimento pan-indígena de garantia de defesa de seus direitos. Esse período marca também uma associação entre esse movimento e algumas organizações indigenistas da sociedade civil.

No campo da educação escolar têm início, em algumas comunidades, experiências inovadoras nas práticas pedagógicas, curriculares e de formação de professores. Começa um movimento de mudanças institucionais e novos atores entram em campo, como o Ministério da Educação e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação. Novas propostas de abordagens conceituais e políticas foram se constituindo, aglutinadas na formulação dos direitos indígenas na Constituição promulgada em 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-96) e no Plano Nacional de Educação (PNE-2001).

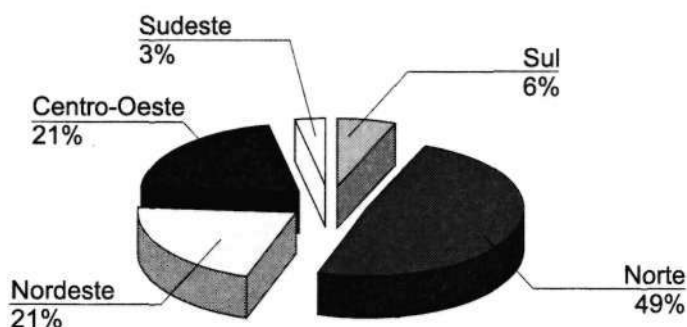
Efeitos positivos dessas mudanças foram a definição das diretrizes para a educação escolar indígena, a priorização da formação inicial e continuada de professores indígenas, a produção de material didático-pedagógico específico nas línguas indígenas e/ou portuguesa, a produção de normatizações do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica e a orientação aos sistemas de ensino para gestão da educação escolar indígena a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, em 1999, tendo como princípio o diálogo permanente com professores e representantes das comunidades indígenas. Nesse quadro, ampliou-se significativamente o número de professores indígenas

qualificados ou em qualificação, fazendo que as escolas oferecessem estudos correspondentes à primeira fase do ensino fundamental.

Dados e indicadores da educação escolar indígena

Dados do Censo Escolar 2003 apontam a existência de 2.079 escolas funcionando nas terras indígenas, atendendo a aproximadamente 150 mil estudantes. Nessas escolas trabalham cerca de 7.000 professores, 85% deles indígenas. Há 993 escolas vinculadas diretamente às Secretarias Estaduais de Educação. As demais, principalmente no estado de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Paraná, Bahia e Paraíba, são mantidas por Secretarias de Educação de 165 municípios. Existem ainda algumas escolas vinculadas a projetos especiais, como os projetos da Eletronorte, e a algumas entidades religiosas. Essas escolas são declaradas no Censo Escolar como "escolas particulares".

Gráfico 6 - Distribuição de estudantes indígenas no Brasil (%)



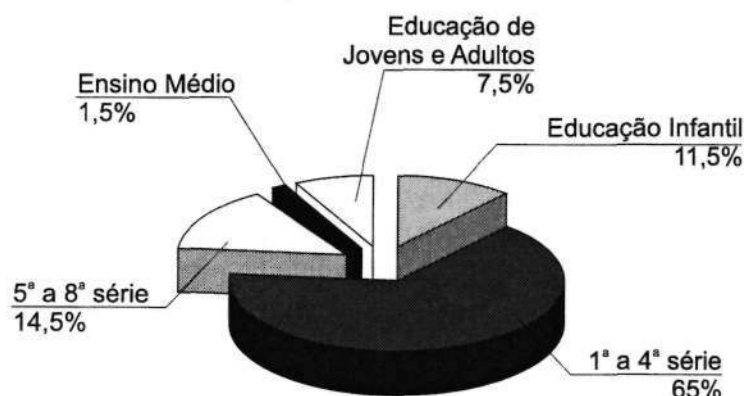
Fonte: Inep 2003.

Cabe aqui analisar a discrepância entre o número de alunos matriculados na primeira fase do ensino fundamental e os que têm acesso ao seu prosseguimento. Enquanto há 65% dos estudantes no intervalo de 1ª a 4ª série, 14,5% freqüentam da 5ª à 8ª série e somente 1,5% está no ensino médio oferecido nas escolas indígenas.

Nesse processo, já de si descontínuo, alguns problemas atingem os jovens e suas comunidades. Buscando dar prosseguimento aos estudos na segunda fase do ensino fundamental, muitos se dirigem às cidades próximas às escolas, permanecendo aí durante o período de escolarização, o que implica o afastamento da vida comunitária durante a importante fase de fortalecimento da identidade, e deixando de participar de rituais de passagem e de inserção na vida produtiva, social e cultural da comunidade. Na intenção de acompanhar seus filhos e filhas na continuidade da escolarização, famílias inteiras têm se deslocado para as cidades, o que interfere na sociabilidade indígena e tem impacto sobre as atividades produtivas.

A permanência dos jovens nas cidades - muitos já para continuar os estudos de 5ª a 8ª série - tem acarretado graves problemas para eles próprios e suas comunidades. Exposição aos riscos de envolvimento com dependência química e alcoolismo, prostituição, gravidez precoce, contaminação por DST/Aids têm acompanhado a escolarização indígena fora das aldeias. Em função disso, as comunidades têm reivindicado dos sistemas de ensino a instalação do ensino fundamental completo e do ensino médio nas aldeias, de modo a garantir-se um processo de ensino-aprendizado consistente com questões da formação da identidade e da sustentabilidade.

Gráfico 7 - Estudantes indígenas segundo modalidade/níveis de ensino (%)



Fonte: Inep 2003.

O dados expostos colocam, então, como desafio a oferta de educação básica de qualidade nas terras indígenas, contextualizada às necessidades e interesses das comunidades indígenas, para evitar que crianças e jovens se exponham a graves riscos enquanto buscam dar prosseguimento aos estudos.

Ações do Ministério da Educação para educação escolar indígena

As principais ações do Ministério da Educação para garantir a oferta de educação escolar de qualidade são as seguintes:

- Apoio técnico e financeiro à realização de cursos específicos para formação inicial e continuada de professores indígenas.
- Produção de material didático específico em línguas indígenas, bilíngües ou em português. Livros, cartazes, ilustrações e outros materiais produzidos pelos professores indígenas são editados com o apoio financeiro do Ministério da Educação e distribuídos às escolas indígenas.

- Apoio político-pedagógico aos sistemas de ensino para a ampliação do atendimento escolar em terras indígenas.
- Promoção do controle social indígena. O Ministério da Educação desenvolve, em articulação com a Funai, cursos de capacitação para que professores e lideranças indígenas conheçam e exerçam controle social sobre os mecanismos de financiamento da educação pública, bem como sobre a execução das ações e programas de fomento à educação escolar indígena.
- Apoio financeiro à construção, reforma e ampliação de escolas indígenas. A expansão da oferta de educação escolar e o crescimento da população indígena demandam a ampliação da rede física nas terras indígenas.
- Educação escolar em conformidade com a territorialidade indígena. Muitos povos indígenas têm seus territórios em mais de uma unidade da Federação. O Ministério da Educação está promovendo a articulação entre os diversos sistemas de ensino para que um mesmo povo indígena tenha políticas de educação escolar coerentes com suas necessidades, independentemente das divisões administrativas de estados e municípios.
- Apoio aos sistemas de ensino. O Ministério da Educação oferece apoio técnico aos Conselhos Estaduais de Educação e às equipes de educação escolar indígena das Secretarias Estaduais de Educação por meio da promoção de seminários nacionais, encontros regionais, reuniões de trabalhos nos estados, análise de projetos, etc, com o objetivo de aprimorar a gestão dos programas de educação escolar voltados à população indígena. A execução dos programas de merenda escolar, fornecimento de livros didáticos às escolas indígenas, transporte escolar, dinheiro direto na escola, entre outros, é permanentemente acompanhada pelo Ministério da Educação.
- Divulgação das culturas indígenas. Por meio da divulgação de programas temáticos e debates na TV Escola e da distribuição de livros didáticos, o Ministério da Educação contribui para a divulgação das temáticas e culturas indígenas, como forma de combate ao desconhecimento, à intolerância e ao preconceito em relação à população indígena.
- Pesquisas e diagnósticos sobre oferta e demanda do ensino médio nas terras indígenas. Com essa iniciativa, pretende-se levantar dados para a definição de políticas para o ensino médio indígena articuladas ao acesso a cursos de formação específica em nível superior para professores indígenas.

6.2 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL NO CAMPO

Perfil da educação no campo

A escola no campo brasileiro surgiu tardiamente e não-institucionalizada pelo Estado. Até as primeiras décadas do século XX, era destinada a uma minoria privilegiada, embora o Brasil fosse um país originalmente e predominantemente agrário. Assim, a educação

escolar no campo brasileiro sempre apresentou um quadro de precariedade em relação aos elementos humanos disponíveis para o trabalho pedagógico, à infra-estrutura e espaços físicos, à distribuição geográfica, às condições de trabalho, aos salários, à formação do docente e à contextualização dos currículos escolares na vida dos povos no campo; portanto, não houve historicamente para o sistema de educação no meio rural a formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola deveria funcionar e se organizar. Também não houve dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de escolas em todos os níveis e com qualidade, deixando-se aos limites e possibilidades da iniciativa comunitária os cuidados com as instalações físicas das escolas, o que levou à construção e utilização de prédios impróprios ou improvisados para o funcionamento como escola e à remuneração irrisória do professorado rural durante muitas décadas.

A partir dos anos 1970, a sociedade começa a se movimentar, criando lutas pela democracia social e se conscientizando de seus direitos, fazendo que as diferentes iniciativas no campo da educação popular (educação política, formação de lideranças, alfabetização de jovens e adultos, formação sindical e comunitária) comecem a ser vistas segundo uma análise crítica e em relação ao conjunto da educação escolar e à formação para o trabalho. No campo educacional, esse processo é acentuado com a discussão da LDB, que propôs medidas de adequação da escola à vida do campo e com atuação do Conselho Nacional de Educação, contemplando uma legislação específica à educação no meio rural.

Apesar da intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas, cerca de um quinto da população do País encontra-se na zona rural, isto é, aproximadamente 32 milhões de habitantes da área rural encontram-se em franca desvantagem, tanto em relação aos recursos financeiros quanto em escolaridade. Os índices de analfabetismo na área rural são muito preocupantes: 29,8% da população adulta (de 15 anos ou mais) são analfabetos. Das crianças entre 10 e 14 anos, 95% encontram-se na escola, mas 72% apresentam um atraso escolar mais acentuado do que o das crianças da área urbana, que é de 50%. Entre os jovens de 15 a 17 anos, somente 66% freqüentam a escola, sendo que 17,3% ainda estão matriculados nas séries iniciais do ensino fundamental.

O fraco desempenho escolar na educação básica contribui para o aumento do abandono e da evasão por dois fatores: o capital sociocultural, decorrente do desamparo histórico a que a população do campo vem sendo submetida, que reflete nos altos índices de analfabetismo, e a qualidade da oferta, que se transforma em uma das ações prioritárias para o resgate social dessa população.

A rede de ensino da educação básica da área rural corresponde a 50% das escolas do País. Aproximadamente a metade dessas escolas tem apenas uma sala de aula e oferece exclusivamente o ensino fundamental da 1ª à 4ª série, representando 15% da matrícula nacional. Os estabelecimentos são, em sua maioria, de pequeno porte e são formados por turmas multisseriadas ou unidocentes com cerca de 27 alunos cada. Desses estabelecimentos, 93% pertencem à rede municipal. Há também estabelecimentos

privados, mantidos por empresas, ONGs, sindicatos, associações e cooperativas que oferecem o ensino fundamental de 1ª a 4ª série.

Quanto aos recursos disponíveis nas escolas rurais, 21% não possuem energia elétrica, apenas 5,2% dispõem de biblioteca e menos de 1% oferece laboratório de ciências, de informática e acesso à Internet. Os professores da área rural, além da baixa qualificação e de salários inferiores aos da zona urbana, enfrentam as questões de sobrecarga de trabalho, alta rotatividade e dificuldades de acesso à escola em função das condições das estradas e da falta de ajuda de custo para a locomoção. Em relação ao nível de escolaridade, apenas 9% apresentam nível superior. O percentual de docentes com formação inferior à do ensino médio é de 8,3%, o que indica a existência de professores sem habilitação mínima para o desempenho de suas atividades.

Apoio à educação no campo

Ao longo do ano 2004, estão sendo realizados seminários estaduais de educação do campo, com a participação de representantes de Secretarias Municipais de Educação e movimentos sociais que têm como objetivos:

- O mapeamento da situação da educação do campo em cada estado.
- A sensibilização dos atores participantes para a implementação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo.
- O mapeamento das demandas específicas dos municípios.
O estabelecimento de negociações para o apoio às instituições de educação do campo.
- A elaboração de forma participativa de propostas de programas de apoio à educação do campo por parte do Ministério da Educação.

6.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A educação de jovens e adultos no Brasil configura-se como uma modalidade do ensino fundamental e médio. Isto significa que ela faz parte da educação básica e é tida como um direito de todo cidadão, buscando superar uma visão de "idade própria para aprender" e introduzindo o conceito de educação ao longo da vida.

Nesse sentido, o Ministério da Educação atua em três grandes frentes na educação de jovens e adultos: o programa de alfabetização inicial, chamado Brasil Alfabetizado, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), no nível fundamental, e médio e as ações voltadas para a formação profissional de jovens e adultos.

Alfabetização de jovens e adultos

Criado em 2003, o programa Brasil Alfabetizado busca aprofundar parcerias entre governo e sociedade civil organizada para jovens e adultos que não tiveram acesso à

educação, que, numa ação conjunta, realizam mobilização social em torno da alfabetização. Entendendo o analfabetismo como fruto da desigualdade social brasileira e tendo na educação um elemento importante para a superação dessa desigualdade, o que se espera é poder garantir o direito de acesso a jovens e adultos ao processo inicial de alfabetização, que deverá se estender ao direito de acesso a toda a educação básica.

O programa prevê a instituição de ações conjuntas entre Governo Federal, estados, municípios, universidades, empresas privadas, organizações não-governamentais, organismos internacionais e de outras instituições como forma de qualificar, organizar e potencializar o esforço nacional em prol da alfabetização e escolarização como direitos fundamentais de todo cidadão, independentemente de idade. A articulação do programa com a educação de jovens e adultos visa a fortalecer políticas que promovam a continuidade da participação/presença do jovem e do adulto nos sistemas de ensino após a etapa inicial de alfabetização. O programa tem como meta atender, até 2006, a 16 milhões de brasileiros acima de 15 anos que não sabem ler nem escrever.

Em 2003 o Ministério da Educação aprovou 190 projetos, atendendo a 1.966.165 jovens e adultos e aplicando o total de R\$176.012.127,38. Para o presente ano, o orçamento para o programa é de R\$181.365.581,00.

Para a ação de alfabetização de jovens e adultos será repassado ao órgão ou entidade conveniente ou parceiro, a título de bolsa aos alfabetizadores, o valor fixo de R\$120,00 por mês, acrescido do valor variável de R\$7,00 por mês por aluno a ser alfabetizado. Para a ação de formação inicial e continuada será repassado o valor fixo de R\$40,00, acrescido do valor de R\$10,00 por mês por alfabetizador no valor máximo de R\$120,00.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

Educação Fundamental

O ensino fundamental obrigatório e gratuito é um direito não só das crianças de 7 a 14 anos, mas também de todos aqueles maiores de 15 anos que não freqüentaram a escola ou dela foram excluídos. Cabe ao Ministério da Educação traçar diretrizes políticas e pedagógicas que busquem efetivar esse direito na perspectiva de educação continuada. Entre os programas de EJA, o Programa Fazendo Escola se destaca. Tem por objetivo apoiar e ampliar sistemas de ensino para atendimento à educação de jovens e adultos, em bolsões de pobreza existentes no País, onde se concentra a maior parte da população de jovens e adultos que não completou o ensino fundamental. A partir deste ano, busca-se uma estreita articulação entre o Programa Fazendo Escola e Brasil Alfabetizado. Cabe ao Ministério da Educação prestar apoio técnico e financeiro aos governos estaduais e municipais para viabilizar a continuidade dos estudos dos jovens e adultos que concluem a primeira fase da sua escolaridade. Nesse sentido, o programa Fazendo Escola foi

ampliado em 2004. Passa, então, a atender a 1.790.119 alunos dos municípios já atendidos em 2003 e mais 130.869 alfabetizando cadastrados no Programa Brasil Alfabetizado em 307 municípios anteriormente não contemplados. Assim, os dois programas são articulados e propõem-se ações conjuntas entre as três esferas do Poder Público para apoiar tecnicamente e financeiramente os governos estaduais e municipais na ampliação da oferta de vagas para a continuidade de estudos dos alfabetizados.

Em 2003 o Programa Fazendo Escola apoiou um total de 2.015 municípios em 23 estados, atendendo a 1.549.004 jovens e adultos, investindo mais de R\$387 milhões. Em 2004 serão apoiados 2.322 municípios, em 26 estados, atendendo a 1.920.998 alunos com um investimento de R\$420 milhões. O recurso é repassado no valor de R\$250,00 por aluno matriculado em EJA, segundo dados do Censo Escolar do ano anterior.

Ensino médio

O ensino médio para jovens e adultos pretende formar cidadãos aptos a uma educação continuada, com competência para gerir habilidades e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade na realização de si mesmo e no reconhecimento do outro como sujeito.

Com um trabalho diferenciado do ensino médio regular, buscam-se cidadãos comprometidos com a construção de "um mundo em que a violência ceda lugar ao diálogo e à cultura baseada na justiça" (Declaração de Hamburgo sobre EJA). Assim, o aluno do EMJA do Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina (CEFET/SC), ao concluir seus estudos, deverá estar apto a uma releitura do mundo no qual está inserido para ser capaz de construir "conhecimentos, habilidades e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e o conduzam à realização de si mesmo e ao reconhecimento do outro como sujeito" (Parecer CNE/CEB nº 11/00).

A proposta de trabalho apresentada está pautada na educação inclusiva e significativa, que busca, acima de tudo, respeitar as diferenças e caminhar de acordo com a realidade e necessidades dos alunos. Propõe-se a ser uma forma de trabalho diferenciada daquela apresentada para o ensino médio regular, na medida em que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), "na sua função reparadora, necessita ser pensada como um modelo pedagógico próprio a fim de criar situações pedagógicas e satisfazer necessidades de aprendizagem de jovens e adultos".

Os objetivos são:

- Proporcionar aos jovens e adultos excluídos do processo educacional em tempo regular a oportunidade de fazer ou concluir o ensino médio.
- Oferecer uma educação para jovens e adultos baseada na construção do conhecimento, que aponte para a resolução de problemas, para o auto-aprendizado, que insista na reflexão permanente sobre a prática de forma interdisciplinar e contextualizada.

- Oferecer a jovens e adultos uma oportunidade de articular as experiências da vida com os saberes escolares.
- Preparar cidadãos para a vida com perspectiva de educação permanente.

Até 2004 atendeu-se a 30 alunos acima de 21 anos da região da grande Florianópolis, sendo o curso realizado em três semestres de 400 horas, totalizando 1.200 horas, conforme a legislação.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ÂMBITO DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis (RJ) vem atuando em Educação de Jovens e Adultos (EJA) desde o ano de 1998, quando, mediante projeto apresentado por essa instituição, a Portaria da Semtec nº 22, de 5 de maio de 1998, autorizou que a então ETFQ-RJ reconhecesse a equivalência de escolaridade, ao nível fundamental da educação básica, de programas alternativos de formação profissional associados à elevação de escolaridade, realizados por instituições com ela conveniadas.

Desde então, o Cefet Química atua na EJA, em parceria com a Confederação Nacional dos Metalúrgicos, no Programa Integrar, e com a organização não-governamental Viva Rio, Campo e Cieds, nas telessalas em que se ministra o ensino fundamental, utilizando-se a metodologia do Telecurso 2000. Dentre as atribuições do Cefet Química, incluem-se o acompanhamento pedagógico, a capacitação dos professores, a avaliação e a certificação dos alunos. No período de 2001 a 2004, foram beneficiados 300 jovens e adultos no âmbito do Programa Integrar - Aumento da Escolaridade do Ensino Fundamental - e outros 362 no âmbito do Programa Integração - Aumento da Escolaridade do Ensino Médio.

A partir de 2001, foi ampliada a atuação na EJA, com uma nova parceria entre o Cefet Química e o Sindicato dos Urbanitários, no Programa Integração, hoje oferecido em parceria com o Instituto de Qualidade Social. Conjugando a elevação da escolaridade à qualificação profissional, o Cefet Química passou a oferecer em 2002 o Curso Básico de Empreendedorismo, para todos os alunos das turmas de ensino médio do Programa Integrar e Integração. Já foram capacitados 51 jovens e adultos nesse curso.

Em 2004, com a inauguração da Estação de Processamento Vegetal e Panificação, ambiente de aprendizado do curso técnico na área de alimentos, passou-se a oferecer aos alunos da EJA novos cursos de qualificação profissional na referida área.

PROGRAMA CEFET INTEGRADO NA MULTIPLICAÇÃO DE CONHECIMENTOS/QUALIDADE DE VIDA (CIMCO)

O Programa Cefet Integrado na Multiplicação de Conhecimentos (CIMCO) é um programa institucional do sistema Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná

(CEFET/PR) em funcionamento nas unidades de Curitiba, Medianeira, Ponta Grossa, Pato Branco, Campo Mourão e Comélio Procópio desde 1996. O programa integra a política de responsabilidade social da instituição e desenvolve ações voltadas à promoção da qualidade de vida junto à comunidade interna e externa. Até o ano 1999, o enfoque era prevenção da Aids/DST e dependências químicas. Atualmente correspondem a eixos norteadores para o incentivo à adoção de atividades de valorização da vida, de engajamento social/comunitário, de participação solidária, de contribuição para ampliação de conhecimentos e desenvolvimento da cidadania.

Hoje, sob a ótica da qualidade de vida, da promoção humana e no âmbito das atividades desenvolvidas de voluntariado, o Cimco vem investindo em disseminar conhecimentos sobre mercado de trabalho, cidadania, educação e saúde.

Os cursos profissionalizantes e de curta duração são ministrados pelo corpo docente do Cefet/PR e ofertados em todas as unidades para a população de baixa renda ou desempregados, com o objetivo de promover e fortalecer o espírito empreendedor a partir da capacitação dos participantes nas diversas áreas de competência das unidades.

De 2001 a 2003, foram ministrados 49 cursos de capacitação, entre eles o de Introdução ao Word, Introdução ao Excel, Introdução de Hidráulica, Eletricidade Básica, Relacionamento Interpessoal, Azulejista, Técnicas de Atendimento ao Público, Confecção de Bijuterias, Básico de Marcenaria, Artesanato de Embalagens com Papel Microondulado, Comunicação e Atualização em Língua Portuguesa, Bolos e Confeiteiro.

Entre os cursos, destaca-se o Projeto Esperança, que, em parceria firmada com a Fundação de Ação Social de Curitiba (FAS) e o Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP/PR), oportunizou a capacitação profissional de jovens de uma favela de Curitiba em situação de risco com idade entre 16 e 25 anos. Esse projeto, com 400 horas-aula e seis meses de duração, certificou 13 jovens em serviços de hotelaria/camareira. As aulas foram ministradas por docentes da unidade de Curitiba, no Núcleo Regional de Santa Felicidade, cedido pela FAS, em local com ambientes-modelo, como cozinha e quarto. As alunas puderam aprender na prática os serviços de camareira.

Como o próprio nome diz, Cefet/PR Integrado na Multiplicação de Conhecimentos, a capacitação dos multiplicadores voluntários do programa está voltada ao conhecimento e à informação/atualização dos assuntos, como profissão, sexualidade, o uso indevido de substâncias psicoativas, DSTs, Aids, gravidez na adolescência, homossexualismo, namoro, família, sempre com foco na qualidade de vida. Em 2003 foram capacitados 115 multiplicadores em seminários, oficinas, cursos, palestras, mesas-redondas, fóruns, etc.

Visando ao auxílio efetivo da comunidade e ao despertar de estudantes e servidores para as causas sociais, o Cimco promove diferentes ações junto à comunidade, tais como apresentações artísticas e culturais, exposições de trabalhos realizados por alunos (Cefet na Praça), campanhas de voluntariado (Cefet - Amigo Nota 10), seminários, encontros, palestras educativas e de prevenção, campanha de aleitamento materno e beneficente. Ademais, são realizadas atividades de ginástica laboral em todas as unidades do Sistema Cefet/PR com os servidores em seus postos de trabalho, bem como são afixados e distribuídos informativos sobre qualidade de vida.

Na unidade de Medianeira, o Projeto Despertar contempla a interdisciplinaridade entre a disciplina de Sociologia, a qual objetiva o preparo do educando para a construção de cidadania e o despertar do senso de solidariedade, e a disciplina de Economia e Administração II, que proporciona ao aluno a noção funcional da organização e a responsabilidade social. No início do ano letivo, os alunos escolheram a entidade Apae, creches municipais, Lar dos Idosos e Secretaria de Ação Social para desenvolver seus trabalhos. Os alunos passam a visitar essas instituições com frequência e planejar as mais diversas atividades, como jogos, músicas, danças; preparam lanches, de acordo com cada realidade e necessidade da entidade. É desenvolvido desde 1998, tendo atendido até 2003 a aproximadamente 400 adolescentes na faixa etária de 14 a 16 anos.

Com o objetivo de auxiliar a Pastoral da Criança no município de Medianeira e Serranópolis do Iguaçu, foram ministrados terapias de grupo (auto-estima) e aconselhamento individual e realizadas visitas a famílias carentes, dentro do campo da sensibilização, espiritualidade e valorização da vida, totalizando o atendimento a 6.085 pessoas. A Unidade Oeste do Cefet/PR desenvolve, ainda, o projeto Ação Comunitária com atividade física para idosos hipertensos e diabéticos. Não que a atividade física venha a resolver os problemas dos hipertensos e diabéticos, mas pode obter uma melhora considerável, incluindo a verificação da pressão arterial nas aulas e os níveis de diabetes em posto de saúde e da família, acompanhada por agentes comunitários, auxiliares de enfermagem, enfermeiros e médicos.

Tabela 21 - Comparativo das ações do Cimco - 2001/2003

Descrição	Total		
	2001	2002	2003
Anos			
N ⁵ de Multiplicadores	252	176	290
N ² de Pessoas Físicas Beneficiadas	11.677	16.800	12.877
Nº de Palestras Proferidas sobre Qualidade de Vida	62	56	101
Nº de Cursos Profissionalizantes Ofertados para Comunidade Carente	08	10	31
Nº de Parcerias em Projetos Especiais Ligados a Entidades Externas	06	22	17

Fonte: Semtec 2004.

6.4. EDUCAÇÃO ESPECIAL - DESAFIOS E AÇÕES

O Brasil, além da diversidade étnica e cultural, possui uma significativa parcela da população que demanda atenção especial do Poder Público e particularmente dos sistemas de ensino: as pessoas com deficiência.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas representam 14,5% da população brasileira, ou seja, cerca de 24,6 milhões de pessoas, no Brasil, apresentam pelo menos uma das deficiências enumeradas no questionário do Censo³, que adotou o conceito de limitação de atividades. Mais de 2 milhões de pessoas com pelo menos uma deficiência encontram-se na faixa de 12 a 20 anos.

Tabela 22 - Deficiências na população

Deficiência	Incidência
Visual	16.573.937
Motora	7.879.601
Auditiva	5.750.809
Mental	2.848.684
Física	1.422.224

Fonte: Censo Demográfico IBGE 2000.

Na passagem do século XX para o XXI, ampliou-se a cobertura do atendimento em educação especial. A matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais no conjunto das etapas e modalidades da educação básica, que em 1999 era de 374.699 alunos, chegou a 504.039 alunos em 2003⁴. O mais significativo, porém, é que a matrícula desses alunos cresceu proporcionalmente mais do que a matrícula global da educação básica e ampliou-se a sua participação no todo.

³ O Censo, em atendimento a recomendações da Organização Mundial da Saúde - OMS, da Organização das Nações Unidas - ONU, trabalhou com a idéia de percepção com respeito às seguintes condições: deficiência mental permanente; deficiência física; incapaz, com alguma ou grande dificuldade de enxergar; incapaz, com alguma ou grande dificuldade de ouvir; incapaz, com alguma ou grande dificuldade de caminhar ou subir escadas. Não se totalizou a coluna Incidência, pois uma pessoa pode apresentar mais de uma deficiência. Assim, há no país 24.600.256 pessoas com "pelo menos uma das deficiências enumeradas". Deve-se assinalar que o conceito de deficiência visual utilizado no Censo, com base em recomendações internacionais, é amplo, e abrange problemas passíveis de correção mediante uso de óculos ou lentes.

⁴ Desse total, 49,9% com deficiência mental; 12,4% com deficiência múltipla; 11,2% com deficiência auditiva; 4,9% com deficiência física; 4,8% com deficiência visual; 3,3% com problemas de condutas típicas; 0,3% com altas habilidades ou superdotados; 13,2% com outras necessidades educacionais especiais.

Tabela 23 - Evolução da matrícula 1999-2003 (educação básica em geral e educação especial)

Discriminação	Evolução					
	1999	2000	2001	2002	2003	1999-2003
Matrícula Total na Educação Básica	52.945.474	53.634.486	54.362.501	54.716.609	55.265.848	4,20%
Matrícula de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais	374.699	382.215	404.743	448.601	504.039	34,60%
Participação da Matrícula em Educação Especial em Relação ao Total da Educação Básica	0,71%	0,71%	0,74%	0,82%	0,91%	12,80%

Fonte: Censo Escolar MEC/Inep 2003.

No Brasil a ampliação do acesso de alunos com necessidades educacionais especiais à educação básica decorreu de vários fatores: movimentos sociais de pessoas com deficiência e de direitos humanos, mudanças na legislação e nas políticas, maior difusão de informações pelos agentes públicos e pela mídia, atuação do Ministério Público. Esses alunos vêm sendo cada vez mais percebidos como sujeitos do direito à educação.

Esse processo teve, no ano de 2001, dois momentos marcantes e simultâneos. No dia 14 de setembro daquele ano, entraram em vigor, ao mesmo tempo, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, elaboradas pelo Conselho Nacional de Educação - o primeiro instrumento legal específico e em caráter nacional da educação especial brasileira - e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, emanada de Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA).

As Diretrizes Nacionais apontaram caminhos importantes para que os sistemas de ensino se organizassem para colocar em prática a educação inclusiva: conhecer a demanda de atendimento especializado na comunidade, redefinir projetos pedagógicos, capacitar os professores em serviço, criar equipes de apoio, fomentar a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e do Braille, tornar os edifícios e instalações escolares acessíveis, expandir o acesso às tecnologias de informação e comunicação. Sua implementação tornou-se obrigatória a partir de 2002 e motivou a mobilização da sociedade e do Poder Público em todos os níveis.

A Convenção Interamericana, também conhecida como Convenção da Guatemala, reforçou o compromisso da sociedade e do Estado brasileiro com o objetivo da República, inscrito em nossa Constituição (1988), de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" e com o princípio constitucional de promover a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola". O Ministério Público tem sido muito atuante na defesa da não-discriminação na educação brasileira e no acesso ao trabalho.

A presente gestão, iniciada em 2003, tem buscado ampliar e dar qualidade ao conhecimento estatístico acerca da demanda de apoio pedagógico especializado nas escolas brasileiras. Para tanto, revisou os conceitos relativos às deficiências no questionário do Censo Escolar e, a partir deste ano, vai passar a conhecer a série em que estão matriculados os alunos com necessidades educacionais especiais.

Tabela 24 - Matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais por esfera e tipo de atendimento

Tipo de Atendimento	Matrícula na esfera pública	Participação percentual da esfera pública	Matrícula na esfera privada	Participação percentual da esfera privada	Total	Participação percentual dos tipos de atendimento
Em Classes Comuns de Escolas Comuns	137.185	94,5%	7.955	5,5%	145.141	28,8%
Em Classes Especiais ou em Escolas Especiais	139.076	38,8%	219.823	61,2%	358.898	71,2%
Matrícula Total	276.261	54,8%	227.778	45,2%	504.039	100,0%

Fonte: Censo Escolar MEC/Inep 2003.

No Brasil, os sistemas públicos de estados e municípios mantêm tanto escolas comuns, abertas a todos, quanto escolas especializadas, em que a deficiência é critério de elegibilidade. Da mesma forma, em relação às instituições de direito privado, tem-se de um lado escolas particulares que implementam processos de educação inclusiva - aprendizado conjunto em salas comuns - e de outro entidades que mantêm escolas especiais, nas quais só estudam crianças e jovens com deficiência.

No sistema público de ensino brasileiro, que deveria ser aberto a todos sem discriminação, ainda prevalecem espaços apartados: escolas especiais e classes especiais. Um dos desafios que o governo brasileiro vem enfrentando é fazer as transformações necessárias para que se efetive a educação inclusiva. Isso significa dar novo impulso a uma tendência histórica que traduz uma opção política.

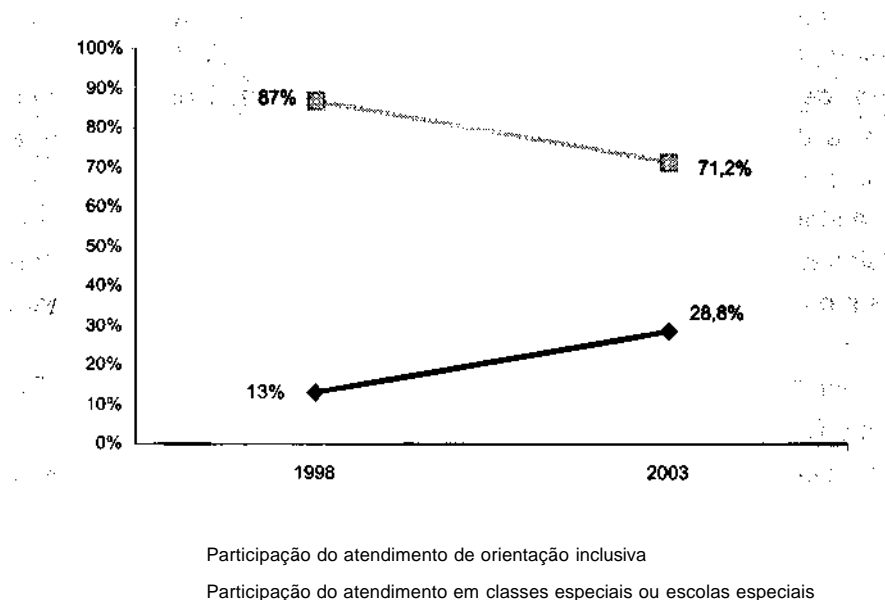
No Brasil, entre 1998 e 2003, ampliou-se significativamente a participação do atendimento de alunos com necessidades especiais junto com os demais, em classes comuns de escolas comuns: de 13% da matrícula em 1998 (43.923 alunos) para 28,8% em 2003 (145.141 alunos). A educação inclusiva vem ampliando seu espaço no Brasil.

Não obstante esse avanço, o Governo Federal está consciente dos desafios inerentes ao processo de mudança: há resistências de pais a ser vencidas - por medo, ignorância, preconceito; há cidades e escolas que não se transformam globalmente; há barreiras que fazem que o aluno com necessidades educacionais especiais não avance para níveis mais elevados de ensino - 91,5% da matrícula estão nas etapas iniciais: educação infantil, alfabetização, educação fundamental (para crianças e para jovens e adultos).

Além disso, em muitos dos 5.560 municípios brasileiros, ainda não se registra matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais. Em 1998 apenas 49%

deles registraram pelo menos uma matrícula, em 2003 eram 71%. A participação do Poder Público na provisão da educação especial tem sido de pouco mais de 50% das matrículas, mas o Censo Escolar mostra que cerca de 85% das escolas brasileiras, na educação básica, são mantidas exclusivamente com recursos públicos.

Gráfico 8 - Evolução do atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais



Fonte: Censo Escolar MEC/Inep.

Esse quadro sugere a importância de estratégias que permitam alcançar o conjunto dos municípios brasileiros de maneira integrada, não apenas para que haja registro de matrículas, mas principalmente para que haja organização de serviços que possibilitem a educação inclusiva com qualidade e sem discriminação.

Com esse propósito, são três os principais desafios das políticas públicas brasileiras no campo da educação especial:

- **Capacitação:** Promover o acesso de professores e gestores da educação aos conhecimentos e metodologias necessários para apoiar os alunos com necessidades educacionais especiais. O Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade lidera esse esforço - desde 2003 e até 2006, estará levando informações e capacitação a profissionais da educação e gestores das redes escolares públicas de municípios em todo o Brasil. Uma de suas diretrizes é a geração participativa de planos municipais de educação orientados para a educação inclusiva. Além disso, com foco na população jovem (e também adulta), entre 2004 e 2007, o ministério ampliará o acesso das pessoas com deficiência à elevação da escolaridade e à qualificação profissional.

- **Acessibilidade:** Apoiar a eliminação de barreiras arquitetônicas e de comunicação nas escolas brasileiras, tornando acessíveis as edificações e instalações escolares e fomentando a utilização do Braille e da Libras. O Governo Federal vem apoiando tecnicamente e financeiramente projetos de adaptação de escolas e, além disso, tem editado materiais e promovido cursos em todo o Brasil para a difusão e emprego da Língua de Sinais e do Braille. Nos últimos anos, foram criados, em todo o País, centros e núcleos que apoiam a educação de cegos (ajudando, por exemplo, a reproduzir materiais em Braille) e centros de apoio aos surdos, que ajudam a difundir e fortalecer a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).
- **Ensino de qualidade:** Disponibilizar materiais didáticos e equipamentos que ajudem a desenvolver o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas brasileiras. O Ministério da Educação apoia a aquisição de itens específicos por escolas e Secretarias de Educação. Além disso, tem impulsionado a criação de laboratórios de informática dotados de softwares que auxiliam o aprendizado de alunos com necessidades educacionais especiais.

É esse, em resumo, o caminho trilhado pela educação especial no Brasil: superar uma discriminação de raízes históricas e fomentar espaços e processos comuns de ensino e aprendizado, para que a educação seja um veículo de cidadania para todos.

6.5 AÇÕES EDUCATIVAS COMPLEMENTARES

O Programa de Ações Educativas Complementares do Ministério da Educação apoia a implementação de atividades extracurriculares para alunos do ensino fundamental e médio, visando a incentivar a prática de atividades de cunho educativo, que reduzem a probabilidade de exposição de crianças, adolescentes, jovens e suas respectivas famílias às situações de risco social. São atividades educacionais, recreativas, artísticas, culturais, esportivas, de lazer, artesanais, de qualificação profissional, de educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental, entre outras. Visam, portanto, à inclusão e permanência na escola e na sociedade, constituindo-se numa oportunidade de crescimento e resgate da auto-estima, da cidadania e de promoção social. A implementação dessas ações torna a escola atraente e agradável, promove a equidade educacional e é uma ferramenta eficaz no combate à evasão escolar, além de constituir uma alternativa importante para manter crianças, adolescentes e jovens voltados para seu próprio crescimento e desenvolvimento, mesmo nos horários em que não se encontram na escola, assegurando sua permanência no processo educativo pelo maior período de tempo possível.

Além disso, há ainda o desafio de garantir uma ação proativa para incluir e manter na escola crianças, adolescentes e jovens que tiveram seus direitos violados, que deve ser efetivada de maneira articulada entre as Secretarias do Ministério da Educação e com instituições governamentais e não-governamentais, na compreensão de que uma rede

articulada potencializa recursos. Busca-se fomentar a parceria com organizações não-governamentais, sem fins lucrativos, de reconhecido trabalho para o atendimento a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade, especialmente aqueles vítimas de abuso e exploração sexual, priorizando municípios com altos índices desses casos.

No presente exercício, há recursos na ordem de R\$16,8 milhões para a implementação de ações educativas complementares nos municípios que tiverem propostas de financiamento aprovadas. Os projetos deverão ser elaborados em consonância com o projeto político-pedagógico das escolas, as especificidades locais e a capacidade técnica dos profissionais disponíveis para a execução das atividades. Deverão, ainda, prever mecanismos de monitoramento e avaliação das atividades e do acompanhamento da frequência e do desempenho escolar das crianças, adolescentes e jovens que participam das atividades desenvolvidas.

Para o desenvolvimento de ações de apoio educacional há recursos no valor de R\$2,4 milhões, mediante a concessão de apoio financeiro aos planos de trabalho de organismos da sociedade civil sem fins lucrativos que contemplem ações de apoio educacional, em parceria com as escolas, para o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e capacitação de monitores e professores, visando a:

- Atividades psicopedagógicas e acompanhamento psicossocial que facilitem o processo de inserção familiar e social.
- Integração de adolescentes e jovens, a partir de 14 anos de idade, em atividades vocacionais e no processo de profissionalização, considerando as potencialidades econômicas das áreas em que residem esses adolescentes.
- Atendimento às consequências físicas e psicológicas de situações de discriminação e de vulnerabilidade social, fornecendo, diretamente ou indiretamente, o acompanhamento médico necessário, por meio do encaminhamento à rede pública de saúde.
- Debate sobre as dimensões sociais em que atuam, para compreensão e superação do contexto de discriminação e vulnerabilidade social, especialmente nos casos de iniquidades de gênero e etnoracial.
- t Articulação com outras instituições de proteção aos direitos da criança e do adolescente.
- Capacitação de professores para enfrentamento das situações de violência na escola e comunidade.
- Apoio às campanhas oficiais de enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco social das crianças, adolescentes e jovens, especialmente daqueles vitimados por abuso e exploração sexual.
- Integração entre o Poder Executivo, Legislativo e Judiciário de estado e município e os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselhos Tutelares.

PROJETO FRALDINHA

O projeto consiste em oferecer a crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 15 anos, em sua maioria pertencentes a camadas sociais menos favorecidas, a oportunidade de se constituírem em futuros cidadãos, mediante a prática do futebol, acompanhada de algumas ações estratégicas, que visam a contribuir para a sua formação integral.

A ação principal, prática do futebol, é acompanhada de outras ações direcionadas às necessidades das crianças, com o objetivo de exercitar valores e princípios indispensáveis ao exercício da cidadania, a saber: dignidade humana, auto-estima, respeito, participação, ética, disciplina, responsabilidade, espírito de liderança e cooperação.

Outras ações: orientações sobre higiene, acompanhamento escolar, encaminhamento médico, aconselhamento psicológico, alimentação, auxílio financeiro para transporte, aquisição de material esportivo e visitas a famílias carentes.

O projeto é desenvolvido pelo Cefet/RN, Associação dos Servidores (ASETFRN), profissionais da comunidade, como médicos, dentistas e psicólogos, e atende a 820 crianças em várias comunidades da cidade de Natal. Recebeu o Prêmio Criança 2000, da Fundação Abrinq, e tem sido oportunidade para a prática profissional dos alunos do Curso Superior de Lazer e Qualidade de Vida.

6.6 EDUCAÇÃO SUPERIOR

As universidades brasileiras, entre 1992 e 2002, apresentaram rápido e surpreendente crescimento, especialmente as instituições privadas, como demonstram os dados das tabelas a seguir:

Tabela 25 - Evolução das IES

Item	1992	2002	Δ (%)
Número de IES	893	1637	83,31
Número de IES Públicas	227	195	-12,16
Número de IES Privadas	665	1442	114,9
Percentual de Instituições Públicas	25,4%	11,9%	-53,15
Percentual de Instituições Privadas	74,6%	88,1%	18,10

Fonte: Sesu 2004.

Tabela 26 - Evolução do número de estudantes matriculados nas IES

Item	1992	2002	Δ (%)
Número de Matriculados em IES Públicas	629.662	1.051.655	67
Número de Matriculados em IES Privadas	906.126	2.428.258	168
Percentual de Matriculados em IES Públicas	41%	30,2%	-26,34
Percentual de Matriculados em IES Privadas	59%	69,8%	18,30

Fonte: Sesu 2004.

Tabela 27 - Evolução do número de docentes nas IES

Item	1992	2002	A(%)
Número de Docentes em IES Públicas	72242	84006	16,3%
Número de Docentes em IES Privadas	62161	143838	131,4%
Percentual de Docentes em IES Públicas	53,8%	36,9%	-31,41
Percentual de Docentes em IES Privadas	46,2%	63,1%	36,58

Fonte: Sesu 2004.

Todos esses números mostram o crescimento desordenado que sofreu o sistema universitário brasileiro, tornando-se imperativa a sua reordenação.

É necessário formular um conjunto de normas para regular este sistema, aplicáveis a todas as universidades, públicas ou privadas, e demais entidades que fazem parte do sistema de produção de conhecimento no nível superior, tais como institutos de pesquisas, empresas, hospitais, repartições públicas e entidades de formação profissional de nível superior.

Esse crescimento acentuado, associado ao cenário mundial de aumento da concentração de riqueza e de diminuição da qualidade de vida das populações, tem exigido um repensar do papel e atuação das universidades, em especial da universidade brasileira, de forma a poder ampliar sua contribuição para a redução das desigualdades sociais e para a formulação de novos processos de desenvolvimento nacional e regional.

O PROCESSO DE REFORMA UNIVERSITÁRIA

A educação superior brasileira deve, pois, passar por um processo de reflexões e propostas de reformulação que conduzam à constituição de um Sistema de Educação Superior brasileiro, organicamente articulado com os demais níveis de ensino, que tenha, como fundamento, a instituição universitária como organização política aberta, e que assegure acesso a segmentos da sociedade que tradicionalmente estiveram alijados do ensino superior.

O caráter público das universidades e instituições de educação superior, estatais ou particulares, deve ser fortalecido; a educação de qualidade deve ser oferecida a todos, sem distinção de classe, gênero, etnia ou região.

A constituição desse sistema - estratégia de governo para o desenvolvimento de um projeto de nação - visa a responder aos enormes desafios a ser transpostos para que se alcance uma universidade com caráter realmente republicano.

O Sistema de Educação Superior federal necessita de concepção e regulação orgânicas fundadas em princípios contemporâneos. Respeitado o disposto na Constituição Federal e preservando, dentro de certos limites, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Lei Orgânica, a ser apresentada pelo governo ao Congresso Nacional em novembro de 2004, deverá ser capaz de:

- Entender a educação como bem público, inserida no campo dos direitos sociais básicos, tratada como prioridade da sociedade brasileira e, portanto, como questão de Estado. A universidade deve ser a expressão de uma sociedade democrática, pluricultural, em que se cultivam a liberdade, a solidariedade e o respeito às diferenças.
- Estabelecer a missão central e estratégica do sistema federal - tanto público como privado - no projeto de desenvolvimento cultural, econômico e social do País, formando profissionais de qualidade; produzindo ciência e tecnologia; contribuindo para a harmonização do homem e seu meio ambiente; divulgando conhecimentos culturais, científicos e técnicos; promovendo, pela extensão universitária, um profundo relacionamento de mão dupla com a sociedade.
- Reconhecer a pluralidade e a diversidade regional das instituições do sistema federal, estabelecendo um novo marco regulatório de autonomia, em coerência com os princípios gerais de eficiência e responsabilidade, garantindo a participação da comunidade, interna e externa, na supervisão dos rumos das instituições.
- Estabelecer dispositivos de combate às desigualdades regionais e sociais, incluindo condições - para todas as classes sociais - de acesso e permanência no ensino superior, reafirmando o respeito às diferenças multiculturais e ao direito dos excluídos, compreendendo que a qualidade acadêmica necessita ser conjugada com relevância social e equidade.
- Implantar um Sistema de Avaliação/Regulação que recupere, em sua plenitude, a capacidade do Estado de garantir padrões mínimos de qualidade e de acompanhar e supervisionar o Sistema de Ensino Superior. O desenvolvimento desse processo avaliativo/regulatório deve estar sempre comprometido com a melhoria de qualidade do ensino médio e com a efetiva conexão do ensino universitário com a pós-graduação.
- Reconhecer como missão da universidade pública; produzir ensino e formação superior de alto nível, promover o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, fornecendo à sociedade o melhor conhecimento de ponta.

FUTURA LEI ORGÂNICA

Alguns princípios e diretrizes gerais deverão nortear a futura Lei Orgânica.

Autonomia e Financiamento

- A autonomia das universidades é condição indispensável ao funcionamento pleno dessas instituições. A própria figura jurídica da universidade carece de diferenciação pela distinção que a Constituição lhe confere.
- A Lei Orgânica deverá especificar também as condições em que atribuições da autonomia universitária poderão e deverão ser estendidas a outras Instituições de Ensino Superior (IES) - que comprovem alta qualificação para o ensino ou a

pesquisa - com base em avaliação realizada pelo Poder Público. Tal certificação de atribuições, renovável periodicamente, deve levar em conta a heterogeneidade do sistema no contexto de suas diversidades regionais e vocacionais.

- O exercício pleno de autonomia nas Instituições Federais Públicas de Ensino Superior (IFES) demanda financiamento público em novas bases. A Lei Orgânica deve estabelecer uma política de financiamento que assegure recursos para a manutenção das Ifes e um fundo de desenvolvimento para financiar a expansão, a inovação e a gestão eficaz das instituições em acordo com as proposições respectivas de seus Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDIs).
- A garantia da manutenção e uma adequada política de expansão deverão estar associadas a um compromisso/contrapartida de qualidade, inclusão e aumento da oferta de vagas em instituições públicas.
- No caso do sistema privado, os dispositivos pelos quais o Estado tem subvencionado o setor, no que diz respeito a financiamento, têm sido basicamente aqueles ligados à desoneração tributária - prevista em lei - e os de Financiamentos Diretos aos Estudantes (FIES).
- Garantia de manutenção da gratuidade em estabelecimentos oficiais de ensino superior.

Avaliação

A reorganização do sistema de educação superior brasileiro vai exigir a formulação de um novo sistema de avaliação. O objetivo desse novo sistema deverá ser identificar as qualidades e os pontos fracos das universidades, a fim de capacitá-las a desempenhar o papel que a sociedade delas espera.

O Governo Federal pretende coordenar a avaliação de todas as universidades em cooperação com o próprio setor, por acreditar que é do interesse de todos a avaliação do potencial de cada instituição. Essa avaliação deve ser pública e as informações relativas a ela devem ser amplamente divulgadas. Ela deve, também, ser participativa, no sentido de ouvir a comunidade; corretiva, servindo para aperfeiçoar a instituição e o sistema; ampla, não se limitando a avaliar apenas alguns aspectos da universidade. Além disso, considera-se que avaliar é parte integrante e indissociável da autonomia. Avaliar é atribuir valores. Os resultados das avaliações devem implicar um conjunto de ações compatíveis com os valores atribuídos. Nesse sentido, a avaliação deve conectar-se, profundamente, com o futuro.

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, tem como objetivo assegurar processo nacional de avaliação institucional dos cursos e do desempenho acadêmico de seus estudantes. A lei fundamenta-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia

institucional e efetividade acadêmica e social e especialmente o aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

O referido sistema tem como base a avaliação externa, realizada por comissão de especialistas, e a auto-avaliação institucional orientada, feita pelos próprios estabelecimentos de ensino. A qualidade dos cursos de graduação será verificada por meio da Avaliação das Condições de Ensino (ACE), realizada mediante visitas de comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento.

Articulará avaliação e regulação, num processo de identificação de mérito e valor das instituições, públicas e privadas, tendo como norte o cumprimento da "missão pública" da educação superior. A responsabilidade social da instituição é um dos objetivos que deve ser ressaltado, bem como o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos, centrados na valoração da qualidade acadêmica. Os resultados da avaliação constituirão referencial básico dos processos de regulação e supervisão que deverão ser implementados, visando à efetiva função reguladora do Estado.

A Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) é o órgão nacional de coordenação e supervisão do Sinaes e tem como atribuições principais propor e avaliar dinâmicas, procedimentos e mecanismos de avaliação institucional de cursos e de desempenho dos estudantes; estabelecer diretrizes para a organização e designação de comissões de avaliação e propor recomendações; formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior com base nos resultados dos processos de avaliação; articular-se com os sistemas estaduais de ensino, visando a estabelecer ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da educação superior; submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD).

O Sinaes é um dos pilares da reforma da educação superior e, como tal, parte integrante e indissociável de outros pilares, como autonomia universitária e financiamento.

Sistema de Regulação

A função de avaliação e de regulação são diferenciadas. A avaliação orienta-se para a missão institucional da educação superior. A missão das instituições de ensino superior é de Estado e não de governo. A avaliação tem de ser vista como processo sem desdobramento de natureza controladora ou de fiscalização. Como ao Estado cabe garantir aos cidadãos informação sobre as atividades de interesse público, cabe a ele dar ampla divulgação, por meio das modalidades de aferição estabelecidas em lei, sobre a qualidade, responsabilidade, dedicação acadêmica das instituições de ensino.

Os resultados da avaliação constituirão o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior neles compreendidos:

- Credenciamento e renovação de credenciamento de instituições de educação superior.

- Autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

Estrutura e Gestão

A estrutura departamental deverá ser repensada autonomamente pela IES, tendo como princípios básicos:

- Propiciar ao ensino adequada conexão com a produção e extensão do conhecimento, visando à melhor qualidade do aprendizado.
- Obter melhor aproveitamento dos docentes e técnicos administrativos, levando-se em conta a transversalidade do conhecimento, do ensino de graduação e de pós-graduação, da pesquisa e da extensão.
- Obter, por meio da simplificação burocrático-administrativa, melhor acompanhamento e supervisão, assim como mais adequada funcionalidade das atividades docentes e técnicas.
- Alcançar melhor aproveitamento de recursos financeiros disponíveis.

Acesso e Permanência/Conteúdos e Programas/Programas de Inclusão

O acesso far-se-á por processo seletivo que deverá constar do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de cada instituição, quando serão levados em consideração os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), obrigatório para todos os Concluintes do ensino médio. Pretende-se, com essa obrigatoriedade, que o ensino médio cumpra os conteúdos de suas diretrizes curriculares, de acordo com as políticas traçadas para esse segmento do ensino. A melhoria progressiva da qualidade do ensino médio público é por certo a mais eficiente política de inclusão social no que diz respeito ao acesso à educação superior.

Aprofundar a política de cotas nas Ifes, priorizando alunos provenientes do sistema público e, dentre eles, via cotas étnicas, de acordo com os índices regionais do IBGE. Além do mínimo de 50% por processo seletivo para alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, é preciso que gradativamente seja aplicado o mesmo critério por curso.

A nova Lei Orgânica deverá considerar a implementação nas Ifes de formas de apoio material aos estudantes carentes com comprovado bom rendimento escolar, como bolsas de trabalho, implantação do Programa de Primeiro Emprego Acadêmico e a ampliação dos cursos noturnos, como ações fundamentais para permitir a presença de estudantes que não disponham dos recursos suficientes, garantindo a sua permanência pelo tempo necessário para sua adequada formação.

A flexibilização dos currículos dos cursos de graduação será estimulada de modo a permitir aos estudantes uma experiência de estudos mais rica e diversificada. Serão favorecidas as atividades extracurriculares e a implantação de procedimentos que favoreçam a mobilidade entre diferentes programas de formação.

Estabelecer ampla discussão para que as universidades possam se organizar de modo a oferecer um ciclo inicial de formação, com duração mínima de dois anos, após o qual o estudante receberá um título próprio, "Estudos Universitários Gerais", sem valor de habilitação, correspondente à formação básica em nível superior. Os primeiros anos do currículo acadêmico deverão também se constituir em elementos de um programa mais amplo, quando, sob orientação tutorial, aprimorar-se-ão as capacidades de compreensão e de expressão escrita e oral, conceitos de ciências naturais, práticas esportivas e artísticas, visando-se, desta forma, ao pleno desenvolvimento da capacidade crítica e criativa necessária à formação de cidadãos e profissionais que serão partícipes no projeto de futuro da Nação. A flexibilidade curricular nos anos subseqüentes e nos termos preconizados pela LDB será fator primordial para que o estudante possa dar à sua formação rumos que otimizem seu aprendizado, dentro dos limites de seu interesse, fator básico para a conclusão do curso.

Discutir as bases preliminares, em direção a um processo de integração disciplinar, em consonância com as melhores instituições do mundo, visando a abrir, no futuro, possibilidades de uma efetiva mobilidade global entre os programas de graduação e pós-graduação.

POLÍTICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS/INCLUSÃO

Na última década, o grave problema das desigualdades sociais, econômicas, raciais e étnicas assumiu lugar de destaque em debates entre a sociedade civil, a comunidade acadêmica e governos, fazendo emergir, como temática das mais relevantes, a questão da promoção da igualdade racial.

A posição do atual governo nesse tema é de compromisso com a implantação de políticas de ações afirmativas para negros e índios nas universidades.

Programa Universidade para Todos

Neste contexto é que o Ministério da Educação vem estudando e discutindo, com outros órgãos de governo e com a sociedade civil, a organização e implementação da política pública de acesso e permanência de negros na educação superior.

O Programa Universidade para Todos é uma proposta voltada ao acesso democrático nas instituições de ensino não-público. O objeto desse programa é a concessão de bolsa¹ 3 estudo integrais para cursos de graduação e seqüenciais de formação específica. Os beneficiários serão estudantes brasileiros sem diploma de curso superior e cuja renda familiar não exceda um salário mínimo *per capita*. Participando do programa, a instituição privada de educação superior ficará isenta de alguns tributos federais; em contrapartida, essa instituição deverá oferecer uma bolsa para cada nove alunos matriculados nos cursos de graduação e seqüenciais de formação específica por curso, turmas e turnos. Essa proporção deverá ser mantida constantemente, sendo regulada a cada processo seletivo da IES.

Programa de Cotas nas Universidades Públicas

Outro projeto refere-se a um programa voltado às universidades públicas federais, objetivando democratizar o acesso da população de baixa renda ao ensino superior, o que necessariamente atingirá grande parte da população negra e indígena, excluídas do ensino superior.

Estudos realizados em países que adotaram programas de ação afirmativa nas escolas defendem que a diversidade de gênero, racial e étnica, é especialmente importante para uma universidade que pretende responder aos desafios do século XXI. O fato é que a diversidade incorporada ao processo pedagógico e educativo, bem como à pesquisa, qualifica o processo de formação e o saber veiculado pelas universidades, o que resulta inclusive em revisão de teorias e conteúdos já estabelecidos que são passados em inúmeras disciplinas das nossas universidades. O olhar não-branco sobre inúmeras dimensões do conhecimento humano representa o emergir de novos paradigmas para o conhecimento.

No âmbito específico da educação também devem ser ressaltadas as diretrizes da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001 (Plano Nacional de Educação), que estabelece a necessidade de políticas de inclusão de minorias étnicas.

Implantar um sistema de reserva especial de vagas para negros e índios nas universidades exige a formalização de instrumentos jurídicos que dêem suporte legal às instituições de educação superior que se propõem a implementar políticas de ações afirmativas.

O Ministério da Educação entende que as ações afirmativas agregarão e certamente virão revisar muito do conhecimento acadêmico produzido em nossas universidades, retratando a real experiência social e histórica do Brasil. O esforço pela construção de políticas públicas para o combate e a erradicação do racismo nas universidades brasileiras procura sintonizar-se com os desafios postos pela inequívoca necessidade de inclusão de parcelas significativas da população brasileira no processo de construção de novos saberes e novas práticas capazes de superar a homogeneização elitizadora que hoje é a face desigual e injusta da nossa comunidade universitária.

Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (UniMS)

Programa de bolsas de estudo para cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil, criado pelo Governo Federal. Seu objetivo é consolidar uma política de intercâmbio que promova melhor integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento.

Por intermédio deste programa, o Brasil oferece ainda maior cooperação técnico-científica e cultural. O programa dá prioridade a candidatos de países do continente africano que participam de programas brasileiros de desenvolvimento sócio-econômico.

Universidade dos Povos Indígenas do Brasil (Uni-índioBrasil)

O Programa de Educação Superior para os Povos Indígenas integra a educação indígena nos diversos níveis de ensino, assegurando acesso e manutenção nas Instituições de Ensino Superior conveniadas ao programa e consolidando as diretrizes do PNE.

O programa foi criado junto à Secretaria de Educação Superior/MEC pelo setor responsável pela educação indígena de nível superior com a incumbência de promovê-la, acompanhá-la e gerenciá-la.

O programa buscará proporcionar aos indígenas brasileiros e suas comunidades a recuperação da memória histórica, a reafirmação das identidades étnicas, a valorização de seus idiomas e ciências, garantindo o acesso a informações e conhecimentos técnico-científicos.

Residência Médica (sua reestruturação)

A residência médica foi instituída pelo Decreto nº 80.281, de 5 de setembro de 1977. Constitui-se numa modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização, em instituições de saúde, sob orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

Esse mesmo decreto criou a Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), a quem cabe o credenciamento e reconhecimento dos programas de residência médica.

Atualmente estão em vigor novas resoluções para a residência médica, visando a contemplar o currículo humanístico e o compromisso ético com a comunidade.

Elas permitirão atualizar o Regimento da CNRM, adequando-o à realidade atual, e compatibilizar os conteúdos programáticos de residência médica com as demandas regionais, valorizar o aprendizado e a formação médica durante a graduação, instituindo exame de seleção que contemple não apenas a área cognitiva, mas também a ética, atitudes e habilidades.

Nesse contexto, algumas ações estão em fase de discussão, tais como:

- Processo Seletivo - concurso público para acesso aos Programas de Residência Médica. Regulamentação/Normas.
- Sistema de Avaliação dos Programas de Residência Médica para fins de autorização e credenciamento.
- Cooperação Institucional para Residência Médica Compartilhada (Bolsa Sandwich).

EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE
PARA TODOS OS JOVENS:
DESAFIOS, TENDÊNCIAS
E PRIORIDADES



Parte II

DIVERSIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

7.1 DESIGUALDADE EDUCACIONAL

A desigualdade educacional no Brasil é extremamente aguda e está fortemente relacionada à desigualdade de renda, ao mesmo tempo sendo causa e consequência, como pode ser ilustrado com os dados abaixo:

- 4,3 milhões de crianças de 4 a 14 anos e mais de 2 milhões entre 15 e 17 anos estão fora da escola.
- 1,3 milhão de crianças entre 10 e 17 anos está trabalhando em vez de estudar e outros 4,8 milhões trabalham enquanto estudam.
- Somente 42% da população com 15 anos de idade ou mais completam a 8ª série e 26,9% dos brasileiros com 18 anos ou mais concluem o ensino médio.
- 14,9 milhões de brasileiros com 15 anos ou mais são analfabetos e 33 milhões não sabem ler, embora tenham sido formalmente alfabetizados.
- Um brasileiro de classe média gasta 80 vezes mais em educação, ao longo da vida, do que um brasileiro pobre. São R\$250 mil contra R\$3,2 mil.
- Um adolescente pobre entre 12 e 17 anos tem 5 vezes menos chance de freqüentar escola que um adolescente de classe média ou alta.
- Uma criança brasileira, entre 7 e 14 anos, filha de mãe com baixa escolaridade tem 11 vezes menos chance de freqüentar a escola que uma criança filha de mãe com alta escolaridade.
- No Brasil, uma criança da Amazônia, entre 7 e 14 anos, tem 7 vezes menos chance de freqüentar a escola que uma criança do Distrito Federal.

Uma dimensão central da desigualdade de oportunidades educacionais no Brasil passa pela exclusão social de afro-descendentes, que tem suas raízes históricas na escravidão e perpetua-se até os dias de hoje. No Brasil uma criança brasileira de cor negra, entre 7 e 14 anos, tem duas vezes menos chances de freqüentar a escola do que uma criança de cor branca. A taxa de escolarização segundo o nível de ensino demonstra que, enquanto 32,1% da população branca concluem a educação infantil, apenas 30,2% de negros chegam ao mesmo resultado. Em relação ao ensino superior, a distância entre as duas categorias torna-se gritante: enquanto 14,3% de brancos tornam-se universitários,

apenas 3,2% de negros chegam ao nível superior. Finalmente, a taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais por cor ou raça no Brasil é 7,7 entre brancos e 18,2 entre negros. Mesmo controlando por nível de renda, os brancos são mais escolarizados que os negros. Esse dado demonstra que a desigualdade de oportunidades educacionais entre negros e brancos tem causas que vão além da desigualdade de renda.

PRINCIPAIS DESAFIOS

- Combater as desigualdades raciais e étnicas no sistema educacional enfrentadas por jovens e adultos socialmente desfavorecidos.
- Promover ações que ampliem o acesso e a permanência ao sistema educacional dos diversos grupos sociais, culturais e etnorraciais.
- Propor estratégias de implementação da Lei nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira.
- Elaboração e divulgação de material didático que valorize a diversidade étnica e racial brasileira e favoreça a discussão sobre os fatos geradores do racismo na educação e seus impactos no nível de desenvolvimento social e econômico do Brasil.
- Contribuir para a ampliação do acesso ao ensino superior de grupos socialmente desfavorecidos, especialmente de negros e negras.
- Promover, junto à comunidade escolar e à sociedade civil, um amplo debate sobre a temática da pluralidade etnorracial, de modo a possibilitar a reflexão e a sensibilização em massa, para que juntos: negros, brancos, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos possam construir, nos espaços do sistema de ensino e na sociedade, relações baseadas no respeito e na valorização da diversidade.

7.2 EDUCAÇÃO EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

O Ministério da Educação tem um programa específico para atender a escolas em comunidades remanescentes de quilombos. Os quilombos eram comunidades formadas por escravos fugitivos no século XIX e muitos descendentes ainda vivem nessas áreas hoje. O programa do Ministério da Educação tem os seguintes objetivos:

- Estabelecer canais de diálogos com os remanescentes de quilombos, visando ao resgate da história político-cultural desses grupos, residentes nas 743 comunidades.
- Apoiar programas locais de formação continuada de professores para as comunidades quilombolas.
- Ampliar e melhorar a rede física escolar das comunidades quilombolas.
- Produzir, adquirir e distribuir materiais didáticos específicos para as comunidades quilombolas.

7.3 PROGRAMA DIVERSIDADE NA UNIVERSIDADE

O objetivo geral do programa é apoiar a promoção da equidade e da diversidade na educação superior para afro-descendentes, indígenas e outros grupos socialmente desfavorecidos do País.

Os objetivos específicos do programa consistem em:

- Apoiar a formulação, de maneira participativa, de políticas e estratégias de inclusão social e combate à discriminação racial e étnica para a educação média e superior.
- Fortalecer a capacidade do Ministério da Educação para orientar a formulação das referidas políticas e estratégias.
- Apoiar, desenvolver e avaliar Projetos Inovadores de Cursos (PIC) que possam contribuir à formulação das referidas políticas e estratégias. Os PIC se constituem em cursos de promoção do acesso à universidade, ministrados por organizações públicas e privadas sem fins lucrativos para populações socialmente desfavorecidas, especialmente afro-descendentes e indígenas.

Público-alvo: previsão de 26 mil jovens atendidos até o final de 2005.

ESTRATÉGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

Para alcançar os objetivos mencionados, o programa conta com três componentes, a saber:

- Desenvolvimento de estudos, pesquisas sobre diversidade - Promove a realização de estudos sobre aspectos culturais das populações afro-descendentes e povos indígenas e sua contribuição para a identidade do Brasil.
- Fortalecimento Institucional - Tem a missão de promover e estimular o diálogo entre os diversos níveis governamentais, a comunidade acadêmica e a sociedade civil, por intermédio de organizações não-governamentais, movimentos organizados, com o objetivo de garantir a participação e o comprometimento de todos no processo. O componente de Fortalecimento Institucional conta também com um subcomponente de Comunicação Social.
- Apoio a Projetos Inovadores de Cursos - Apoia projetos que promovam o acesso à educação superior.

O custo do Programa Diversidade na Universidade é de US\$9 milhões, sendo US\$5 milhões financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento e US\$4 milhões de contrapartida da União. O programa financiará Projetos Inovadores de Cursos (PIC) selecionados por meio de processo seletivo nos seguintes estados brasileiros: Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Podem se candidatar ao apoio financeiro instituições legalmente constituídas como entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos que atendam a jovens que estejam concluindo ou já concluíram o ensino médio e que tenham interesse em continuar seus estudos no nível superior - tecnológico ou universitário. Estas instituições, denominadas Instituições Operadoras (IO), são aquelas que tiverem Projetos Inovadores de Cursos (PIC) selecionados. As IO receberão apoio financeiro para os seus Projetos Inovadores de Cursos e serão responsáveis pela sua implementação.

7.4 AÇÕES DE INCLUSÃO SOCIAL NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO

No âmbito das instituições da rede federal de ensino profissional e tecnológico, são realizados diversos programas e projetos de inclusão, envolvendo as comunidades menos favorecidas, voltados para as necessidades especiais e para a população em alto risco social. Tais projetos e programas levam em consideração o alcance social e a orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê a oferta pelas escolas técnicas e profissionais, além dos cursos regulares, de cursos abertos à comunidade, condicionando a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

PROGRAMA QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE DETENTOS E EGRESSOS DO SISTEMA PENAL

Tem por objetivo desenvolver atividades produtivas durante o cumprimento da pena, com vistas à reabilitação, reinserção ou inserção de detentos no mercado de trabalho após sua liberação; propiciar alternativas de geração de renda e melhoria das condições de vida dos presidiários e de suas famílias, mesmo durante o cumprimento da pena; contribuir para o resgate da auto-estima e o desenvolvimento da cidadania e de valores essenciais ao convívio em sociedade; encaminhar, orientar e apoiar a inserção ou reinserção produtiva de egresso.

O programa realizou-se no interior das penitenciárias: Desembargador Raimundo Vidal Pessoa, Anísio Jobim e Penitenciária Feminina, e os albergados nas instalações do próprio Cefet/AM e, no período de 1988 a 2003, proporcionou a qualificação e requalificação de um total de 795 pessoas, na área de: refrigeração, pequenos reparos domésticos, artífice de construção civil, armador de ferramentas em obras de construção civil, pintor residencial, patina em revestimento, carpinteiro de forma, serigrafia, confecção de cartões e papel vegetal e pintura em gesso, eletricitista residencial, instalador hidráulico predial, eletrônica básica, confecção de roupas de banho, produção de doces e salgados.

Foi desenvolvido em parceria com a Secretaria Estadual de Trabalho e Cidadania do Amazonas (SETRACI/AM) e Secretaria da Justiça do Estado do Amazonas (SEJUR/AM) com recursos financeiros oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que subsidia a execução do Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR).

PROGRAMA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

Tem por finalidade capacitar jovens de 14 a 21 anos, em situação de risco social, caracterizados por carências econômicas, familiares e escolares, e visa ao encaminhamento para o mercado de trabalho, bem como oportunizar motivação para a complementação da escolaridade e formação continuada.

Como resultado dos trabalhos, foram capacitados 200 jovens encaminhados pelo Instituto Estadual de Proteção à Criança e Adolescente do Amazonas (IEBEM) e Fundação de Apoio Comunitário e Assistência Social do Estado do Amazonas (FUNDACON), nos cursos de eletricidade aplicada a comandos elétricos, eletrônica básica, serigrafia, confecção de cartões em papel vegetal, pintura em gesso, refrigeração comercial e ar-condicionado.

PROGRAMA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA CIDADANIA E INCLUSÃO DE PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS (PNEs)

No âmbito do programa, são oferecidas ações de qualificação profissional aos portadores de deficiência independentemente da escolaridade, orientações às famílias, encaminhamento da clientela ao primeiro emprego e capacitação de servidores do Cefet/AM e parceiros para o conhecimento e utilização da Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Foram capacitadas 500 pessoas, oferecendo-se assim maiores oportunidades de empregabilidade e/ou geração de renda. Os cursos realizados foram: informática para portadores de deficiência visual, physical response (inglês para deficientes visuais), informática para portadores de deficiência auditiva, desenho publicitário para portadores de deficiência auditiva, soldador para portadores de deficiência auditiva, conhecimento e utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para servidores do Cefet/AM e parceiros, palestra para familiares dos participantes do programa.

As ações de capacitação profissional básica foram realizadas em parceria com a Associação de Deficientes Visuais do Amazonas (ADVAM), Instituto de Desenvolvimento Integrado de Surdos do Amazonas (IDISAM), Associação dos Surdos de Manaus (ASMAN), Associação dos Deficientes Físicos do Amazonas (ADEFA), Secretaria Municipal do Trabalho (SEMTRA), Secretaria de Estado da Assistência Social ao Trabalho (SETRAB), Delegacia Regional do Trabalho (DRT), Sistema Nacional de Encaminhamento ao Emprego (SINE).

Os recursos financeiros foram oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que subsidiam a execução do Plano Estadual de Qualificação (PLANFOR/PEQ).

PROGRAMA TEC NEP - EDUCAÇÃO, TECNOLOGIA E PROFISSIONALIZAÇÃO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

O Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (deficientes e superdotados) tem por objetivo proporcionar às

Pessoas com Necessidades Especiais (PNE) o direito de inserção no mundo produtivo por meio da capacitação em cursos básicos, técnicos e tecnológicos, a partir da Rede Federal de Educação Tecnológica.

No âmbito do programa, são desenvolvidas as seguintes ações:

- Capacitação de recursos humanos.
- Adequação da infra-estrutura das instituições para acessibilidade (quebra de barreiras arquitetônicas).
- Desenvolvimento de um Banco de Recursos Humanos para pessoas com necessidades especiais qualificadas e capacitadas para encaminhamento ao mundo produtivo.
Desenvolvimento de seminários de sensibilização no âmbito estadual.
- Criação, em instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica, de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE), setor de integração das ações do programa.
- Monitoramento das ações.

Já foram implantados 36 Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) na Rede Federal de Educação Tecnológica, o Banco de Recursos Humanos para encaminhamento profissional na Rede Federal de Educação Tecnológica, o desenvolvimento de recursos humanos para atendimento às pessoas com necessidades especiais e a realização de cursos (básicos e técnicos) de educação profissional específicos para pessoas com necessidades especiais.

EDUCAÇÃO E COMPETÊNCIAS PARA A VIDA

8.1 PROGRAMA DE APOIO À PESQUISA EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O Ministério da Educação criou em 1997 o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (PAPED) com o propósito de incentivar, nos cursos de pós-graduação stricto sensu, a produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado que tenham como objeto as tecnologias da informação e da comunicação aplicadas à educação presencial e a distância.

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) é parceira da Secretaria de Educação a Distância (SEED) na execução do projeto, não só por ser responsável pela avaliação da pós-graduação no Brasil, como também porque a educação a distância e o uso das novas tecnologias estão crescendo significativamente nos cursos de mestrado e doutorado.

Em 2002 foi lançada uma Linha 2 do Paped, para estimular o desenvolvimento de novas formas de produção didática para a educação, contemplando linguagens multimídia integradas, para ser utilizadas em ambiente de rede (Internet ou intranet). A Linha 2 do Paped contempla conteúdos de educação básica e superior.

Com sete anos de implantação do Paped, a demanda mostra que a experiência estimula a pesquisa, a avaliação e a produção do conhecimento, no que diz respeito à incorporação das novas tecnologias da informação e da comunicação à educação brasileira.

É possível compreender o significado desse programa pelo nível e número dos projetos inscritos e especialmente pela resposta que a comunidade acadêmica vem oferecendo. Em 2003 foram apresentadas 109 propostas, sendo 46 da Linha 1 e 63 da Linha 2.

Uma análise dos dados de 2003 mostra a vitalidade das universidades públicas nessa área tão importante para a democratização do acesso e melhoria de qualidade da educação. Entre os 109 projetos, 89 eram de alunos de instituições públicas. Em um total de 46 instituições concorrentes, 44 eram públicas. Ao todo foram premiados 25 trabalhos: 23 de alunos de universidades públicas, sendo 21 de alunos de universidades federais.

8.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA

O investimento em educação a distância surge como uma alternativa educacional coerente e adequada às dimensões continentais, pluralidade cultural, desigualdades e

carências do Brasil. A utilização das tecnologias de informação e de comunicação aplicadas à educação presencial e a distância contribui para elevar os padrões de qualidade dos processos de ensino e aprendizado, além de tornar-se um poderoso instrumento de políticas públicas para democratizar o acesso à educação em todos os níveis e promover a "infoinclusão" dos cidadãos. Particularmente, no que toca ao ensino superior, o cenário brasileiro mostra:

- A porcentagem da população no ensino superior é de apenas 1,9% (3,4 milhões: Censo da Educação Superior - 2002).
- Apenas 35% dos jovens que buscam vagas são atendidos pelo sistema de ensino superior anualmente no País.
- Entre as 811.112 funções docentes que atuam de 1ª a 4ª série e as 823.485 em exercício de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, 63,9% e 22,9% respectivamente não têm formação superior.
- Na área de Matemática, Física, Química e Biologia, o déficit de professores mostra uma estimativa de 250 mil docentes.
- Cresce o número de jovens que concluem o ensino fundamental e médio.
- Aproximadamente 40 milhões de trabalhadores precisam de formação inicial e de atualização continuada, em face dos avanços tecnológicos.

Com base nesse contexto, considerando a extensão territorial, bem como a infraestrutura de comunicação já implantada no País, e ainda com base em sua experiência acumulada, a Secretaria de Educação a Distância decidiu em 2004 apoiar financeiramente Instituições Públicas de Ensino Superior (IES) organizadas em consórcios para oferta, em todo o território nacional, dos seguintes cursos de licenciatura a distância: Licenciatura em Física, Licenciatura em Química, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Matemática, Pedagogia para Início de Escolarização ou denominação equivalente e Normal Superior.

A ação de apoio à educação superior, prevista no Plano Plurianual 2004-2007, sinaliza a intenção do Ministério da Educação de promover a consolidação de um sistema nacional de educação a distância em todos os níveis e modalidades em sintonia com o projeto de construção de um país socialmente justo, economicamente sustentável e equitativamente desenvolvido.

8.3 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

AÇÕES DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Em 1990 foi criada, pela primeira vez no Brasil, uma Secretaria Nacional de Educação Tecnológica, hoje denominada Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), dispondo em sua estrutura de uma Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT), responsável pela coordenação, orientação e supervisão das

atividades referentes ao desenvolvimento e fortalecimento da educação profissional e tecnológica, organizada atualmente numa vasta rede diferenciada, conforme segue:

- Ensinos médios e técnicos, incluindo rede federal, estadual, municipal e privada.
- Sistema S, que inclui os Serviços Nacionais de Aprendizagem e de Serviço Social, mantido por contribuições parafiscais das empresas privadas: Senai/Sesi (indústria), Senac/Sesc (comércio e serviços, exceto bancos), Senar (agricultura), Senat/Sest (transporte sobre pneus), Sebrae (todos os setores para atendimento a microempresas e pequenas empresas), Senacoop (recém-criado, abrangendo cooperativas de prestação de serviços).
- Universidades públicas e privadas que oferecem, além da graduação e pós-graduação, serviços de extensão e atendimento comunitário.
- Escolas e centros mantidos por sindicatos de trabalhadores.
- Escolas e fundações mantidas por grupos empresariais (além das contribuições que fazem ao Sistema S ou utilizando isenção de parte da contribuição devida ao sistema).
- Organizações não-governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.
- Ensino profissional regular ou livre, concentrado em centros urbanos e pioneiros na formação a distância (via correio, Internet ou satélite).

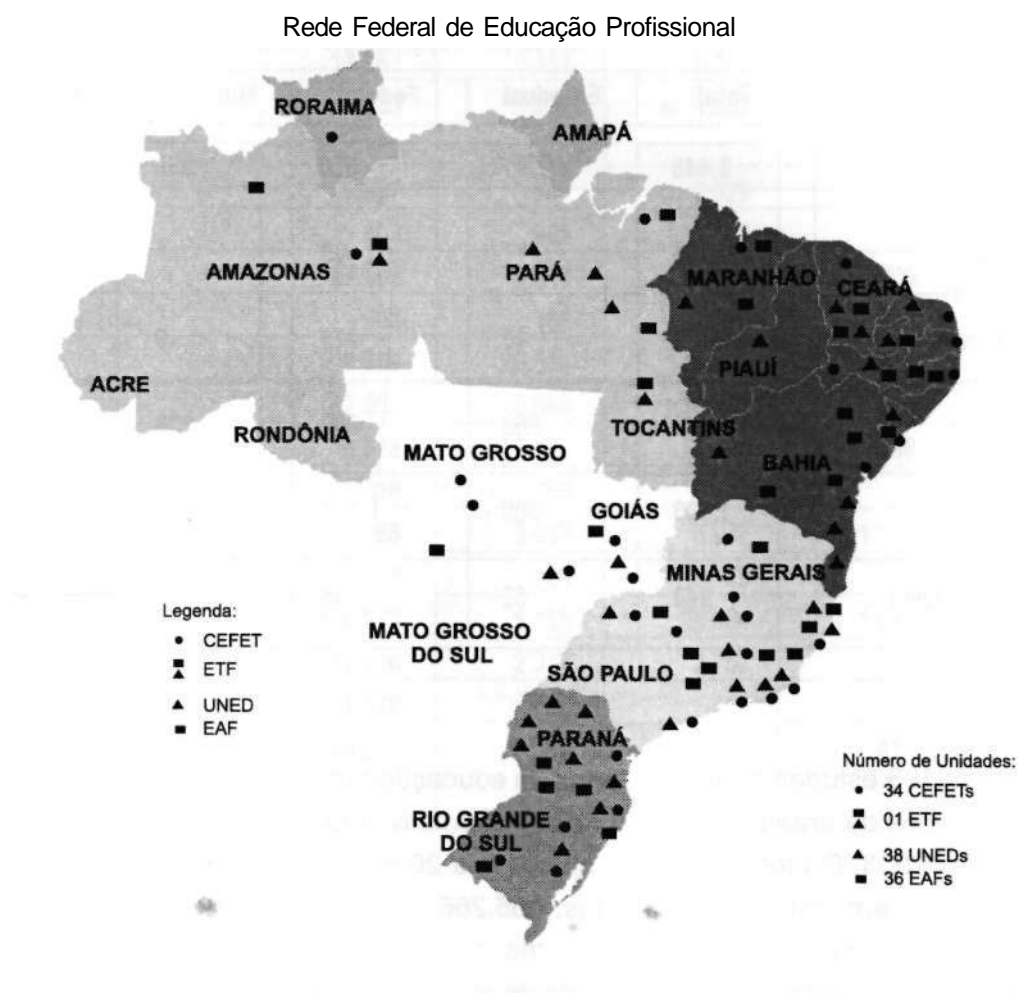
Até 2002 não havia articulação entre níveis educacionais das esferas governamentais e segmentos sociais, provocando uma superposição de ações federais, estaduais e municipais. Dentro de um enfoque de caracterizar a educação profissional e tecnológica como estratégia para o desenvolvimento do País, a Semtec vem desenvolvendo ações visando: ao aprimoramento da legislação, à definição de política pública para o setor, ao estímulo à oferta de vagas e cursos em consonância com as necessidades de desenvolvimento local e regional e à implementação do Sistema Nacional de Certificação Profissional. Ademais, vem atuando para o fortalecimento da rede federal de educação tecnológica, bem como para a formação inicial e continuada dos profissionais desse segmento educacional e para elevar o nível de qualificação e escolaridade de jovens e adultos e aumentar sua capacidade de inserção no mundo do trabalho.

A Semtec é responsável pela supervisão das instituições federais de educação tecnológica, representando uma rede de 139 escolas, sendo:

- 36 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF): atuam prioritariamente na área agropecuária, oferecendo habilitações de nível técnico, além de diversos cursos de nível básico e do ensino médio.
- 34 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET): ministram ensino superior, de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica, oferecendo ainda formação de professores e especialistas para a educação técnica e tecnológica, além de cursos de nível médio e técnico de nível médio.

- 30 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais: escolas ligadas às universidades federais, que oferecem cursos de nível técnico voltados tanto para o setor agropecuário como para o de indústria e serviços, além do ensino médio.
- 38 Unidades de Ensino Descentralizadas (UNED): escolas que possuem sede própria, mas mantêm dependência administrativa e pedagógico-financeira em relação ao Cefet ao qual estão vinculadas.
- 1 Escola Técnica Federal.

Gráfico 9 - Rede Federal de Educação Profissional



Os cursos técnicos viabilizam formação profissional de nível médio, para a atuação na operação do processo produtivo, com autonomia relativa, requerendo geralmente supervisão de profissional de nível superior. Na educação profissional, há 7.459 cursos, sendo 4.620 em estabelecimentos particulares, cerca de 65%. De acordo com as respostas das instituições ao Censo Escolar 2003, há mais de 900 diferentes nomenclaturas de cursos. Do total dos cursos oferecidos no Brasil, 86% estão concentrados na região Sudeste e Sul.

Tabela 28 - Censo Escolar 2003 - Número de cursos por dependência administrativa segundo região geográfica

Unidade da Federação	Cursos por Dependência Administrativa				
	Total	Estadual	Federal	Municipal	Privada
Brasil	6.446	1.277	678	250	4.241
Região Norte	166	17	86	1	62
Região Nordeste	484	40	213	9	222
Região Sudeste	4.420	868	209	220	3.123
Região Sul	1.133	300	124	16	693
Região Centro-Oeste	243	52	46	4	141

Fonte: Censo Escolar 2003.

Dos 589.383 estudantes matriculados na educação profissional, 174.073 freqüentam os cursos técnicos da área de saúde, uma representatividade de 29,5%. Os dados são do Censo Escolar 2003. Do total geral dos alunos das 20 áreas do ensino profissionalizante, 324.985 estudam em instituições privadas, 165.266 em estaduais, 79.484 em federais e 19.648 em municipais.

As outras áreas com maior contingente de estudantes são indústria (109.559), gestão (87.407), informática (82.969) e agropecuária (39.135).

Tabela 29 - Censo Escolar 2003 - Numero de matrículas nos cursos técnicos por dependência administrativa, segundo área profissional - Brasil

Área Profissional	Matrículas por Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Total	589.383	79.484	165.266	19.648	324.985
Agropecuária	39.135	20.477	12.655	958	5.045
Artes	5.782	241	1.528	332	3.681
Comunicação	4.063	0	738	284	3.041
Comércio	6.676	389	1.574	205	4.508
Construção Civil	13.767	6.357	5.145	381	1.884
Desenvolvimento Social e Lazer	6.733	234	1.663	214	4.622
Design	5.997	644	2.029	9	3.315
Geomática	1.403	985	378		40
Gestão	87.407	3.013	45.421	8.309	30.664
Imagem Pessoal	963	187	0		776
Indústria	109.559	20.814	35.714	2.436	50.595
Informática	82.969	8.066	18.230	2.358	54.315
Meio Ambiente	6.618	2.388	1.420	98	2.712
Mineração	1.318	753	210		355
Química	18.068	3.633	5.977	1.570	6.888
Recursos Pesqueiros	358	329	29		
Saúde	174.073	5.165	25.104	1.965	141.839
Telecomunicações	12.536	2.317	2.757	112	7.350
Transportes	1.378	435	455		488
Turismo e Hospitalidade	10.580	3.057	4.239	417	2.867

Fonte MEC/Inep/Deeb.

Cursos superiores de graduação em tecnologia formam profissionais para um segmento específico de uma área profissional, nos diversos setores da economia, para inserção imediata no mundo do trabalho. A formação se alicerça em fundamentos científico-tecnológicos com vistas às aplicações tecnológicas em termos de transferência, apropriação e inovação de tecnologias, voltadas às condições de desenvolvimento local e regional.

Segundo boletim do Inep/MEC, os cursos que formam tecnólogos cresceram 74,7% entre 2000 e 2002, mais que a totalidade dos cursos de graduação do Brasil, que apresentou um aumento de 36%.

Nesse mesmo período, o número de matrículas nos cursos tecnológicos passou de 63.046 para 81.348, um crescimento de 29%. Já o número de Concluintes subiu de 10.674 em 1999 para 12.673, um incremento de 18,7%.

Tabela 30 - Número de matrículas nos cursos tecnológicos

Ano	Número de Cursos			Matrículas			Concluintes		
	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total	Público	Privado
2000*	364	115	249	63.046	20.150	42.896	10.674	2.233	8.441
2001	447	154	293	69.797	25.871	43.926	11.629	2.967	8.662
2002	636	215	421	81.348	32.361	48.987	12.673	3.752	8.921

Fonte: Inep/MEC.

* Nota: Concluintes de 1999.

Segundo o Inep/MEC, quase 24 mil estudantes estavam matriculados em cursos tecnológicos de Processamento de Dados em 2002. Este foi o curso com maior número de alunos, segundo o levantamento. Na seqüência aparece outra área correlacionada, Tecnologia em Informática, com 9.023 estudantes, e, em terceiro lugar, o curso de Tecnologia em Mecânica, com 7.559 matrículas. Veja abaixo os dez cursos mais procurados:

Tabela 31 - Matrícula em cursos tecnológicos em 2002

Processamento de Dados	23.857
Tecnologia em Informática	9.023
Tecnologia em Mecânica	7.559
Tecnologia de Construção	2.740
Hotelaria	1.808
Sistemas de Informação	1.765
Tecnologia Eletrônica	1.721
Automação de Escritórios	1.259
Gestão Financeira	1.247
Tecnologia de Alimentos	1.193

Fonte: Inep/MEC.

8.4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A finalidade das políticas públicas para a educação profissional e tecnológica tem por base os seguintes objetivos:

- Estabelecer os fundamentos conceituais, princípios, pressupostos específicos e diretrizes para a educação profissional e tecnológica.
- Estruturar mecanismo de coordenação, consultivo, propositivo e de supervisão do esforço nacional para o fortalecimento e consolidação da educação profissional e tecnológica.
- Estabelecer a articulação e integração entre governo e todos os agentes sociais envolvidos com outras políticas públicas.
- Constituir-se em instrumento que possibilite uma formação integrada que unifique as funções intelectuais, humanísticas, tecnológicas e instrumentais, construtora de seres holísticos, críticos e criativos, como agentes de transformação econômica e social, especialmente de âmbito regional.

Em setembro de 2003, o Termo de Referência de proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica foi concluído e encaminhado a 1.200 entidades afetas ao tema, objetivando receber contribuições relacionadas com as questões abordadas na proposta.

8.5 FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Em dezembro de 2003, foi criado o Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, instância de caráter consultivo e articulador da relação entre Estado e sociedade, vinculado ao Ministério da Educação, que tem como finalidade:

- Contribuir com subsídios para a integração e articulação da educação profissional e tecnológica entre os diferentes níveis e modalidades de ensino nos diversos setores da economia.
- Sugerir medidas para a articulação da educação profissional e tecnológica com as diversas esferas governamentais, políticas públicas e agentes sociais envolvidos.
- Contribuir com subsídios para a formulação de diretrizes, políticas e instrumentos normativos para a expansão e desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.
- Contribuir com subsídios para a formulação de políticas de formação inicial e continuada dos profissionais da educação profissional e tecnológica.
- Sugerir estudos e pesquisas sobre demandas de novos perfis profissionais e mecanismos de avaliação da educação profissional e tecnológica, entre outras.

A primeira reunião de trabalho do Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, realizada no dia 26 de abril de 2004, teve por objetivo debater alguns dos principais temas que compõem a agenda de discussões da nova política de educação profissional e tecnológica, que se pretende implementar a partir deste ano de 2004. Foram debatidos os seguintes temas, que nortearão as linhas de ação a ser adotadas:

- Integração e articulação entre as diversas esferas governamentais, políticas públicas e agentes sociais envolvidos com a educação profissional e tecnológica.
- Financiamento da educação profissional e tecnológica.
- Educação de jovens e adultos articulada à educação profissional e tecnológica.
- Expansão da educação profissional e tecnológica.

8.6 LEI ORGÂNICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Após a consolidação da proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica, vem sendo amplamente debatida a proposta de Lei Orgânica para a Educação Profissional e Tecnológica, que normatizará as políticas públicas na área, que tiveram como ponto de partida um Seminário Nacional sobre Educação Profissional, realizado em junho de 2003.

8.7 APOIO À EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PROGRAMA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (PROEP)

O Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), uma iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego, tem o objetivo de apoiar, tecnicamente e financeiramente, a Semtec na formulação de políticas nacionais de educação profissional e tecnológica e as unidades federadas na consolidação de sua estrutura de planejamento e gestão destinada a essa modalidade educacional.

Esse programa apoia ainda as instituições de ensino do segmento federal, estadual e comunitário em seus projetos de educação profissional e tecnológica. Nesse sentido, mediante convênios, financia-lhes a construção, reforma ou ampliação física, equipamentos técnicos e pedagógicos, capacitação de docentes e de técnico-administrativos, consultorias para realização de estudos na área de gestão e pedagógica, além de diversos serviços. Essas ações, que visam a integrar a educação com o trabalho, a ciência e a tecnologia, pressupõem o compromisso com a redução das desigualdades sociais e regionais, o atendimento das necessidades educacionais e sociais, a relação com o mundo do trabalho e o esforço visando a garantir o desenvolvimento sustentado do País. Para tanto, elas se voltam à ampliação das vagas, à diversificação da oferta e à melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizado na educação profissional e tecnológica.

Os recursos do Proep são originários de dotações orçamentárias do Governo Federal, sendo 25% do Ministério da Educação, 25% de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e 50% de empréstimos da União com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), assinados em 27 de novembro de 1997, com vigência até 2006. Até 2002 o BID aplicou 49% dos recursos e o Brasil, 51%. Da contrapartida nacional, 68% da verba investida originaram-se do Ministério da Educação e 32%, do FAT. Já foram assinados 251 convênios, 87 da região Sudeste, 48 do Sul, 52 do Nordeste, 32 do Centro-

Oeste e 32 do Norte. Foram inauguradas 106 escolas: 48 comunitárias, 32 federais e 26 estaduais.

CADASTRO NACIONAL DE CURSOS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO

O Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico (CNCT) registra e divulga, em todo o País, planos de cursos aprovados pelos Conselhos Estaduais de Educação. Em alguns estados, essa competência foi delegada para os órgãos regionais da Secretaria Estadual de Educação.

Após registro e divulgação dos planos de cursos de educação profissional de nível técnico no CNCT, a instituição escolar outorga o diploma de técnico com validade em todo o território nacional.

A base legal do CNCT é a Resolução nº 4/99 do Conselho Nacional de Educação, homologada pelo Ministério da Educação em novembro de 2000, e a Lei Federal nº 9.394, de dezembro de 1996.

Ao permitir que toda a sociedade consulte as instituições e planos de cursos aprovados, o CNCT promove a transparência e incentiva a cidadania, pois os próprios estudantes passam a fiscalizar seus próprios cursos.

O CNCT está em acordo com os conceitos de governo eletrônico do Governo Federal. A situação global até abril de 2004 é a seguinte:

Tabela 32 - Quantidade de órgãos competentes credenciados para ministrar cursos de educação técnica de nível médio

Discriminação	Total
Número Total de Órgãos	226
Número Total de Usuários	490

Fonte: CGAEPT/DEPT/Semtec.

Tabela 33 - Quantidade de unidades escolares cadastradas para ministrar cursos de educação técnica de nível médio

Discriminação	Total
Número Total de Escolas	2.920
Número Total de Usuários	3;033

Fonte: CGAEPT/DEPT/Semtec.

Tabela 34 - Quantidade de planos de cursos de educação técnica de nível médio

Discriminação	Total
Em Elaboração	1.132
Enviado para Análise	2.300
Em Análise	690
Aprovado	5.128
Rejeitado	23
Total Geral	9.273

Fonte: CGAEPT/DEPT/Semtec.

Além disso, o CNCT realizou capacitação com a participação de 5 órgãos competentes, tanto dos Conselhos Diretores das escolas da rede federal, como de Conselhos Estaduais e Municipais de Educação do estado de Alagoas, Bahia, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Com apoio da Secretaria Estadual de São Paulo, foram treinados, por meio de videoconferência, para operar o sistema CNCT, 89 Diretorias de Ensino com a participação de aproximadamente 900 supervisores de ensino e 180 responsáveis que serão credenciados.

Foram articuladas e realizadas audiências públicas com o Conselho Estadual da Bahia, Pará e Paraná para divulgação do CNCT. Todas as audiências públicas contaram com a participação de uma média de 90 representantes das escolas de educação profissional de nível técnico.

Como suporte ao cidadão e órgãos competentes: suporte telefônico para unidades escolares e órgãos competentes, com 872 ligações recebidas/realizadas; 2.617 mensagens de *e-mail*, sendo 1.216 mensagens recebidas e 1.401 mensagens enviadas (inclui as respostas de 100% das mensagens recebidas). Foram implantados procedimentos de controle de qualidade da informação e elaboração de novas versões dos manuais.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E O PAPEL-CHAVE DOS DOCENTES

9.1 PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EXERCÍCIO - (PROFORMAÇÃO)

O Proformação é um curso de nível médio em magistério, na modalidade de educação a distância, destinado a professores que não possuem a habilitação em magistério e atuam nas quatro séries iniciais do ensino fundamental e classes de alfabetização das redes públicas estaduais e municipais.

O Proformação utiliza os recursos do ensino a distância, tendo em vista as características da população-alvo: professores que estão trabalhando e têm dificuldade em freqüentar cursos presenciais. Com duração de 3.200 horas, o curso é desenvolvido em quatro semestres. Cada semestre representa um módulo de 800 horas, distribuídas em 19 semanas de curso. O módulo é subdividido em 8 unidades, sendo uma por quinzena de curso.

COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS

Atividades Coletivas Presenciais

- Fase presencial com duração de 76 horas, compreendendo atividades ministradas por professores formadores no início de cada semestre letivo nas agências credenciadas para oferta do curso.
- Encontros quinzenais aos sábados para estudos e trabalhos, apoiados em materiais didáticos, textos e vídeo, visando a situações de aprendizado interativas. Essas reuniões contam com a orientação de um tutor.
- Reforço das provas bimestrais: encontros que antecedem a aplicação de cada prova bimestral, ministrado pelos professores formadores das agências.

Atividades Individuais a Distância

- Distribuídas por todo o semestre.
- Abrange atividades de estudo individual apoiadas por material didático auto-instrucional e elaboração de memoriais e planos de aula.

- Envolve prática pedagógica orientada de modo a que o professor cursista trabalhe os conteúdos do curso na perspectiva de suas atividades docentes regulares.

Os Guias de Estudo do Proformação combinam conteúdos da base nacional comum do ensino médio, conhecimento das áreas de estudo do ensino fundamental e de formação pedagógica. Além do estudo dos guias, o cursista desenvolve sua prática na própria sala de aula onde trabalha.

Os conteúdos são desenvolvidos nas fases presenciais, nas atividades de estudo individuais e encontros quinzenais orientados por tutores.

Os principais materiais que dão suporte ao curso são: Guia Geral, Guias de Estudo e Cadernos de Verificação para alunos, Manual do Tutor, Textos de Apoio, Chaves de Correção e vídeos para tutores, Manual de Operacionalização para tutores e para as Agências Formadoras (AGF). As AGF - que servem como centros de formação inicial com capacitação permanente de professores - recebem o material completo do curso.

IMPLEMENTAÇÃO DO CURSO

A implementação do Proformação é descentralizada, de acordo com uma estrutura organizacional em três níveis:

- Municipal, envolvendo Secretarias Municipais de Educação e os tutores.
- Estadual, incluindo as Secretarias Estaduais de Educação, as Agências Formadoras (escolas da rede pública estadual de formação de professores) e outras instituições educacionais representativas.
- Nacional, com representantes da Secretaria de Educação a Distância (SEED), que coordena o programa em todo o País por meio da Coordenação Nacional de Implementação, um grupo executivo que representa a Seed em todas as ações e atividades de coordenação, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação do programa. Integram essa coordenação os assessores técnicos do Proformação dos estados.

PRINCIPAIS DADOS DO PROFORMAÇÃO

O Proformação iniciou sua oferta na região Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A primeira turma foi implantada em 1999, como um projeto-piloto, no estado do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, habilitando, em julho de 2001, 1.323 professores. Em 2000 foram implantados o Grupo I e II, envolvendo o estado do Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Nesses grupos foram diplomados 22.056 professores.

Em sua primeira fase, o programa foi financiado pelo Fundescola, que administra recursos oriundos do Banco Mundial. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), desde o lançamento do Proformação, tem sido parceiro da Secretaria de Educação a Distância (SEED) na sua execução. A partir de 2002, o Fundo

Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) assumiu o financiamento do programa por meio de convênio com a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC). Nesse mesmo ano, iniciou-se o Grupo III, implementado nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rondônia e Sergipe, formando, em julho de 2004, mais de 6 mil professores.

Apesar de o Proformação já ter formado mais de 30 mil professores, existe ainda no Brasil, nas redes públicas de ensino, um número significativo de professores sem a habilitação mínima exigida por lei, atuando nas primeiras séries do ensino fundamental e/ou classes de alfabetização. O Ministério da Educação, sensível a essa realidade e respaldado no sucesso do programa, a partir de 2004, oferece o Proformação para todas as regiões do País.

A tabela a seguir apresenta os números do Proformação em cada um dos grupos:

Tabela 35 - Resumo da atuação do Proformação

Grupo	Estados	AGF	Muni- cípios	ATP	PF	TR	PC inscritos	PC formados
Piloto	2	13	146	2	78	150	1.373	1.323
I	8	128	623	13	828	1.547	16.278	14.256
II	5	68	338	7	432	899	9.721	7.840
III	11	110	361	14	679	818	8.269	6.300*

Fonte: Sistema de Informações do Proformação (SIP)

* Notas: dados estimados em abril de 2004.

AGF - Agência Formadora

ATP - Assessores técnicos do Proformação alocados nos estados

PF - Professor formador

TR - Tutor

PC - Professor cursista.

O sucesso do Proformação fez que o Ministério da Educação garantisse sua continuidade, inserindo-o no PPA para o período 2004-2007 e no Orçamento da União. Com os recursos já assegurados, planeja-se a oferta de novas turmas e, ainda, a revisão da grade curricular e dos materiais pedagógicos, de forma a alcançar-se professores sem titulação que atuam na educação de zero a seis anos. A área de jovens e adultos, conforme a demanda, também poderá ser atendida.

Ações para a expansão do programa têm sido desenvolvidas a partir de contatos com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação e com outras secretarias do Ministério da Educação, incluindo também a oferta do curso a estados de outras regiões.

AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROFORMAÇÃO

No final de 2003, foram divulgados os resultados de uma avaliação externa do Proformação. Essa avaliação buscou investigar o alcance dos objetivos propostos e identificar avanços e dificuldades, resultados e efeitos na prática pedagógica, no processo ensino-aprendizado, nos modos de agir e pensar de professores, escolas e comunidades.

Os resultados mostram mudanças significativas na vida profissional e pessoal dos professores cursistas. As melhorias nos conhecimentos, na prática pedagógica e na postura desses profissionais, foram observadas tanto nas visitas às escolas como nos resultados dos testes de simulação didática, na análise dos memoriais e nas respostas à pesquisa de opinião realizada.

Ao final do Proformação, evidencia-se que houve uma melhoria significativa nas práticas pedagógicas dos professores cursistas. Na pesquisa de opinião, 99% dos professores cursistas diziam ter melhorado sua prática em sala de aula, 96,7% acreditavam que todos os seus alunos eram capazes de aprender, 98,8% consideravam suas aulas mais interessantes, 98,5% afirmavam seu esforço para que os alunos participassem mais e 93% concordavam que o tutor os auxiliava a usar novos conhecimentos em sala de aula.

Esses dados são consistentes com os resultados dos estudos de caso, onde foram observados avanços: a) no planejamento e preparação das atividades docentes; b) na gestão de sala de aula (que inclui a organização do espaço, o uso de material concreto e de outros recursos, a interação professor-aluno e aluno-aluno e o trabalho didático com as diferenças); c) na articulação do conteúdo com as experiências culturais dos alunos.

A valorização profissional e o aumento da auto-estima foram objetivos que o Proformação alcançou de maneira contundente. Tanto nos memoriais quanto nas entrevistas com professores cursistas e tutores, observou-se que o programa significou para esses professores uma grande oportunidade de crescimento pessoal e profissional. Na pesquisa de opinião, 99% dos cursistas afirmavam ter crescido muito na profissão e sentiam-se mais valorizados depois de participar do programa.

O relatório final da avaliação externa conclui que o Proformação atingiu seus objetivos de formação, contribuindo para a melhoria da qualidade dos profissionais que o cursaram e garantindo, não apenas uma diplomação, mas também a apreensão e incorporação de novos conhecimentos e atitudes.

Representantes dos órgãos municipais de educação pesquisados concordam com o bom funcionamento e afirmam com unanimidade que o Proformação foi muito bem recebido pelos municípios.

Por seus resultados, o Proformação tem sido uma referência nacional e internacional na formação de professores por meio de educação a distância. O Brasil vem prestando assessoria na implementação do programa a países de língua portuguesa como Angola, Timor Leste e São Tome e Príncipe.

9.2 SISTEMA NACIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O sistema tem como meta garantir o acesso dos professores em exercício a processos de formação continuada ajustados às necessidades, desenvolver a ciência e as tecnologias aplicadas à educação e promover critérios de carreira docente que valorizem o professor. Integra o Sistema Nacional de Formação Continuada de Professores da

Educação Básica à Rede Nacional de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação.

REDE NACIONAL DE CENTROS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

É uma das principais bases institucionais da política de valorização do profissional docente. Sua meta é garantir a todos os professores o acesso a processos de formação continuada.

A Rede Nacional de Centros de Pesquisa tem por objetivo a ampliação da oferta de meios de formação de professores. Composta por universidades federais, estaduais e instituições formadoras de professores, atua articuladamente com as redes públicas de ensino para desenvolver a formação continuada nas seguintes áreas: Alfabetização e Letramento, Educação Matemática e Científica, Ensino de Ciências Humanas e Sociais, Artes e Educação Física, Tecnologias de Gestão e Avaliação Educacional.

Foram recomendadas para compor a rede as propostas de universidade que, no julgamento de mérito acadêmico, atenderam plenamente aos termos estabelecidos, apresentaram consistência interna, abrangência, associação com outras entidades, capacidade de articulação com outras propostas, experiência institucional e excelência da equipe responsável pelo desenvolvimento das ações previstas e visão temporal clara de que as ações são permanentes. Foram selecionadas para:

- Alfabetização e Linguagem (6)
 - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
 - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
 - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
 - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
 - Universidade de Brasília (UnB)
 - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
- Educação Matemática e Científica (5)
 - Universidade Federal do Pará (UFPA)
 - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
 - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
 - Universidade Estadual Paulista (UNESP)
 - Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)
- Ensino de Ciências Humanas e Sociais (3)
 - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
 - Universidade Federal do Ceará (UFC)
 - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG)
- Artes e Educação Física (3)
 - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

- Gestão e Avaliação da Educação (3)

Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Para efeito da análise e da seleção dos centros, que deverão integrar a rede, a Comissão Técnica considerou que formação inicial e continuada faz parte de um processo contínuo que forma o profissional da educação. Ambas as dimensões - inicial e continuada - apóiam-se em princípios e pressupostos comuns, considerando o aluno/professor como sujeito, valorizando suas experiências pessoais e os saberes de sua prática, pois os saberes nascidos do fazer também têm de ser objeto de valorização sistemática. A comissão fixou também o entendimento de que não basta a qualificação na sua dimensão socioinstitucional dada pela formação inicial como se o professor, ao longo de sua vida profissional, não construísse novos saberes. Pois são esses saberes, atualizados permanentemente, que resultam em conhecimentos reelaborados, que o professor poderá, por opção, autenticar socialmente.

Finalmente, o Sistema Nacional deverá ampliar a sua capilaridade, que nesse primeiro momento de constituição dos centros alcança todas as regiões do País, envolvendo 14 universidades federais, 3 universidades estaduais e 3 universidades comunitárias, localizadas em 14 estados da Federação.

MATRIZES DE REFERÊNCIA DA FORMAÇÃO

Foram construídas as matrizes de referências para a formação continuada de professores, discutidas em 27 encontros estaduais e no encontro nacional realizado em Brasília. Participaram dessa discussão mais de 7 mil profissionais da educação, representando gestores das redes de ensino estaduais e municipais, instituições formadoras e professores em exercício nos anos iniciais do ensino fundamental.

A proposta das matrizes de referência é aberta, flexível e busca integrar um conjunto de conhecimentos considerados básicos para a formação e a ação profissional dos docentes. Está organizada em duas partes: na primeira há um conjunto de saberes, conhecimentos e competências que dizem respeito a todos os professores, independentemente da área de especialidade em que atuem no ensino fundamental; na segunda listam-se os demais saberes, as competências e os conhecimentos específicos do professor dos anos iniciais do ensino fundamental.

Assim, as matrizes encontram-se estruturadas da seguinte forma:

- Matriz de Referência Geral
- Direito à Educação

- Saberes Pedagógicos
- Linguagens e Matemática
- Sociedade, Ciência e Tecnologia
- Matriz de Referência Específica
- Fundamentos do Ensino e da Aprendizagem
- Alfabetização, Leitura e Escrita
- Conhecimento Matemático
- Ambiente e Cultura
- Vida e Natureza

AGF: Agências Formadoras
APM: Associação de Pais e Mestres
CAE: Conselho de Alimentação Escolar
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica
CETE: Centro de Experimentação em Tecnologia na Educação
CNCT: Cadastro Nacional de Cursos de Educação Técnica de Nível Médio
CNE: Conselho Nacional de Educação
CNTE: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
C-O: Região Centro-Oeste
COEP: Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida
CONSED: Conselho Nacional de Secretários de Educação
EAF: Escolas Agrotécnicas Federais
EJA: Educação de Jovens e Adultos
EMJA: Ensino Médio para Jovens e Adultos
FAS: Fundação de Ação Social
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE: Fundo de Participação dos Estados
FPM: Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEF: Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
FUNDESCOLA: Fundo de Fortalecimento da Escola
GESAC: Programa Governo Eletrônico
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH: índice de Desenvolvimento Humano
IES: Instituições Públicas de Ensino Superior
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IPLEX: Imposto sobre Produtos Industrializados Proporcional às Exportações
LC: Lei Complementar
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS: Linguagem Brasileira de Sinais
MEC: Ministério da Educação
N: Região Norte
NE: Região Nordeste

NTE: Núcleos de Tecnologia Educacional
PAPE: Projeto de Adequação dos Prédios Escolares
PAPED: Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância
PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE: Plano de Desenvolvimento Escolar
PES: Planejamento Estratégico da Secretaria
PIB: Produto Interno Bruto
PIC: Projetos Inovadores de Cursos
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNBE: Programa Nacional Biblioteca na Escola
PNE: Plano Nacional de Educação
PNEs: Programa de Educação Profissional para Cidadania e Inclusão de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais
PNLD: Programa de Avaliação do Livro Didático
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA: Plano Plurianual
PROEP: Programa de Expansão Profissional e Tecnológica
ProlInfo: Programa Nacional de Informática na Educação
RIVED: Rede Internacional Virtual de Educação
S: Região Sul
SE: Região Sudeste
SEB: Secretaria de Educação Básica
SECRIE: Secretaria de Inclusão Educacional
SEE: Secretaria de Educação Especial
SEED: Secretaria de Educação a Distância
SEF: Secretaria de Educação Infantil e Fundamental
SEMTEC: Secretaria de Educação Média Tecnológica
SESu: Secretaria de Educação Superior
SETRACI: Secretaria Estadual de Trabalho e Cidadania
UNDIME: União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNED: Unidades de Ensino Descentralizadas

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 - ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO.....	9
TABELA 2 - GASTO PÚBLICO TOTAL COM EDUCAÇÃO E PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO PIB BRASIL- 1995-1997.....	13
TABELA 3 - GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS E NÍVEIS DE GOVERNO E POR ORIGEM DOS RECURSOS EM PERCENTUAL DO PIB* BRASIL-1995.....	13
TABELA 4 - GASTO PÚBLICO COM EDUCAÇÃO POR PROGRAMAS E NÍVEIS DE GOVERNO E POR REALIZAÇÃO DA DESPESA EM PERCENTUAL DO PIB * BRASIL-1995.....	14
TABELA 5 - EFEITOS FINANCEIROS DO FUNDEF NOS MUNICÍPIOS COM VALOR POR ALUNO/ANO INFERIOR A R\$350,00 / BRASIL - 2000.....	15
TABELA 6 - COMPOSIÇÃO DO FUNDEF SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS (R\$ MILHÕES).....	17
GRÁFICO 1 - COMPARATIVO ANUAL DO FUNDEF.....	18
TABELA 7 - FUNDEF - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - 1998 A 2004.....	18
TABELA 8 - IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO - 2002 (R\$ MILHÕES).....	19
TABELA 9 - IMPACTO FINANCEIRO DO FUNDEF, POR UF, REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO - 2003 (R\$ MILHÕES).....	20
TABELA 10 - MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR POR REGIÃO E ESFERA DE GOVERNO - 2002/2003.....	20
GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - 2000 A 2003 (R\$).....	24
TABELA 11 - COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO - BIÊNIO 2002-2003.....	25
TABELA 12 - COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - BIÊNIO 2002-2003	25
TABELA 13 - COMPARAÇÃO DA ARRECADAÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO VIA INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL- BIÊNIO 2002-2003.....	26
TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO POR UNIDADE FEDERADA ..	27
TABELA 15 - DISTRIBUIÇÃO DA ARRECADAÇÃO BRUTA DO SALÁRIO- EDUCAÇÃO - 2003.....	28
GRÁFICO 3 - TÍTULOS NOVOS ANALISADOS NO PNLD/1998 E 2001, EM RELAÇÃO AOS TÍTULOS INSCRITOS, RESPECTIVAMENTE, NO PNLD/1997 E 1998.....	41

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS AVALIADAS POR MENÇÃO RECEBIDA EM CADA PNLD (1ª A 4ª SÉRIE).....	42
GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS AVALIADAS POR MENÇÃO RECEBIDA EM CADA PNLD (5ª A 8ª SÉRIE).....	42
TABELA 16 - NÚMEROS REFERENTES À TIRAGEM TOTAL, ALUNOS, ESCOLAS ATENDIDAS E RECURSOS ALOCADOS.....	46
TABELA 17 - PRINCIPAIS NÚMEROS DO PROINFO.....	50
TABELA 18-TOTAL DE VEÍCULOS ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA-MUNICÍPIOS ..	53
TABELA 19 - TOTAL DE VEÍCULOS ADQUIRIDOS PELO PROGRAMA- ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS.....	54
TABELA 20 - ATENDIMENTO AOS ALUNOS BENEFICIADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS.	55
GRÁFICO 6 - DISTRIBUIÇÃO DE ESTUDANTES INDÍGENAS NO BRASIL (%).....	58
GRÁFICO 7 - ESTUDANTES INDÍGENAS SEGUNDO MODALIDADE/NÍVEIS DE ENSINO (%).....	59
TABELA 21 - COMPARATIVO DAS AÇÕES DO CIMCO - 2001/2003.....	67
TABELA 22 - DEFICIÊNCIAS NA POPULAÇÃO.....	68
TABELA 23 - EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA 1999-2003 (EDUCAÇÃO BÁSICA EM GERAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL).....	69
TABELA 24 - MATRÍCULA DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS POR ESFERA E TIPO DE ATENDIMENTO.....	70
GRÁFICO 8 - EVOLUÇÃO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	71
TABELA 25-EVOLUÇÃO DAS IES.....	74
TABELA 26 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NAS IES.....	74
TABELA 27 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES NAS IES.....	75
GRÁFICO 9 - REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL.....	93
TABELA 28 - CENSO ESCOLAR 2003 - NÚMERO DE CURSOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA SEGUNDO REGIÃO GEOGRÁFICA.....	94
TABELA 29 - CENSO ESCOLAR 2003 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS TÉCNICOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, SEGUNDO ÁREA PROFISSIONAL-BRASIL.....	95
TABELA 30 - NÚMERO DE MATRÍCULAS NOS CURSOS TECNOLÓGICOS.....	96
TABELA 31 - MATRÍCULA EM CURSOS TECNOLÓGICOS EM 2002.....	96
TABELA 32 - QUANTIDADE DE ÓRGÃOS COMPETENTES CREDENCIADOS PARA MINISTRAR CURSOS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	99
TABELA 33 - QUANTIDADE DE UNIDADES ESCOLARES CADASTRADAS PARA MINISTRAR CURSOS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	99
TABELA 34 - QUANTIDADE DE PLANOS DE CURSOS DE EDUCAÇÃO TÉCNICA DE NÍVEL MÉDIO.....	100
TABELA 35 - RESUMO DA ATUAÇÃO DO PROFORMAÇÃO.....	103

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/ Química - MEC - Experiências e Iniciativas de Inclusão Social. Nilópolis, jun. 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/AM - MEC. Projetos de Inclusão Social. Manaus, mai. 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/PR - MEC. Projetos Desenvolvidos pelo Departamento de Atividades Comunitárias do CEFET-PR Unidade Oeste - 2003 e 2004. Medianeira, mai. 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/RN - MEC. Projeto Fraldinha. Natal: mai. 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/SC - MEC. Projeto Ensino Médio para Jovens e Adultos. Florianópolis, mai. 2004.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA-CEFET/PR - MEC. Programa CIMCO - CEFET Integrado na Multiplicação de Conhecimentos/Qualidade de Vida - 2001-2003. Curitiba, mai. 2004.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 2004

CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA - Organização dos Estados Americanos, 2001.

DECRETO Nº 3.142, de 16 de agosto de 1999. Regulamenta a contribuição social do salário-educação, prevista no art. 212, § 5º, da Constituição, no art. 15 da Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, e na Lei no 9.766, de 18 de dezembro de 1998, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 17 de agosto de 1999.

DECRETO Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 21 de dezembro de 1999.

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA. Relatório do Grupo de Temático da Educação. Brasília, dez.2002.

EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA - Uma Escola do Tamanho do Brasil. Brasília, nov.2002.

HENRIQUE, Ricardo. Raça e gênero no sistema de ensino: os limites políticos universais na Educação. Brasília: UNESCO, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2000. Brasília, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS/MEC. Censo da Educação Superior 2002. Brasília: INEP, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS/MEC. Censo Escolar- Sinopse Estatística da Educação Básica 2003. Brasília: INEP, 2004.

LEI N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília: Diário Oficial da União, 23 dez. 1996, Seção 1.

LEI N° 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 26 de dezembro de 1996.

LEI N° 9.766, de 18 de dezembro de 1998. Altera a legislação que rege o Salário-Educação, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 19 de dezembro de 1998-Edição Extra.

LEI N° 10.172, de 10 de janeiro de 2002. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 11 de janeiro de 2001.

LEI N° 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 10 de janeiro de 2003.

MARLI, Vera Maria N.S. Placco. GATTI, Bernadete A. PROFORMAÇÃO - Avaliação externa. Brasília: MEC, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Alinhamento Estratégico. Brasília, 2003.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE 2001.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL/MEC. Descentralização da Educação - um breve relato da experiência brasileira. Brasília, jul. 2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL/MEC. Relatórios de Atividades da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental -Anos 2000/2201/2002/2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL/MEC. Sistema Nacional de Formação Continuada. Brasília, set.2003.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/MEC. Diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, 3.ed. Brasília, 2003 .

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/MEC. O que é o Cadastro Nacional de Cursos de Educação Profissional de Nível Técnico (CNCT). Disponível em <URL: www.mec.gov.br/formacaoprofissional/cnct.

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/MEC. Proposta de Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, dez. 2003.

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/MEC. Proposta de Regimento Interno do Fórum Nacional de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, abr. 2003.

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/DEPT/MEC - Relatório de Atividades da Diretoria de Educação Profissional e Tecnológica (DEPT) - Janeiro a Maio de 2004. Brasília, mai. 2004.

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/MEC. Subsídios sobre o Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep). Brasília, mai. 2004.

SECRETARIA DE ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO/CGSIFEP/MEC. Subsídios sobre Programa TEC NEP - Educação, Tecnologia e Profissionalização para Pessoas com Necessidades Especiais (deficientes e superdotados). Brasília, mai. 2004.

Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L
70.047-900 - Brasília - DF - Brasil

www.mec.gov.br

Ministério
da Educação



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)